



Economia
Azul | *Pa um futuru mas
prosperu* 
Guiné-Bissau 



Estratégia Nacional e Plano de Investimento para a **Economia Azul**

2024-2030 

Março 2024



RÉPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU

ÍNDICE

Abreviaturas e acrónimos	8
Reconhecimento	10
Sumário Executivo	11
1 Preâmbulo e abordagem metodológica	13
1.1 Introdução	13
1.2 Metodologia	15
2 Quadro da Economia Azul	17
2.1 Abordagem de Economia Azul para a Guiné-Bissau	19
3 Os desafios de desenvolvimento da Economia Azul na região	20
3.1 Preparar o terreno para o desenvolvimento da política de Economia Azul	21
3.2 Pensamento sectorial	25
4 Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau	31
4.1 Desafio focal	32
4.2 Missão	32
4.3 Visão	32
4.4 Âmbito de aplicação e objectivos	33
5 Estrutura da Estratégia Nacional para a Economia Azul	34
5.1 Objectivo	35
5.2 Pilar 1. Integração sectorial e financiamento	42
5.3 Pilar 2. Pescas e recursos hídricos	61
5.4 Pilar 3. Turismo azul	78
5.5 Pilar 4. Produção alimentar, agricultura e outros SNEA	93
5.6 Pilar 5. Transportes marítimos, infraestruturas e energia	108
6 Quadro institucional e governação	124
6.1 Controlo e avaliação	126
7 Plano de investimento	127
7.1 Objectivos do Plano de Investimento	130
7.2 Justificação do Plano de Investimento	130
7.3 Necessidades de investimento	131
7.4 Fontes de investimento	132
7.5 Impacto previsto	138
Anexo I — Matriz das partes interessadas	140
Anexo II — Entrevistas	150
Anexo III — Workshops	154
Anexo IV — Grupo consultivo	161

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1. Abordagem metodológica para a elaboração da Estratégia para a Economia Azul	15
Figura 2. Fases metodológicas.....	16
Figura 3. O triângulo do Norte partilhado e cogerido pelo Senegal e a Guiné-Bissau	21
Figura 4. Estrutura da Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau	36
Figura 5. Quadro de financiamento da Economia Azul.....	129

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1. A visão e os objectivos da Economia Azul da Guiné-Bissau a atingir até 2030.....	35
Tabela 2. Estrutura da Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau.....	37
Tabela 3. Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário 1.1 - Governação da integração sectorial e do financiamento da Economia Azul.....	44
Tabela 4. Agentes e parceiros locais responsáveis pela implementação 1.1 - Governação da integração sectorial e do financiamento da Economia Azul.....	45
Tabela 5. Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário 1.1 - Governação da Economia Azul, integração sectorial e financiamento	47
Tabela 6. Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário 1.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul, integração sectorial e financiamento.....	49
Tabela 7. Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução 1.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul, integração sectorial e financiamento.....	50
Tabela 8. Síntese das necessidades estratégicas de investimento que compõem o Eixo Prioritário 1.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul, integração sectorial e financiamento	52
Tabela 9. Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário 1.3 - Facilitadores sociais da integração sectorial e do financiamento.....	54
Tabela 10. Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário 1.3 - Facilitadores sociais da integração sectorial e do financiamento.....	55
Tabela 11. Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 1.3 - Facilitadores sociais da integração sectorial e do financiamento.....	57
Tabela 12. Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário 1.4 - Facilitadores ambientais da integração sectorial e do financiamento.....	58
Tabela 13. Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do plano de ação 1.4 - Facilitadores ambientais da integração sectorial e do financiamento.....	59
Tabela 14. Resumo das necessidades estratégicas de investimento que constituem o Eixo Prioritário 1.4 - Facilitadores ambientais da integração sectorial e do financiamento.....	60

Tabela 15.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	2.1 - Governação das pescas.....	63
Tabela 16.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário	
	2.1 - Governação das pescas.....	64
Tabela 17.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	2.1 - Governação das pescas.....	66
Tabela 18.	Resumo dos projetos que constituem o Eixo Prioritário	
	2.2 - Pesca económica.....	68
Tabela 19.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário	
	2.2 - Pesca económica.....	69
Tabela 20.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	2.2 - Pesca económica.....	70
Tabela 21.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	2.3 - Cadeia de valor da pesca.....	73
Tabela 22.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do projeto de Eixo Prioritário	
	2.3 - Facilitadores sociais da pesca.....	73
Tabela 23.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	2.3 - Cadeia de valor da pesca.....	74
Tabela 24.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	2.4 - Dimensão ambiental das pescas.....	75
Tabela 25.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do projeto Eixo Prioritário	
	2.4 - Dimensão ambiental das pescas.....	76
Tabela 26.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	2.4 - Facilitadores ambientais das pescas.....	77
Tabela 27.	Resumo dos projetos que integram o Eixo Prioritário	
	3.1 - Governação do Turismo Azul.....	80
Tabela 28.	Intervenientes e parceiros locais de implementação no domínio da governação do turismo azul.....	81
Tabela 29.	Síntese das necessidades estratégicas de investimento que integram o Eixo Prioritário	
	3.1 - Governação do Turismo Azul.....	82
Tabela 30.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	3.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul.....	84
Tabela 31.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução	
	3.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul.....	84
Tabela 32.	Síntese das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário	
	3.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul.....	86
Tabela 33.	Síntese dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	3.3 - Facilitadores sociais do Turismo Azul.....	87
Tabela 34.	Implementação de atores e parceiros locais Eixo Prioritário	
	3.3 - Facilitadores sociais do Turismo Azul.....	87
Tabela 35.	Síntese das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	3.3 - Facilitadores sociais do Turismo Azul.....	88
Tabela 36.	Resumo dos projetos que integram o Eixo Prioritário	
	3.4 - Facilitadores ambientais do Turismo Azul.....	89
Tabela 37.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela implementação do Eixo Prioritário	
	3.4 - Facilitadores ambientais do Turismo Azul.....	90
Tabela 38.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	3.4 - Facilitadores ambientais do Turismo Azul.....	91
Tabela 39.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	4.1 - Governação da produção alimentar, agricultura e outros SNEA.....	95

Tabela 40.	Atores e parceiros locais responsáveis pela implementação relacionados com o Eixo Prioritário	
	4.1 - Governação da produção alimentar, agricultura e outros SNEA.....	96
Tabela 41.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário	
	4.1 - Governação da produção alimentar costeira	97
Tabela 42.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	4.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul	99
Tabela 43.	Intervenientes e parceiros locais responsáveis pela implementação -	
	4.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul	99
Tabela 44.	Síntese das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário	
	4.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul	100
Tabela 45.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	4.3 - Facilitadores sociais na produção agroalimentar costeira	102
Tabela 46.	Implementação de atores e parceiros locais relacionados com o Eixo Prioritário	
	4.3 - Facilitadores sociais na produção agroalimentar costeira	103
Tabela 47.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário	
	4.3 - Facilitadores sociais na produção agroalimentar costeira.....	104
Tabela 48.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	4.4 - Facilitadores ambientais na produção agroalimentar costeira.....	105
Tabela 49.	Implementação de atores e parceiros locais no Eixo Prioritário	
	4.4 - Facilitadores ambientais na produção agroalimentar costeira.....	106
Tabela 50.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário	
	4.4 - Facilitadores ambientais na produção agroalimentar costeira.....	107
Tabela 51.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	5.1 - Governação do Transporte marítimo, das infraestruturas e da energia	110
Tabela 52.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário	
	5.1 - Governação do Transporte marítimo, das infraestruturas e da energia	111
Tabela 53.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	5.1 - Governação do Transporte marítimo, das infraestruturas e da energia	114
Tabela 54.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	5.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul	116
Tabela 55.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução	
	5.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul	117
Tabela 56.	Síntese das necessidades estratégicas de investimento que compõem o Eixo Prioritário	
	5.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul	119
Tabela 57.	Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário	
	5.3 - Cadeia de valor Transporte marítimo, infraestruturas e energia.....	120
Tabela 58.	Implementação de atores e parceiros locais no Eixo Prioritário	
	5.3 - Cadeia de valor Transporte marítimo, infraestruturas e energia	120
Tabela 59.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	5.3 - Cadeia de valor Transporte marítimo, infraestruturas e energia.....	121
Tabela 60.	Resumo dos projetos que constituem o Eixo Prioritário	
	5.4 - Facilitadores ambientais no domínio do transporte marítimo, infraestruturas e energia.....	122
Tabela 61.	Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário	
	5.4 - Facilitadores ambientais no domínio do transporte marítimo, infraestruturas e energia.....	122
Tabela 62.	Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário	
	5.4 - Facilitadores ambientais no domínio do transporte marítimo, infraestruturas e energia.....	123
Tabela 63.	Distribuição das necessidades de investimento pelos cinco pilares estratégicos	132
Tabela 64.	Organizações do Grupo Consultivo	162

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR)
ACIJ	Instituto Jamaicano para a África e Caraíbas [<i>The African Caribbean Institute of Jamaica</i>]
AfCFTA	(Acordo que estabelece a) Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) [<i>African Continental Free Trade Area</i>]
AIMS	Estratégia Marítima Integrada Africana
AMPs	Áreas Marinhas Protegidas
AUDA-NEPAD	Agência de Desenvolvimento da União Africana/Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)
BOAD	Banco de Desenvolvimento da África Ocidental
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)
CEM	Memorando Económico de País [<i>Country Economic Memorandum</i>]
EA	Economia Azul
EAGB	Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau
ECREEE	Centro de Energia Renovável e Eficiência Energética da CEDEAO [<i>ECOWAS Centre for Renewable Energy and Energy Efficiency</i>]
ERERA	Autoridade de Regulação do Sector da Electricidade da CEDEAO (ARSEC) [<i>ECOWAS Regional Energy Regulatory Authority</i>]
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEDS	Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável
FMI	Fundo Monetário Internacional
GoGIN	Rede Inter-Regional do Golfo da Guiné [<i>Gulf of Guinea Inter-Regional Network</i>]
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IFC	Corporação Financeira Internacional [<i>International Finance Corporation</i>]
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRENA	Agência Internacional para as Energias Renováveis [<i>International Renewable Energy Agency</i>]
IUU	Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
MARPOL	Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios
MOWCA	Organização Marítima da África Ocidental e Central [<i>Maritime Organization for West and Central Africa</i>]
PAM	Programa Alimentar Mundial
PANA	Programa de Ação Nacional de Adaptação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
REDD+	Redução das emissões resultantes da desflorestação e da degradação dos solos nos países em desenvolvimento

SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento [<i>Small Island Developing States</i>]
SNEA	Sectores Nacionais de Economia Azul
SOLAS	Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar
SSF	Pescas de Pequena Escala [<i>Small-Scale Fisheries</i>]
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental (WAEMU)
UMOA	União Monetária da África Ocidental (WAMU)
UNCLOS	Convenções das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIOGBIS	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
W&S	Água e Saneamento [Water and Sanitation]
WACA	Projeto de Gestão das Áreas Costeiras da África Ocidental [<i>West Africa Coastal Areas Management Programme</i>]
WACEC	Corredor de Energia Limpa da África Ocidental [<i>West Africa Clean Energy Corridor</i>]
WARCIP	Projeto Regional de Infraestruturas de Comunicação da África Ocidental [<i>West Africa Regional Communications Infrastructure Project</i>]
WBG	Grupo do Banco Mundial [<i>World Bank Group</i>]
WeCAPS	Projeto de Segurança Portuária da África Ocidental e Central [<i>Western and Central Africa Port Security</i>]
ZEE	Zona Económica Exclusiva

RECONHECIMENTO

O Ministério da Economia, Plano e Integração Regional, gostaria de expressar a sua profunda gratidão pelas contribuições das Nações Unidas, ministérios sectoriais envolvidos, organizações da sociedade civil, academia, sector privado, organizações internacionais, instituições sub-regionais, e outras partes interessadas que forneceram dados, participaram nas entrevistas, ou contribuíram durante a elaboração e finalização da Estratégia Nacional e Plano de Investimento para a Economia Azul.

Agradecimentos especiais são dirigidos a Mussa Sambí e Adulai Baldé do Ministério da Economia, Plano e Integração Regional. Um agradecimento especial é também dirigido ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Guiné-Bissau em especial a Alessandra Casazza, Gianpiero Catozzi, José António Pedrosa Garcia, Duhitha Antoinette Wijeyratne, Ahmed Moustafa, Manon Robin, António Faustino Badinca, Inácio Ié, Samoel Mendes, Celestino Varela, Talat Jehan, Alejandra Lapique, e Santa Alves Cardoso pelo apoio técnico e financeiro prestados ao longo do processo. Por fim, um agradecimento especial é também dirigido a Carlota Barañano, Yolanda Molares, Emanuel Ramos, Mathieu Ducrocq, Alberta Sagoe, Eduardo Martinez e Farouk Anderson pela assistência técnica fornecida no âmbito do desenvolvimento da Estratégia Nacional e Plano de Investimento para a Economia Azul.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Ao longo dos últimos anos, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)¹ adotaram o conceito emergente de Economia Azul como meio de alcançar um crescimento sustentável e inclusivo, baseado numa economia oceânica.

Esta abordagem assenta numa visão inclusiva, envolvendo todos os intervenientes relevantes no processo, e propõe um roteiro específico que permita aos decisores políticos tomar decisões coerentes para enfrentar adequadamente os desafios intrínsecos dos SIDS, com os elevados custos da energia ou do comércio, decorrentes do seu isolamento e consequentes dificuldades logísticas, entre outros.

A Economia Azul emerge de forma integrada e responsável, fundamentada numa utilização científica, eficiente, inclusiva e sustentável do capital natural marinho, enquanto busca potenciar os benefícios socioeconómicos para a Guiné-Bissau. Por essa razão, a Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau pretende ser um documento de referência que estabelece a agenda de políticas públicas para alcançar um processo de desenvolvimento mais sustentável e equilibrado, alinhado com as agendas de desenvolvimento nacionais e internacionais.

Esta Estratégia visa ser um quadro orientador para promover um crescimento económico inclusivo, sustentável e integrado, baseado na utilização sustentável dos recursos marinho-costeiros e fluviais, tornando-se um catalisador para o crescimento económico verde. Este crescimento permitirá à Guiné-Bissau superar os desafios e vulnerabilidades, bem como realizar o potencial do país enquanto SIDS, melhorando simultaneamente a qualidade de vida e promovendo o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, com uma abordagem de sustentabilidade social, económica, cultural e ambiental, centrada nos grupos mais vulneráveis, como mulheres e jovens.

Neste contexto, a Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau e o seu Plano de Investimento foram desenvolvidos pelo Governo da Guiné-Bissau

em colaboração com os seus parceiros, inclusive com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Um dos aspetos-chave para a Guiné-Bissau é que a Economia Azul deve basear-se numa Gestão Integrada da Zona Costeira, considerando um planeamento global e um desenvolvimento coordenado entre o ecossistema marinho e o sistema económico do oceano e da zona costeira. O quadro da Economia Azul pretende, assim, passar da atual abordagem setorial para uma abordagem multissetorial, integrada e participativa a vários níveis, exigindo uma gestão sustentável dos recursos da Economia Azul para o progresso da sociedade.

Outro ponto crucial para atingir o crescimento sustentável e facilitar a promoção de um ecossistema adequado de negócios azuis, implica a existência de infraestruturas que permitam a ligação das zonas rurais aos centros urbanos, bem como a inclusão da Guiné-Bissau nos corredores terrestres e marítimos sub-regionais, a fim de facilitar a circulação de pessoas e bens, especialmente o acesso dos produtos agrícolas e da pesca aos mercados locais, regionais, nacionais, sub-regionais e internacionais. Por conseguinte, os investimentos estruturais em infraestruturas terrestres, portuárias e marítimas constituem uma condição prévia que deve ser apoiada por investimentos nacionais e por outros parceiros técnicos e financeiros internacionais.

¹ Acrônimo derivado do termo em inglês, 'Small Island Developing States'.

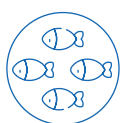
A Estratégia é completa e está estruturada em cinco (5) Pilares e Ações Estratégicas, relacionadas com as seguintes áreas de intervenção:



Integração Setorial e Financiamento —

Estabelecer quadros institucionais e financeiros robustos para apoiar a Economia Azul, com ações relacionadas a:

- 🗨 **Formar** um Conselho da Economia Azul para assegurar uma governação coordenada.
- 🗨 **Apoiar** instituições de microfinanças para melhorar o acesso a serviços financeiros.
- 🗨 **Promover** incubadoras setoriais para fomentar o empreendedorismo e a inovação.



Pescas e Recursos Aquáticos —

Melhorar o desempenho económico e a sustentabilidade do setor das pescas, com ações relacionadas a:

- 🗨 **Reforçar** os quadros regulamentares e os sistemas de controle.
- 🗨 **Desenvolver** uma frota de pesca nacional e melhorar as cadeias de abastecimento.
- 🗨 **Promover** a aquicultura através de práticas inovadoras.
- 🗨 **Integrar** as comunidades vulneráveis na cadeia de valor da pesca.



Turismo Azul — Desenvolver um setor de turismo sustentável, aproveitando o património cultural e natural da Guiné-Bissau, cujas ações relacionam-se com:

- 🗨 **Estabelecer** políticas de turismo sustentável e programas de formação.
- 🗨 **Criar** oportunidades comerciais e aumentar a competitividade do setor.
- 🗨 **Promover** o ecoturismo e envolver o setor privado nos esforços de conservação.



Produção Alimentar, Agricultura e Outras Soluções Baseadas na Natureza —

Melhorar a agricultura costeira através de práticas sustentáveis e do desenvolvimento de cadeias de valor, com ações relacionadas a:

- 🗨 **Implementar** políticas de agricultura costeira.
- 🗨 **Reforçar** as cadeias de abastecimento de produtos agrícolas costeiras.
- 🗨 **Promover** tecnologias e práticas que aumentem a produtividade e a resiliência.



Infraestruturas de Transporte Marítimo e Energia —

Desenvolver infraestruturas estratégicas e soluções energéticas para apoiar o crescimento da Economia Azul, com ações relacionadas a:

- 🗨 **Inovar** os sistemas de transporte marítimo para aumentar a competitividade.
- 🗨 **Implementar** o Código Internacional para a Segurança de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS).
- 🗨 **Promover** projetos de energias renováveis para dinamizar a Economia Azul.
- 🗨 **Fomentar** o empreendedorismo através do investimento privado e de fundos de incentivo.

O plano de investimento delinea e propõe áreas de intervenção para: i) orientar a implementação da Estratégia e contribuir para o reforço dos quadros regulamentares e das capacidades institucionais; ii) aumentar investimentos nos setores da Economia Azul; iii) melhorar infraestruturas e criar novas oportunidades de mercado; iv) gerar emprego, para o reforçar programas de formação e para melhorar a integração das comunidades marginalizadas, incluindo a gestão sustentável dos recursos marinhos e costeiros; v) promover o ecoturismo, e vi) conservar a biodiversidade.

O objetivo do Plano de Investimento consiste em reunir investimentos públicos, incluindo os financiados pelo Governo da Guiné-Bissau, por agências bilaterais e multilaterais, por instituições de financiamento do desenvolvimento e organizações intergovernamentais, com investimentos privados provenientes de instituições financeiras comerciais, fundações e instituições não-governamentais, bem como de fundos da Economia Azul, para apoiar a implementação da Estratégia e atingir os seus objetivos globais de desenvolvimento.

O sucesso da Estratégia da Economia Azul requer a participação ativa e o envolvimento de todos os atores — o governo da Guiné-Bissau, entidades do setor privado, organizações da sociedade civil e parceiros internacionais — para melhorar a coordenação e a colaboração entre setores. Reforça-se que, juntos, todos podemos construir um futuro próspero e resiliente para a Guiné-Bissau, aproveitando o potencial dos nossos recursos marinhos e costeiros para o benefício de todos.



01



PREÂMBULO E ABORDAGEM METODOLÓGICA





Ao longo dos últimos anos, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) adotaram o conceito emergente de Economia Azul como meio de alcançar um crescimento sustentável e inclusivo baseado numa economia oceânica.

O termo foi cunhado pela primeira vez pelos SIDS e outros países costeiros durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +20 de 2012, em reconhecimento da necessidade de melhorar o desenvolvimento económico baseado no mar de forma a melhorar o bem-estar humano e a equidade social enquanto reduz significativamente os riscos ambientais e escassez ecológica (Nações Unidas, 2013).

Esta abordagem baseia-se numa visão holística, envolvendo todos os intervenientes relevantes no processo, e propõe um roteiro específico que permite aos decisores políticos tomar decisões coerentes.

A Estratégia para a Economia Azul referente a África deve agora ser adaptada a todos os contextos regionais e nacionais, com o apoio de organizações (sub -) regionais e parceiros de desenvolvimento.

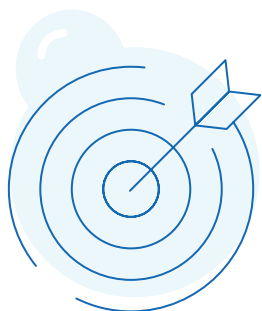
Neste contexto, a Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau e o seu Plano de Investimento foram desenvolvidos em colaboração com o Governo da

Guiné-Bissau e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau pretende ser um documento de referência que estabelece a agenda de políticas públicas para alcançar um processo de desenvolvimento mais sustentável e equilibrado, alinhado com as agendas de desenvolvimento nacionais e internacionais.

O objectivo do Plano de Investimento consiste, além disso, em juntar investimentos públicos, entre outros, do Governo da Guiné-Bissau, de agências bilaterais e multilaterais, de instituições de financiamento do desenvolvimento e organizações intergovernamentais, com investimentos privados vindos, entre outros, de instituições financeiras comerciais, fundações e instituições não governamentais, bem como fundos da Economia Azul, para apoiar a implementação da Estratégia e atingir os seus objectivos globais de desenvolvimento.

1.2

Metodologia



Com o objectivo de gerar uma “Economia Azul” sustentável e inclusiva, a conceção da Estratégia para a Economia Azul e do Plano de Investimento foi delineada tendo em conta os seguintes aspetos:

FIGURA 1.

Abordagem metodológica para a elaboração da Estratégia para a Economia Azul



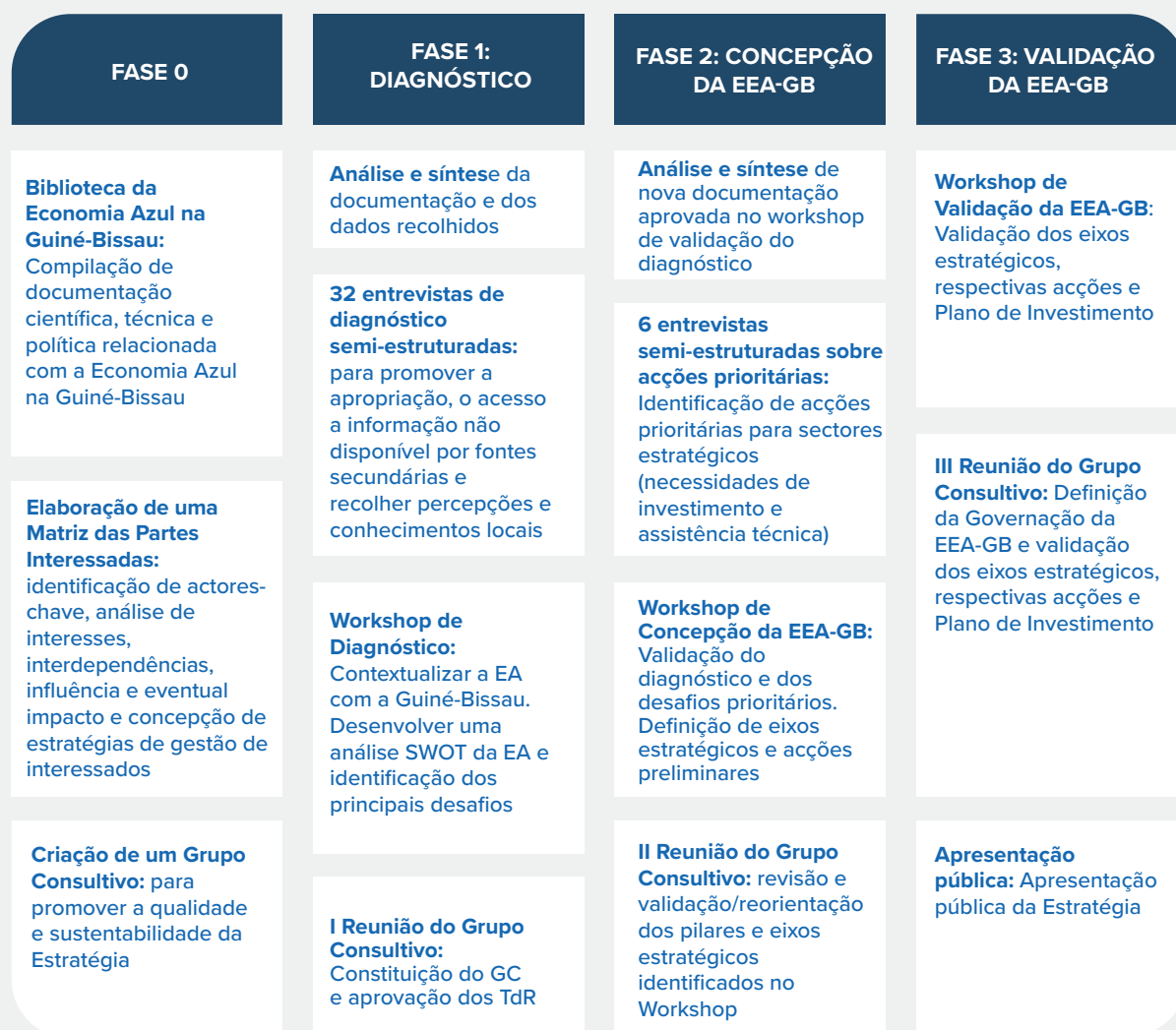
Foi adotada uma abordagem participativa para garantir a sustentabilidade e a apropriação da Estratégia para a Economia Azul ao longo do processo de desenvolvimento. Por essa razão, foram concebidos e implementados fóruns participativos com membros da hélice quádrupla: governo, sector privado, academia e sociedade civil, incluindo entrevistas, discussões em grupos focais e workshops (Figura 3).

O projeto teve início em dezembro de 2021, com um levantamento de informação realizado na preparação de um diagnóstico, baseado em fontes de informação primárias e secundárias, para obter uma visão geral do contexto da Economia Azul da Guiné-Bissau. A análise de documentos chave contribuiu para a compreensão da situação na região da África Ocidental, e mais em particular na Guiné-Bissau. Com a revisão da literatura e as entrevistas efetuadas, foi elaborado um **Relatório de Análise de Fundo** com uma análise detalhada da informação quantitativa e qualitativa recolhida.²

² A Estratégia foi inicialmente desenhada para o período 2023-2030. No entanto, o processo de validação implicou vários atrasos que fizeram com que o período da implementação passa a ser de 2024-2030. Para efeitos práticos das ações da Estratégia, o que importa são os prazos.

FIGURA 2.

Fases metodológicas



Durante este processo, a) foi desenvolvida uma matriz para identificar as partes interessadas relevantes a envolver no processo ([Anexo I](#)); b) foram realizadas entrevistas, tanto à distância como presenciais, para documentar as perspetivas das partes interessadas sobre as várias questões relacionadas com a área temática ([Anexo II](#)); c) foi realizado um primeiro workshop de análise de diagnóstico, que reuniu peritos internacionais e os principais intervenientes nacionais de sectores como o governo, as instituições públicas, os parceiros de desenvolvimento, a sociedade civil, o meio académico e o sector privado, para identificar conjuntamente as principais questões a abordar na estratégia ([Anexo III](#)); d) Constituição do Grupo Consultivo; foi realizada uma reunião com o Grupo Consultivo, na qual foram aprovados os TdR que regem o funcionamento do GC ([Anexo IV](#)).

Após a conclusão da análise de diagnóstico, foram identificados os principais desafios da Economia Azul da Guiné-Bissau para a definição da Estratégia e do

seu Plano de Investimento. Durante a semana de 22 a 27 de Maio teve lugar uma segunda missão, na qual: a) foram realizadas novas entrevistas com os principais ministérios e representantes sectoriais, e; b) foi realizado um segundo Workshop, concebido como um evento de alto nível, com o envolvimento dos Ministérios das Pescas, Turismo, Economia, Ambiente, Comércio, Finanças, bem como representantes do sector académico, sectores produtivos e da sociedade civil do país, relacionados com as principais áreas da Economia Azul. Foram validadas as principais conclusões do diagnóstico e os desafios identificados no território para a promoção da Economia Azul, dando origem às mesas de trabalho temáticas durante as quais foram validadas as linhas estratégicas, se realizou uma pré-identificação de acções e projetos para operacionalizar a estratégia e se produziu o ([Anexo III](#)); d) Foi desenvolvida uma segunda sessão de trabalho com o GC para rever as principais conclusões retiradas do Workshop relativamente aos objectivos estratégicos e principais eixos de intervenção da Estratégia para a Economia Azul ([Anexo IV](#)).



2

QUADRO DA ECONOMIA AZUL

A Economia Azul, enquanto conceito macroeconómico³, inclui todos os aspectos da governação nacional e global, do desenvolvimento económico, da proteção e sustentabilidade ambiental e da comunicação internacional.



3 Wenhai, L., Cusack, C., Baker, M., Tao, W., Mingbao, C., Paige, K., ... & Yufeng, Y. (2019). Exemplos bem-sucedidos de economia azul com ênfase nas perspectivas internacionais. *Frontiers in Marine Science*, 6, 261.

Por conseguinte, baseia-se nos três pilares da sustentabilidade ambiental, económica e social, tal como salientado no documento final do Rio+20 de 2012, O Futuro que Queremos. A Economia Azul deve basear-se numa Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC), considerando um planeamento global e um desenvolvimento coordenado entre o ecossistema marinho e o sistema económico do oceano e da zona costeira.

O quadro da Economia Azul pretende, por conseguinte, passar da atual abordagem sectorial para uma abordagem multissetorial, integrada e participativa a vários níveis, o que exige uma abordagem integrada, holística e participativa que inclua a utilização e a gestão sustentáveis dos recursos da Economia Azul para o progresso da sociedade.

Nos últimos anos, o conceito emergente de Economia Azul foi adotado por vários Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) como um mecanismo de crescimento sustentável baseado numa economia

oceânica. O termo foi cunhado pela primeira vez por SIDS e outros países costeiros durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio +20 de 2012, em reconhecimento da necessidade de melhorar o desenvolvimento económico baseado no mar, de forma a melhorar o bem-estar humano e a equidade social, enquanto reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica (Nações Unidas, 2013).

Embora ainda não exista uma definição universalmente aceite para a Economia Azul, tendo em conta as características acima referidas e a consideração da Guiné-Bissau como um SIDS, definimos a Economia Azul para a Guiné-Bissau e, portanto, adotámos a abordagem do PNUD nos SIDS, como a utilização sustentável dos recursos oceânicos visando o crescimento económico, o emprego e a inclusão social e financeira, com foco na preservação e restauração da saúde dos ecossistemas oceânicos e dos serviços que prestam.



2.1

Abordagem de Economia Azul para a Guiné-Bissau



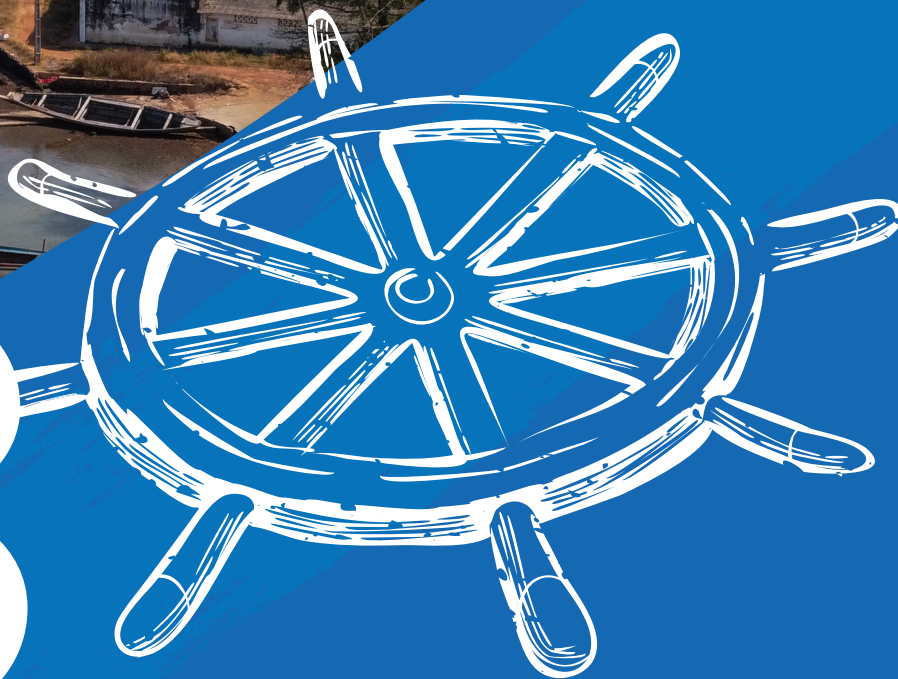
Existe um consenso global sobre a necessidade de estabelecer condições e conduzir ações, a nível estratégico e operacional, que contribuam para a preservação dos oceanos, explorando simultaneamente os seus recursos para apoiar o desenvolvimento nacional e melhorar os meios de subsistência das comunidades costeiras.

Estas ações devem ser articuladas com uma metodologia concreta. Apesar da inexistência de disposições e referências legais específicas a seu respeito, muitos esforços e experiências têm sido realizados no país, contribuindo para o desenvolvimento de orientações que definem como a Economia Azul deve ser implementada no contexto particular da Guiné-Bissau:

- ❏ **Abordagem holística do território.** As zonas costeiras, o litoral e as áreas marinhas da Guiné-Bissau devem ser analisados como um todo, para uma melhor consideração da circulação da água e das interações terra - mar, anteriormente consideradas no âmbito do planeamento costeiro nacional. A abordagem de EA deve centrar-se não só nas águas costeiras e oceânicas sob a sua jurisdição, mas também na zona de transição entre os sistemas continentais e marinhos. A Zona Económica Exclusiva (ZEE), em conformidade com o Direito do Mar, tem uma extensão de 159 850 km² considerada um importante reservatório de diversidade biológica marinha.
- ❏ **Abordagem inclusiva e participativa** que deve ir além do processo de planeamento estratégico. Esta abordagem deve continuar ao longo de toda a implementação, para que o meio académico, o governo, o sector privado e a sociedade civil disponham de fóruns específicos de intercâmbio de conhecimentos e experiências. A Estratégia para a Economia Azul para a Guiné-Bissau tem por objectivo desenvolver um quadro com regras e diretrizes básicas partilhadas e que possam servir de orientação a todos os intervenientes.
- ❏ **Abordagem intersectorial e intrassectorial.** As sinergias e a coordenação para evitar conflitos entre sectores e cadeias de valor são fundamentais para um futuro desenvolvimento sustentável do território.
- ❏ **Deve ser considerado, planeado e assegurado o investimento** necessário para apoiar todas as iniciativas que serão incluídas na estratégia. Os recursos financeiros devem ser identificados e alinhados de modo a incentivar as complementaridades.
- ❏ **A governação da Estratégia** deve assegurar a apropriação por parte das principais partes interessadas locais e internacionais, envolvidas no processo de planeamento estratégico. A avaliação da matriz das partes interessadas, as entrevistas presenciais, os workshops participativos e a consolidação de um Grupo Consultivo constituem uma primeira semente da estrutura de governação.
- ❏ **A Agenda 2030** servirá de linha de orientação para garantir que todas as questões fundamentais relacionadas com os oceanos e as comunidades costeiras sejam incluídas na Estratégia.



03



OS DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA AZUL NA REGIÃO



3.1

Preparar o terreno para o desenvolvimento da política de Economia Azul

A Guiné-Bissau, um dos menores países da África Ocidental, com uma área de pouco mais de 36.000 km², tem uma costa intrincada no Oceano Atlântico, com numerosos estuários que penetram no interior (GlobalSecurity, 2022). O país goza de uma localização geográfica vantajosa e é constituído por uma área continental e um grande arquipélago, dos Bijagós, composto por mais de 80 ilhas.

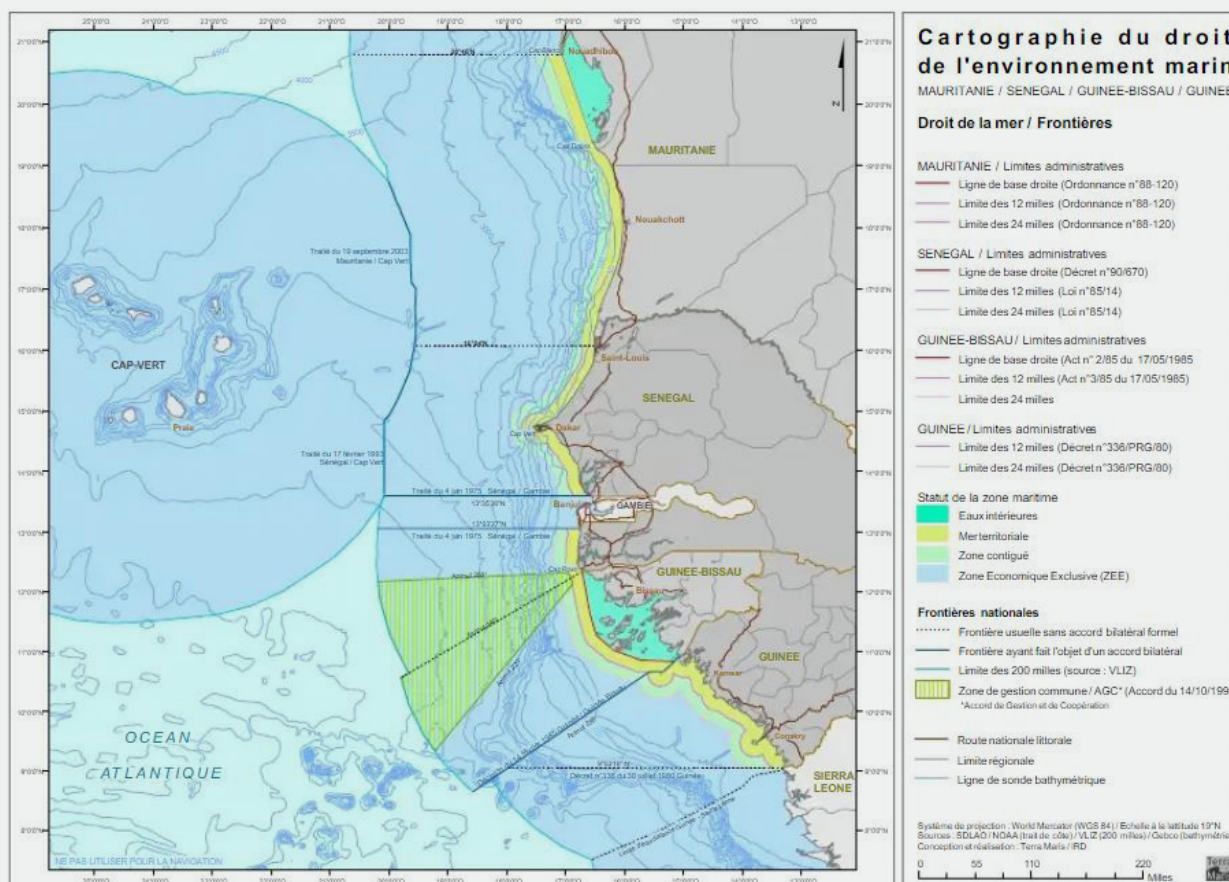
As águas da Guiné-Bissau são consideradas uma das zonas de biodiversidade mais ricas da África Ocidental e albergam cerca de um milhão de toneladas de recursos haliêuticos, dos quais, de forma otimista, entre 350 000 a 500 000 toneladas podem ser extraídas anualmente (Anon, 2009)⁴. Esta riqueza é determinada por uma extensa plataforma

continental pouco profunda; variabilidade ambiental e uma costa estuarina com numerosas ilhas e rios, assim como mangais que revestem a costa (Belhabib e Pauly, 2015)⁵. Esta riqueza de recursos é parcialmente impulsionada por afloramentos costeiros, descargas de nutrientes dos rios e a influência do grande ecossistema marinho da Corrente das Canárias.

A história da Guiné-Bissau tem sido marcada por uma instabilidade política e institucional recorrente, que tem dificultado o impacto dos investimentos internos e externos no crescimento socioeconómico sustentável e no desenvolvimento humano inclusivo. Em quase todos os indicadores de desenvolvimento humano, a Guiné-Bissau encontra-se perto do fundo dos índices internacionais.

FIGURA 3.

O triângulo do Norte partilhado e cogerido pelo Senegal e a Guiné-Bissau



4 Anónimo (1994). Planificação Costeira da Guiné-Bissau. Relatório técnico. Bissau: IUCN

5 Belhabib, D., e Pauly, D. (2015). "Fisheries in troubled waters: a catch reconstruction for Guinea-Bissau, 1950-2010," in Fisheries Centre Working Paper Series (Vancouver, BC: Fisheries Centre), 20

A Guiné-Bissau e o Senegal assinaram um “Acordo de Gestão e de Cooperação”, em Dakar, a 14 de outubro de 1993, que aprova a zona marítima comum situada entre os azimutes 268° e 220° a partir do Cabo Roxo, estando os respetivos mares territoriais das partes excluídos. A “zona marítima comum” é criada com o duplo objectivo de explorar tanto os recursos haliêuticos como os da plataforma continental. Embora a exploração dos recursos marinhos deva ser partilhada em partes iguais pelos dois países, 85% dos recursos da plataforma continental são atribuídos ao Senegal e uns escassos 15% à Guiné-Bissau, sendo o acordo renovável a cada 20 anos⁶.

A maior aglomeração urbana do país é o Sector Autónomo de Bissau, que conta atualmente com uma população que representa mais de 25% da população total do país de cerca de 2 milhões de habitantes. A cidade está a crescer rapidamente a um ritmo de 4% ao ano, exercendo uma enorme pressão sobre as infraestruturas atuais e o acesso aos serviços básicos.

No que diz respeito à dimensão socioeconómica da Guiné-Bissau, o memorando económico de país (CEM) elaborado pelo Banco Mundial apresenta uma análise aprofundada do desempenho económico da Guiné-Bissau durante a última década, identificando três obstáculos fundamentais ao crescimento sustentado e inclusivo: fragilidade e instabilidade política, fraca base de capital humano e um sector privado “ausente”. A taxa de pobreza económica é de aproximadamente 48% da população a viver abaixo do limiar de pobreza nacional. Em 2021, de todas as despesas públicas (100,8 mil milhões de FCFA), quase 43% foram consagradas a compensações e cerca de 35% das despesas totais foram dedicadas ao financiamento da dívida pública. Apenas 17,4 mil milhões de FCFA são afetados ao investimento em bens e serviços em toda a economia. Com o esforço fiscal do país a situar-se abaixo dos 10%, significativamente abaixo da média da região da UEMOA, os investimentos públicos têm de ser estrategicamente adaptados aos sectores que irão desbloquear um valor significativo de forma sustentável ao longo do tempo. A gestão destes riscos do ponto de vista da governação, deixa pouca margem para o governo explorar as oportunidades necessárias para o crescimento a curto e médio prazo, sem um apoio significativo da comunidade de desenvolvimento, necessário para promover outras fontes de investimento e iniciativas de crescimento que se realizem de baixo para cima.

Muitas empresas estão sob pressão financeira, além de mais a maioria dos bancos - que se espera que apoiem

as empresas – são frágeis devido ao elevado número de empréstimos improdutos e à subcapitalização. Estes fatores podem gerar passivos e agravar as pressões fiscais. No entanto, com a garantia de uma relativa estabilidade política, um acompanhamento coerente por parte do governo, juntamente com parceiros multilaterais e bilaterais, poderia ajudar a impulsionar o apoio dos doadores e os empréstimos concessionais para o desenvolvimento de sectores-chave e de novos polos de crescimento.

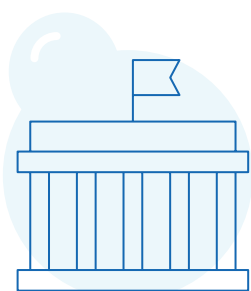
Uma Comissão *de Melhoria do Ambiente de Negócios* (CIMAN) demonstrou que uma comissão interministerial que inclua o sector privado, tem potencial para realizar progressos significativos através da coordenação e supervisão da implementação, sendo a sua ancoragem ao mais alto nível do governo, essencial para promover a implementação efetiva das reformas nos vários ministérios⁷. Além disso, é sublinhada a utilidade da criação de grupos de trabalho e comités de direção a nível intermédio e micro da implementação, para apoiar a coordenação e a implementação das políticas.

Um ponto crucial para ir além do crescimento sustentável e facilitar a promoção de um ecossistema adequado de negócios azuis implica infraestruturas que permitam a abertura das zonas rurais em relação aos centros urbanos, bem como a inclusão da Guiné-Bissau nos corredores terrestres e marítimos sub-regionais, a fim de facilitar a circulação de pessoas e bens e, em particular, o acesso dos produtos agrícolas e pesqueiros aos mercados locais, regionais, nacionais, sub-regionais ou de exportação internacional. Por conseguinte, os investimentos estruturais em infraestruturas terrestres, portuárias e marítimas constituem uma condição prévia, que deve ser apoiada por investimentos nacionais em PPP e por outros parceiros técnicos e financeiros internacionais.

É necessário procurar um melhor acesso aos **serviços financeiros**, quer através da criação de uma instituição de microfinanciamento de referência, em conformidade com as orientações do banco central nacional, quer através de regimes garantidos ao sector privado. Outro fator de alavancagem para a promoção do **empreendedorismo, da inovação** e do investimento do sector privado, está relacionado com o desenvolvimento e a promoção de algumas **incubadoras azuis** rurais e urbanas fundamentais, que poderiam ser interligadas e especializadas à escala sectorial visando atividades da Economia Azul: ecoturismo, pescas, sistemas costeiros, etc.

6 Okafor-Yarwood, I. (2015). The Guinea-Bissau-Senegal maritime boundary dispute. *Marine Policy*, 61, 284-290.

7 Banco Mundial, 2020 - memorando económico (CEM).



No contexto da governação da Economia Azul, o sistema é caracterizado por políticas e mecanismos de implementação fracos e por uma falta de coordenação entre os intervenientes, tanto governamentais como não governamentais. Embora a instabilidade política seja um estrangulamento transversal, as instituições estatais fracas e a má administração pública são as principais fontes de fragilidade.

Em muitos sectores e regiões do país, as estruturas administrativas são inexistentes ou estão subdesenvolvidas. Consequentemente, a Guiné-Bissau está atrasada na maioria dos indicadores de governação do indicador mundial de governação. Apesar de terem sido identificadas oportunidades promissoras para melhorar esta fraqueza, é crucial o reconhecimento da fraqueza local e o empenho das partes interessadas, tanto públicas como privadas, em espaços participativos, para unir esforços no processo de desenvolvimento da Economia Azul na Guiné-Bissau. Existe um conjunto importante de conhecimentos sobre as fraquezas e lacunas de capacidade e necessidades do sistema de governação, programas e projetos promissores que estão a ser implementados para melhorar a governação e o crescimento sustentável, apoiados por entidades nacionais e internacionais⁸. Isto permite delinear ações concretas para inverter a situação e avançar para um modelo de governação sustentável. No que diz respeito

à existência de espaços de participação dos cidadãos na tomada de decisões, é importante sublinhar o sucesso das iniciativas levadas a cabo nas comunidades rurais, principalmente impulsionadas por ONG, para o planeamento participativo em termos de gestão dos recursos naturais, igualdade de género, etc.

No que diz respeito à dimensão ambiental, a Guiné-Bissau é dotada de uma zona costeira muito rica e complexa, incluindo sete rias profundas limitadas por extensos mangais e lodaçais, bem como o arquipélago dos Bijagós, que servem de habitat de reprodução, crescimento, alimentação e refúgio para várias espécies de interesse especial, tanto em termos de conservação como para as atividades económicas. A diversidade e a produtividade do ecossistema, oferecem serviços ecossistémicos ainda por explorar, que precisam ser contabilizados e geridos adequadamente para poderem ser aproveitados para o crescimento sustentável do país.

8 Memorando Económico do Banco Mundial, 2020; Programa Indicativo Plurianual (PIP) 2021-2027; Plano Nacional de Desenvolvimento *Terra Ranka*; políticas sectoriais como o *Plano Nacional de Investimento Agrícola (2018-2030)*, o *Plano Estratégico para o Desenvolvimento das Pescas (2015-2020)*, o *Plano do Sector da Educação da Guiné-Bissau (2016-2025)* e o seu plano de contingência específico para a Covid-19, bem como o *Plano de Desenvolvimento Sustentável – Bissau 2030*



Os ecossistemas costeiros vegetados, representados principalmente pelos mangais, desempenham um papel central na cadeia alimentar e na manutenção dos recursos costeiros, mas nos últimos anos a desflorestação para a produção de arroz de pântano, de lenha e de carvão vegetal, a exploração mineira e a necessidade de infraestruturas portuárias reforçaram a degradação do ecossistema.

É ainda de salientar que as projeções das alterações climáticas preveem alterações significativas para a Guiné-Bissau. Uma vez que grande parte do território é constituída por zonas costeiras baixas, a implementação de sistemas de mitigação e adaptação às alterações climáticas é de grande valor para a Guiné-Bissau. As inundações ao longo da costa, as secas, o aumento das temperaturas, a subida do nível do mar e o aumento da salinização, a erosão costeira, a redução das reservas de água doce e as precipitações erráticas, são riscos naturais já recorrentes no país. O país realizou algumas atividades fundamentais num esforço para lidar com as alterações climáticas, incluindo a produção de um Programa de Ação Nacional de Adaptação (PANA) em 2006, uma Primeira, Segunda e Terceira Comunicação Nacional e uma Contribuição Nacionalmente Determinada. Apesar destas atividades, o planeamento e a implementação da adaptação às alterações climáticas ainda se encontram numa fase muito inicial de desenvolvimento.

De acordo com o PANA (2006), os sectores com maior exposição aos efeitos das alterações climáticas são a

agricultura com 57%, seguida da pecuária e da saúde com 54%, das pescas com 51% e das infraestruturas com 46%. A Guiné-Bissau está empenhada na mitigação das alterações climáticas, sendo signatária da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) e do Protocolo de Quioto, tendo estabelecido o objectivo de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 30% até 2030 e, desempenhando um papel importante como sumidouro de gases com efeito de estufa, uma vez que possui um enorme potencial de sequestro de carbono, tanto nas zonas de vegetação terrestre como costeira.

O quadro jurídico ambiental da Guiné-Bissau revela uma declaração de intenções que não foi efetivamente implementada, uma vez que enfrenta vários desafios, incluindo, entre outros, a falta de estruturas de governação e de metodologias para a implementação dos regulamentos, a falta de planeamento territorial (especialmente a nível costeiro), a existência de normas e regulamentos pendentes de atualização ou mesmo de aprovação, bem como, a falta de uma estratégia que permita a avaliação ambiental do território - ou seja, a necessidade de um sistema estatístico de contabilidade ambiental consolidado ou de avaliações de impacto e risco para qualquer infraestrutura ou exploração de recursos naturais a desenvolver sobre áreas protegidas - (Ducrocq, 2019; Sonderblohm e Cardoso, 2020). No entanto, são identificados no país pontos fortes sólidos para enfrentar tais desafios. A Guiné-Bissau é signatária dos acordos internacionais mais relevantes em matéria de preservação ambiental e conservação da biodiversidade.

Já existe um quadro de áreas naturais protegidas bem estabelecido, mas também com experiências inovadoras e frutíferas.

O IBAP é hoje uma instituição firmemente estabelecida no panorama institucional e reconhecida a nível internacional, com capacidade de mobilizar parcerias de longo prazo para a cooperação científica e a implementação da política de conservação da biodiversidade, com outras instituições criadas pelo governo para apoiar estes esforços, como a Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), o Gabinete de Planificação Costeira e a Inspeção Geral do Ambiente (IGA). A combatividade e o empenho das autoridades governamentais têm permitido manter, mesmo nos períodos mais delicados, o apoio de vários parceiros internacionais públicos, não governamentais e privados.

3.2

Pensamento sectorial

De acordo com a definição do PNUD, os sectores da Economia Azul sustentável referem-se a atividades económicas sustentáveis que, direta ou indiretamente, têm lugar no oceano e nas zonas costeiras, utilizam produtos do oceano e colocam “bens e serviços” nas atividades do oceano, e à contribuição dessas atividades para o crescimento económico, o bem-estar social, cultural e ambiental. Embora existam atualmente políticas e estratégias relativas aos sectores da Economia Azul, como as pescas, os transportes e o turismo, estas são desenvolvidas com pouca consideração pelas interconexões inerentes aos sectores que partilham um espaço comum.



3.2.1 Pescas

O sector das pescas tem um enorme potencial com recursos pesqueiros naturais, mas o sector continua largamente subdesenvolvido, não tirando o máximo partido das suas vantagens naturais. Desde 1980, a Guiné-Bissau assinou vários acordos de pesca com diferentes países, incluindo a China e a União Europeia. Consequentemente, os recursos haliêuticos do país são capturados principalmente por operadores estrangeiros e enviados para países estrangeiros para transformação e distribuição. Dada a fraca capacidade do país para controlar as suas pescas e a forte presença de frotas estrangeiras, o impacto das frotas industriais estrangeiras nas capturas de peixe não é contabilizado na região. No entanto, a sua pegada é fortemente sentida, através da diminuição da disponibilidade de peixe, que leva à diminuição da biodiversidade, mas também ameaça a segurança alimentar da população costeira⁹.

A inexistência de um sistema operacional de acompanhamento e controlo das pescas torna os dados disponíveis pouco fiáveis, sendo detetadas discrepâncias nos diferentes registos consultados (avaliações do Banco Mundial, da FAO, da

Comissão Europeia, do Ministério das Pescas e documentos científicos).

Estima-se que a pesca represente cerca de 4% do Orçamento Geral do Estado, empregue diretamente mais de 6.000 pessoas e indiretamente mais de 20.000, de acordo com dados do Ministério. (Ministério das Finanças, 2019). O sector das pescas é composto pela pesca artesanal e industrial, embora, na falta de uma Frota Nacional, o sector industrial seja dominado por operadores estrangeiros. Existe pouco conhecimento sobre o volume de capturas e os benefícios sociais e económicos gerados pela atividade de pesca desagregada por origem (artesanal vs. industrial). As estimativas não são coerentes e não dão uma visão clara da situação do sector.

A pesca artesanal desempenha um papel importante na subsistência da maioria da população Bissau-guineense. As capturas artesanais desembarcadas da frota nacional são estimadas em cerca de 30.000 toneladas por ano, enquanto as pirogas senegalesas e guineenses (Conacri) capturam cerca de 10.000 e 5.000 toneladas por ano, respetivamente (Intchama, 2018).

9 Intchama, J. F., Belhabib, D., & Tomás Jumpe, R. J. (2018). Avaliação da pesca legal e ilegal não declarada e não regulamentada na Guiné-Bissau e dos esforços de fiscalização para a combater. *Frontiers in Marine Science*, 5, 79.

As frotas industriais, constituídas por arrastões e cercadores com rede de cerco com retenida, totalizavam 133 embarcações em 2017¹⁰. Belhabib e Pauly (2015) investigaram a propriedade efetiva de 97 navios industriais que operavam na Guiné-Bissau em 2010 e descobriram que 58% eram de origem europeia, 20% de origem chinesa, 14% de origem coreana, 4% de origem japonesa e 4% de origem russa. As suas capturas, efetuadas principalmente por frotas de pesca longínqua, continuam a não ser contabilizadas, na sua grande maioria, embora as capturas industriais registadas tenham sido estimadas em 115 000 toneladas em 2017, contra 184 000 em 2016, a maioria das quais desembarcadas fora do país, devido à falta de infraestruturas adequadas¹¹.

Apesar da importância da pesca para a segurança alimentar, os recursos haliêuticos não estão disponíveis e acessíveis a todos os cidadãos. Esta situação deve-se às deficiências do seu sistema produtivo, à falta de métodos de conservação e de infraestruturas de transporte e às limitações do sistema de distribuição e comercialização que fazem com que não chegue aos consumidores uma gama variada de produtos. De acordo com os últimos dados fornecidos pela iniciativa *Globefish*, o peixe disponível para consumo ascende a 1,3 kg/capita e as exportações excedem as importações em 5 vezes (USD 8.949.950 vs. USD 2.611.750, respetivamente). As exportações são constituídas (a 100%) por produção não transformada, enquanto as importações são dominadas por produtos transformados.

Os portos e as rampas são infraestruturas de pesca essenciais e, na zona costeira da Guiné-Bissau, todos foram considerados em mau estado e muito vulneráveis às alterações climáticas (Relatório B&F 009b)¹², com muitas restrições técnicas (ajudas à navegação, cascos de navios naufragados) e um nível de serviços muito limitado ou deficiente, tais como o fornecimento de

água e eletricidade aleatório, burocracia pesada, longos períodos de espera, etc. Fatores que tornam pouco atrativo o seu funcionamento como base de operações. Além disso, foram registadas sete fábricas de gelo e instalações de frio nas cidades costeiras, nomeadamente em Cacheu, Ponta Grande (Biombo), Cacine (Tombali), Gabu (embora esta última não seja considerada uma cidade costeira) e a fábrica de gelo na ilha de Bolama. A principal conclusão é que as infraestruturas de receção das capturas são muito escassas e dispersas.

A cadeia de valor em torno da produção alimentar e, em particular, do sector das pescas é fraca, o que leva a um baixo valor acrescentado e à falta de transformação de subprodutos e resíduos, o que dificulta a criação de um ambiente de negócios para o sector privado. Apenas dois portos de pesca artesanal, Cacheu e Bissau, estão identificados. Os outros estão amplamente distribuídos ao longo da costa do país, com mais de 130 locais de desembarque identificados. Finalmente, deve ser destacado o difícil acesso ao crédito e a ausência de uma abordagem sanitária e de qualidade robusta, o que limita a capacidade dos intervenientes nacionais de conservar, processar e comercializar corretamente os produtos da pesca e da agricultura. Na ausência de instalações para o congelamento ou a conservação em fresco dos produtos da pesca, a maior parte dos desembarques é consumida imediatamente, seca ou fumada.

Os peixes de primeira qualidade são geralmente revendidos, quer nos mercados locais, quer em hotéis. De qualquer modo, os recursos haliêuticos constituem, juntamente com os produtos da cultura do arroz e da exploração das florestas naturais de palmeiras, a base da alimentação da grande maioria das populações rurais da zona costeira.

A aquicultura é um sector das pescas com um desenvolvimento limitado na Guiné-Bissau. Algumas intervenções foram desenvolvidas na zona oriental e na fronteira com o Senegal, sem impacto no mercado ou nos valores globais da produção nacional.

¹⁰ Banco Mundial, 2020. Memorando Económico Nacional da Guiné-Bissau

¹¹ Doumbouya, A., Tagbe Camara, O., Mamie, J., Intchama, J. F., Jarra, A., Ceesay, S., et al. (2017). Avaliação da eficácia da monitorização, controlo e vigilância da pesca ilegal: o caso da África Ocidental. *Front. Mar. Sci.* 4:50. doi: 10.3389/fmars.2017.00050

¹² Relatório B&F 009b: O centro de pesca artesanal em Cacine; O cais de Bubaque; O Porto de Cacheu; Porto de Farim; Porto de Farim

Para melhorar o desenvolvimento da cadeia de valor das pescas é necessário realizar vários investimentos e reformas em todo o sector.

A curto e médio prazo é fundamental reforçar os regulamentos governamentais para exigir que os operadores estrangeiros se registem na Guiné-Bissau, investindo nas suas infraestruturas nacionais e na criação de uma frota industrial nacional aumentando as taxas de licença. A melhoria da capacidade humana e tecnológica da Guiné-Bissau para desenvolver, monitorizar e aplicar os seus regulamentos de pesca é crucial para a adoção de quadros regulamentares precisos para garantir a sustentabilidade da exploração das pescas, sendo o primeiro passo o desenvolvimento de uma avaliação completa das principais unidades populacionais marinhas para fornecer uma linha de base para monitorizar as mudanças ao longo do tempo, o que poderia ser realizado através de parcerias internacionais para estabelecer programas de investigação prática que melhorem a recolha de dados sobre as pescas.



3.2.2 Turismo

Dada a sua história, a configuração do seu território, a sua biodiversidade e áreas protegidas ligadas a valores tradicionais e a sua localização geográfica, a Guiné-Bissau tem capacidade para articular um desenvolvimento sustentável do turismo. Atualmente, as potencialidades da Guiné-Bissau são notáveis, mas foram pouco exploradas até agora. O turismo representa menos de 1,5% do PIB e está concentrado nas Ilhas Bijagós (UNWTO, 2019). No entanto, o arquipélago deve ser submetido a um programa de desenvolvimento de infraestruturas de emergência para se tornar um modelo de excelência para a gestão responsável dos ecossistemas, um desenvolvimento participativo e inclusivo e comunidades locais prósperas (OCDE, 2015). A este respeito, as zonas costeiras em particular (como praias, rios ou mesmo ilhas) são suscetíveis de serem consideradas sagradas, pelo que não podem ser habitadas, limitando as atividades económicas à produção em pequena escala. A Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós é um exemplo claro desta idiosincrasia devido ao grande interesse da etnia Bijagó em conservar a terra e a biodiversidade. Este arquipélago, juntamente com a rede de parques nacionais, constitui um potencial importante para configurar uma atração de ecoturismo no país. No entanto, o ecoturismo

na Guiné-Bissau só foi desenvolvido para o arquipélago e a estratégia que o IBAP desenvolveu para o implementar está a chegar ao fim e precisa de ser atualizada. Embora a pesca desportiva tenha sido a base do desenvolvimento dos sectores turísticos, outras experiências foram realizadas no arquipélago.

Outras zonas turísticas de potencial interesse como Cacheu com o seu museu da escravatura e a fortaleza, Bolama e o seu património histórico, etc., são exemplos de outros tipos de atividades turísticas que podem ser desenvolvidas para aumentar a diversificação geográfica do turismo no país.

São necessários planos de turismo mais específicos para regular o sector e estabelecer sistemas de avaliação do turismo (Sonderblohm e Cardoso, 2020). Da mesma forma, os investimentos turísticos no país têm sido tradicionalmente obtidos a partir de capital estrangeiro, pelo que, no contexto de uma Estratégia para a Economia Azul, deve ser considerada uma abordagem que passa pelo desenvolvimento turístico de baixo impacto ambiental, ligado a iniciativas de base comunitária e a atividades de ecoturismo.

Entre as condições que dificultam o desenvolvimento do seu potencial turístico contam-se uma série de desafios relacionados com a falta de infraestruturas, de recursos humanos qualificados, de quadros regulamentares que garantam uma utilização sustentável e responsável dos recursos e das áreas protegidas e da imagem de marketing.

No entanto, tal como foi afirmado pelo Ministro do Turismo e do Artesanato, a Guiné-Bissau tem um grande potencial turístico em termos de recursos naturais e culturais que se espera que venha a contribuir com 25% para o Orçamento Geral do Estado no futuro.



3.2.3 Agro-sistemas costeiros

O país está situado na linha costeira e um terço do território está sob a influência permanente das marés altas que penetram no interior até mais de 100 km da costa, formando extensas massas de água salgada que se misturam com a água doce dos rios e lagoas do interior do território. Os ecossistemas de mangais do país são extremamente importantes para a produção agrícola. A área potencialmente disponível para a agricultura é de 106.000 ha, cerca de 23% da área total (461.500 ha).

Além disso, os mangais são um dos reservatórios de carbono mais importantes da Terra. Assim, a recente Avaliação do Carbono Azul na Guiné-Bissau (143 MgCO₂e/ha) demonstrou que a proteção e o melhoramento dos mangais constituem um meio rentável de atenuar os efeitos das alterações climáticas¹³.

A produção de arroz em solos de mangal é uma prática tradicional ancestral na Guiné-Bissau sendo o sistema de cultivo de arroz mais extensivo na Guiné-Bissau e amplamente praticado nas regiões costeiras. As populações das zonas costeiras desenvolveram um conjunto de técnicas tradicionais que lhes permitem produzir nestes espaços, designados por bolanha salgada. O itinerário técnico-cultural é complexo e exigente para que se mantenha a coexistência entre o ecossistema natural e este agro-sistema.

O arroz de arrozal salgado é muito apreciado localmente, sendo o seu preço nos mercados locais em média 30% superior ao do arroz importado.



A Guiné-Bissau é um dos maiores consumidores de arroz por pessoa na sub-região da África Ocidental (130 kg de arroz por pessoa e por ano).

Um dos principais problemas é que a produção nacional não satisfaz as necessidades de consumo e a procura real expressa pela população. A procura total de consumo de arroz é de aproximadamente 200.886 toneladas/ano, mas a produção nacional não ultrapassa as 111.096 toneladas/ano.

Em termos de diversificação das atividades produtivas, existem várias técnicas que podem contribuir para o aumento da produção e a melhoria da produtividade do arroz de mangal na Guiné-Bissau, sem que seja necessário recuperar mais florestas de mangal. Existem várias intervenções que podem ser propostas para melhorar a eficiência da produção e adaptar a cultura do arroz às mudanças climáticas (sementes melhoradas; infraestruturas-diques e comportas no sistema de produção de mangal, bem como melhorias nos perímetros irrigados; sistemas de comercialização, entre outros).

Uma produção de arroz eficiente e sustentável na Guiné-Bissau requer um mercado funcional e investimentos em infraestruturas produtivas.

Mas também requer uma cadeia de valor coordenada e sustentável, com um forte envolvimento de entidades privadas e apoio governamental, principalmente fornecendo tecnologia e serviços de marketing, para além da atual distribuição de insumos e fornecimento de serviços de mecanização, que são, no entanto, muito limitados. É igualmente necessário criar serviços de extensão para fornecer aos agricultores apoio técnico e formação sobre técnicas agrícolas e de irrigação modernas e eficientes. O elevado nível de risco agrícola (preço, clima, política), juntamente com a elevada fragmentação da produção e o escasso acesso ao financiamento por parte dos agricultores do país, limitam o atual investimento privado no sector.



¹³ Vasconcelos, M. J., Cabral, A. I., Melo, J. B., Pearson, T. R., Pereira, H. D. A., Cassamá, V., & Yudelman, T. (2015). Pode o carbono azul contribuir para um desenvolvimento limpo na África Ocidental? O caso da Guiné-Bissau. *Estratégias de Mitigação e Adaptação às Alterações Globais*, 20(8), 1361-1383.



3.2.4 Transporte marítimo

O sistema de transportes da Guiné-Bissau continua, de um modo geral, subdesenvolvido. O principal meio de transporte é a estrada, que se encontra geralmente num estado deplorável. Apenas 10% dos 4.400 quilómetros (2.734 milhas) de estradas na Guiné-Bissau são pavimentados (Lee, 2018). A má qualidade das redes de transportes rurais limita as necessidades básicas de mobilidade, como o acesso aos mercados e aos serviços essenciais, limitando assim a redução da pobreza e o bem-estar geral nas zonas rurais.

A Autoestrada Costeira Trans-Oeste-Africana atravessa a Guiné-Bissau, ligando-a a Banjul (Gâmbia), Conacri (Guiné-Conacri) e, mais adiante, a 11 outras nações da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o que lhe permite expandir o seu comércio transnacional e a sua mobilidade na sub-região.

A Guiné-Bissau tem muitos rios que poderiam ser aproveitados para desenvolver uma rede de navegação costeira eficaz para facilitar a circulação de bens e pessoas e aumentar o comércio. Cerca de 85% da população do país vive a menos de 20 quilómetros (12 milhas) de uma via navegável. No entanto, o transporte por água está subdesenvolvido e necessita de grandes melhorias.

O sector dos transportes e do comércio marítimos caracteriza-se por uma falta de infraestruturas adequadas ao seu pleno desenvolvimento. O principal porto está situado em Bissau. É gerido pela Administração dos Portos da Guiné-Bissau (APGB), sob a tutela da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações. Movimenta 85% das exportações do país e recebe mais de 90% das importações. Existem outros portos secundários que operam em Buba, Cacheu e Farim, todos eles caracterizados por um estado pouco viável e uma grande vulnerabilidade às condições naturais na sua utilização. Não existe um fórum de diálogo para facilitar a resolução de litígios que reúna todas as partes interessadas da comunidade portuária, nomeadamente, os portos, alfândegas, Câmara de Comércio, despachantes aduaneiros, transitários, agentes de navegação, importadores/exportadores, entre outros. (OMC, 2012).

As opções de transporte de pessoas são escassas, o número de estradas de boa qualidade é muito reduzido e as possibilidades de transporte por barco limitam-se aos barcos particulares dos resorts das ilhas, ou ao transporte não diário da empresa Consulmar. Assim, é comum a utilização de pirogas, que não garantem boas condições de segurança e não estão bem regulamentadas.

DESAFIOS DA ECONOMIA AZUL

A partir de uma abordagem de governação socioeconómica e ambiental

- Falta de coordenação e integração interministerial
- Baixo desenvolvimento da cadeia de valor em torno dos sistemas de produção de alimentos azuis
- Os meios de subsistência e os rendimentos dos pequenos produtores, dos pescadores e dos trabalhadores agrícolas são insuficientes
- O sector nacional da pesca continua a ser em grande parte artesanal e subdesenvolvido e debate-se com problemas de sustentabilidade e gestão ambiental
- Os procedimentos sanitários e fitossanitários (SPS) não cumprem as normas internacionais aplicáveis aos produtos da pesca
- As práticas agrícolas atuais conduzem à desflorestação e à degradação dos solos e dos ecossistemas
- Descentralização dos pontos de desembarque de pesca e dos centros de transformação
- Pouco empreendedorismo e inovação nos sectores da Economia Azul

DESAFIOS DA ECONOMIA AZUL

A partir de uma abordagem de governação socioeconómica e ambiental

- ❏ Grandes dificuldades de acesso dos empresários aos serviços financeiros e ao sector emergente de micro-finanças
- ❏ Ausência de um ambiente adequado para facilitar a diversificação dos sistemas de agricultura azul
- ❏ Infraestruturas insuficientes de transporte dos produtos para as unidades de acondicionamento e de transformação e infraestruturas turístico-transportadoras
- ❏ Infraestruturas deficientes e inadequadas para sustentar o crescimento liderado pelo sector privado
- ❏ Fracas capacidades e competências técnicas dos sectores azuis
- ❏ Percursos de aprendizagem impraticáveis para desenvolver competências relevantes para o mercado de trabalho azul
- ❏ Falta de incentivos à restauração ecológica
- ❏ As atividades económicas costeiras não são resistentes aos impactos das alterações climáticas
- ❏ Falta de conhecimentos científicos sobre as principais unidades populacionais marinhas que permitam estabelecer uma base de referência e acompanhar as alterações ao longo do tempo
- ❏ Falta de regulamentação e de quadros de integração para garantir a sustentabilidade das atividades da EA
- ❏ Falta de recursos e reformas legais do governo para monitorizar adequadamente os operadores estrangeiros e aplicar as políticas de EA que raramente são acompanhadas de regulamentação complementar ou de ações de sensibilização e divulgação adequadas



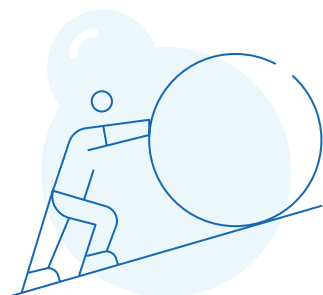
4



ESTRATÉGIA PARA A ECONOMIA AZUL DA GUINÉ-BISSAU

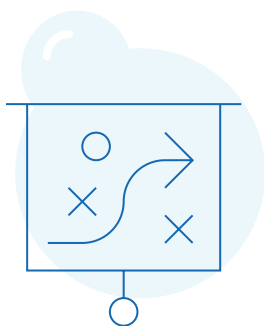


4.1

Desafio focal

Falta de coordenação e integração sectorial, planeamento, monitorização e controlo inadequados das atividades económicas ligadas aos oceanos, má coordenação do acesso, utilização e exploração do capital natural do mar e das zonas costeiras associada a um deficiente desenvolvimento das capacidades, tanto ao nível da governação como das competências sectoriais, acrescido da falta de profissionalização do capital humano, tendo por consequência reduzidos benefícios económicos, sociais e ambientais.

4.2

Missão

A Estratégia para a Economia Azul (EEA) da Guiné-Bissau pretende ser um quadro orientador para promover um crescimento económico inclusivo, sustentável e integrado, baseado na utilização sustentável dos recursos marinho-costeiros e fluviais, tornando-se um catalisador para o crescimento económico verde, permitindo à Guiné-Bissau ultrapassar os desafios e vulnerabilidades e realizar o potencial do país enquanto SIDS, melhorando simultaneamente a qualidade de vida e promovendo o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, com uma abordagem de sustentabilidade social, económica, cultural e ambiental, centrada nos grupos mais vulneráveis: mulheres e jovens.

4.3

Visão

A Economia Azul emerge de forma integrada e responsável, assente numa utilização científica, eficiente, inclusiva e sustentável do capital natural marinho, enquanto potencia os benefícios socioeconómicos para a Guiné-Bissau.

4.4

Âmbito de aplicação e objectivos

O âmbito da Estratégia para a Economia Azul é nacional, abrangendo as oito regiões do país: Bafatá, Biombo, Bissau, Bolama, Cacheu, Oio, Gabu, Quinara e Tombali, e abrange as atividades socioeconómicas e culturais que se desenvolvem dentro de dois limites abaixo indicados:

- Águas interiores marítimas
- Mar territorial
- Zona contígua
- Zona Económica Exclusiva
- Zonas costeiras até ao limite das bacias hidrográficas

A Estratégia para a Economia Azul está alinhada com os principais documentos sectoriais e geográficos a nível regional:

Estratégia para a Economia Azul em África e o seu Plano de Implementação 2021-2025

Agenda 2063 da União Africana

2014 Estratégia marítima integrada de África

Quadro político e estratégia de reforma para as pescas e a aquacultura em África (PFRS).

Documento do Programa Nacional do PNUD para a Guiné-Bissau e Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU para a Guiné-Bissau

Plano Estratégico Nacional da Guiné-Bissau (2019 - 2024)





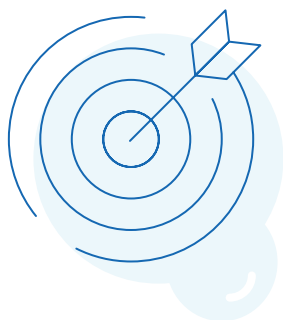
ESTRUTURA DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ECONOMIA AZUL

A Estratégia Nacional para a Economia Azul tem como objectivo propor uma resposta válida e eficaz aos principais desafios, com base nas oportunidades e pontos fortes da região identificados na avaliação de diagnóstico.



5.1

Objectivo





A estratégia define o objectivo global e os objectivos específicos a nível do impacto, alinhados com a GNB 2030, o PDN e outros documentos de nível estratégico, em três períodos (curto prazo de 2023-2025, médio prazo de 2025-2027 e longo prazo de 2027-2030).


TABELA 1.


A visão e os objectivos da Economia Azul da Guiné-Bissau a atingir até 2030


Objectivos gerais (visão)

- 
Consolidar mecanismos de governação inclusivos, harmonizados e baseados no conhecimento e na soberania do Estado sobre as jurisdições marítimas para a organização dos espaços marítimos e das zonas costeiras

- 
Desenvolvimento de sectores e cadeias de valor da Economia Azul rentáveis e sustentáveis, incluindo o reforço das capacidades, as disposições fiscais, os mecanismos de financiamento e as ações de compensação ambiental

- 
Promover o crescimento inclusivo através da capacitação dos cidadãos, das iniciativas de base comunitária e das empresas nacionais para o exercício de atividades económicas no mar e nas zonas costeiras

- 
Promover soluções baseadas na natureza para os sistemas alimentares e a resiliência climática através do desenvolvimento de conhecimentos locais, científicos e tecnológicos aplicados no mar

- 
Desenvolver o conhecimento e a sensibilização dos cidadãos para os desafios e as oportunidades da Economia Azul

Com base nos objectivos gerais, a Estratégia para a Economia Azul assenta em cinco pilares fundamentais interligados numa abordagem holística, a partir dos quais são definidos os facilitadores dinamizadores a implementar através de projetos e ações concretas desenvolvidos pelas partes interessadas pertinentes do governo, do sector privado, da sociedade civil e dos parceiros internacionais, bem como pelos intervenientes sectoriais identificados.



Três pilares sectoriais que cobrem os principais sectores económicos da Economia Azul da Guiné-Bissau (Pilar 2. Pesca e recursos aquáticos; Pilar 3. Turismo Azul; Pilar 4. Agricultura Costeira e outros pilares dos SNEA) são o foco central, enquanto o Pilar 5. Transportes, infraestruturas e energia e o Pilar 1. Integração sectorial e financiamento da Economia Azul são transversais ou auxiliares no apoio aos Pilares 2 a 4.

Em cada pilar, as áreas de intervenção estratégica são articuladas em torno de facilitadores de governação, sociais e ambientais. Para cada grupo de intervenções é estabelecido um período de implementação, bem como os resultados esperados e os meios e recursos disponíveis para começar a dividi-los em componentes mais pequenas, bem como os principais intervenientes na implementação, os parceiros e aliados locais e internacionais e os beneficiários-alvo.






FIGURA 4.
Estrutura da Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau



	Ações	Projetos e atividades para a execução de cada programa
	Programas	Conjunto de ações para a implementação de cada eixo estratégico
	Facilitadores	Os facilitadores sociais, de governação e ambientais são definidos como eixos estratégicos
	Pilares	Pilares relacionados com as dimensões da Economia Azul
	Objectivos e finalidades	Promover um crescimento económico inclusivo e integrador baseado na utilização sustentável dos recursos marinhos costeiros






TABELA 2.






Estrutura da Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau

FACILITADORES ASG	CÓDIGO	EIXOS ESTRATÉGICOS	2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
 PILAR 1. Integração setorial e financiamento					
Governança 	1.1	Assegurar a integração institucional e setorial			
	1.2	Assegurar o acompanhamento, a medição do impacto e a informação sobre a Economia Azul			
	1.3	Reforçar o quadro de governança da Economia Azul			
Social 	1.4	Envolver e capacitar as mulheres e os jovens para contribuírem para o desenvolvimento da Economia Azul			
	1.5	Promover incubadoras de iniciativas azuis centradas nos jovens e nas mulheres empresárias e noutros grupos vulneráveis			
Económico 	1.6	Desenvolver instrumentos jurídicos, fiscais e financeiros para promover a Economia Azul			
	1.7	Apoiar o desenvolvimento dos agentes económicos envolvidos nas cadeias de valor azuis através de programas de financiamento de escala variável e adaptados às suas necessidades			
Ambiente 	1.8	Desenvolver um sistema de classificação das atividades económicas associadas aos objectivos ambientais da EA			
	1.9	Assegurar um sistema de avaliação e gestão dos riscos			








 Continua...

FACILITADORES ASG	CÓDIGO	EIXOS ESTRATÉGICOS	2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
 PILAR 2. Pescas e recursos hídricos					
Governança 	2.1	Consolidar uma governação e uma gestão eficazes dos recursos haliêuticos			
	2.2	Garantir um sistema eficaz de monitorização e controlo para uma pesca sustentável e responsável			
Social 	2.3	Integração das comunidades vulneráveis na cadeia de valor, promoção de ligações setoriais, garantia de retorno social			
Económico 	2.4	Desenvolvimento da frota nacional de pesca (artesanal e industrial) e da cadeia de valor do sector, utilizando a abordagem de desenvolvimento abrangente			
	2.5	Desenvolvimento do potencial da aquacultura através da inovação tecnológica e da transferência de conhecimentos			
Ambiente 	2.6	Consolidar a posição e os contributos de uma rede nacional de AMPs reforçada			
	2.7	Integrar os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais locais sobre a utilização e a proteção das zonas e recursos marinhos costeiros			
	2.8				

FACILITADORES ASG	CÓDIGO	EIXOS ESTRATÉGICOS	2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
 PILAR 3. Turismo azul					
Governança 	3.1	Estabelecer uma política de turismo sustentável baseada num quadro regulamentar, institucional e fiscal			
	3.2	Reforçar e desenvolver as instituições de formação turística			
Social 	3.3	Criar, manter e melhorar a imagem do destino GB (marca), em termos de posicionamento (características da marca e do produto)			
Económico 	3.4	Criar oportunidades comerciais e reforçar a sustentabilidade e a competitividade do sector do turismo na Guiné-Bissau Criar fortes ligações intersectoriais com outros sectores pertinentes (por exemplo, agricultura de pesca, agro-processamento, transformação de alimentos)			
Ambiente 	3.5	Promover o potencial das áreas protegidas no desenvolvimento de atividades de ecoturismo			
	3.6	Envolver o sector privado na conservação e promoção dos serviços ecossistémicos			

FACILITADORES ASG	CÓDIGO	EIXOS ESTRATÉGICOS	2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
 PILAR 4. Produção, agricultura e outros SNEA					
Governança 	4.1	Desenvolver um quadro integrado para a agricultura e a gestão costeira			
	4.2	Melhorar a adaptação às alterações climáticas e a resiliência do sistema de produção alimentar costeira			
Social 	4.3	A criação de valor transformacional é captada localmente através de um programa de formação especializada e de aconselhamento técnico			
	4.4	Proteção das instalações de produção			
Económico 	4.5	Melhoria dos sistemas de gestão da água e manutenção de diques para a cultura do arroz de mangal em zonas de risco de erosão, submersão marinha e salinização			
	4.6	Promover a resiliência e a diversificação dos sistemas de produção agrícola nas zonas costeiras			
Ambiente 	4.7	Projeto REDD+ Carbono Azul e outras ações para a conservação e recuperação de mangais e florestas costeiras			

FACILITADORES ASG	CÓDIGO	EIXOS ESTRATÉGICOS	2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
 PILAR 5. Transportes marítimos, infraestruturas e energia					
Governança 	5.1	Atualizar as políticas públicas marítimas e portuárias com as orientações estratégicas Porto Azul			
	5.2	Elaborar um plano de ação para a segurança marítima e portuária			
	5.3	Estratégia energética sustentável para impulsionar a Economia Azul			
Social 	5.4	Expandir as oportunidades de fabrico de energia renovável para mulheres e jovens na transição energética			
Económico 	5.5	Melhoria das infraestruturas e instalações necessárias para o desenvolvimento das cadeias de valor da Economia Azul			
	5.6	Promover o potencial das energias renováveis para dinamizar a Economia Azul			
Ambiente 	5.7	Conceber e executar um plano de gestão ambiental para as infraestruturas costeiras			

5.2



PILAR 1. INTEGRAÇÃO SECTORIAL E FINANCIAMENTO



5.2.1 Descrição / Problema

Para alcançar o objectivo e os resultados definidos na Estratégia, é necessário ultrapassar obstáculos significativos em matéria de governação e finanças, incluindo uma coordenação institucional fragmentada, a falta de capacidade técnica para analisar o orçamento e as despesas, a macroeconomia e as questões de finanças públicas, bem como para planear e executar a nível nacional e local, informações inadequadas sobre o desempenho da Economia Azul (ou seja, não existem dados sobre o impacto do sector privado na economia) e financiamento insuficiente, a nível nacional e internacional, para custear os investimentos de adaptação.

Dado o espaço orçamental limitado devido ao peso relativamente elevado da dívida, é necessário melhorar o ambiente empresarial, procurando simultaneamente estratégias inovadoras para atrair investimentos do sector privado e dos parceiros de desenvolvimento a custos acessíveis. Tal inclui a exploração de PPP e de mecanismos de investimento inovadores de *crowding-in*.






Além disso, é necessário criar um quadro regulamentar sólido, uma boa coordenação institucional e um ambiente político estável.

É necessário procurar um melhor acesso aos serviços financeiros, quer através da criação de uma instituição de microfinanciamento de referência, em conformidade com as orientações do banco central nacional, quer através de regimes garantidos ao sector privado. Outro fator de alavancagem para a promoção do empreendedorismo, da inovação e do investimento do sector privado está relacionado com o desenvolvimento e a promoção de algumas incubadoras azuis rurais e urbanas fundamentais que poderiam ser ligadas e especializadas à escala sectorial para visar as atividades da Economia Azul: ecoturismo, pescas, sistemas costeiros, etc.

Por conseguinte, o Pilar 1 centra a sua intervenção em reverter as principais lacunas de desempenho institucional e financeiro, relacionadas com a criação de condições legislativas, regulamentares e organizacionais para melhorar o ecossistema da Economia Azul, incluindo o sistema estatístico. A Estratégia dá especial atenção aos grupos vulneráveis e marginalizados e precisa de articular quadros políticos e institucionalizar medidas transversais para a participação das partes interessadas e a inclusão do género.



5.2.2 Objectivos

-  Um órgão de **governação eficaz especializado** na Economia Azul garante a integração dos sectores da Economia Azul e mede o impacto da EA.
-  **Ordenamento do espaço marítimo** implementado através da cooperação com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO.
-  **Incentivar os investidores privados** e os bancos públicos de desenvolvimento para potenciarem os seus esforços.
-  O **apoio personalizado**, a visibilidade, o acesso aos investidores e o aconselhamento sobre a preparação para o investimento potenciam o desenvolvimento local azul.
-  O quadro político da Economia Azul **facilita a utilização e a regeneração** dos recursos marinhos através de instrumentos técnicos e financeiros de gestão partilhada.



5.2.3 Partes interessadas e parceiros na implementação

Um Conselho da Economia Azul, composto por representantes do governo, do sector privado, da sociedade civil e de parceiros internacionais, presidido pelo Ministro da Economia ou pelo seu adjunto e aconselhado por um comité técnico, seria responsável por proporcionar uma liderança de alto nível e uma orientação estratégica. O Conselho da Economia Azul deve ser constituído por todos os ministérios relacionados com os cinco pilares (Finanças, Pescas, Turismo, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Ambiente e Biodiversidade, Recursos Naturais e Energia, Comércio e Indústria, Ministério das Obras Públicas, Administração Portuária e institutos governamentais, como o IBAP e o Instituto da Mulher e da Criança).

Além disso, as organizações da sociedade civil e as entidades relevantes do sector privado das cadeias

de valor da Economia Azul participam no comité técnico para liderar o processo de implementação do Quadro Estratégico para a Economia Azul. Os princípios operacionais são descritos na secção seguinte (2.7. Quadro institucional e governação) e teriam a responsabilidade de reforçar o diálogo multisectorial e a coordenação com novas instituições envolvidas na Economia Azul, operando através de mecanismos apoiados pelo programa.

Deverá também incluir parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio da energia e das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD, JICA) e do ambiente (PNUD, GEF, UE, França e outros), organizações de desenvolvimento da África Ocidental com especial incidência nos domínios do transporte marítimo e da segurança (MOWCA, WeCAPS, GoGIN, AAMA, CEDEAO) e da energia (IRENA, ECREEE, ERERA, WACEC).



5.2.4 Facilitadores da governação

Resultado(s) esperado(s) da governação

- Criação de um Conselho da Economia Azul que inclua todas as partes interessadas;
- Criação de grupos de trabalho sobre a Economia Azul: organização do diálogo entre as partes interessadas e com os parceiros técnicos e financeiros do desenvolvimento;
- O quadro jurídico para abordar questões emergentes na EA é desenvolvido, o ordenamento do espaço marítimo (OEM) é eficaz e integrado no processo de tomada de decisões (criação de condições legislativas, regulamentares e organizacionais);
- Acordos de PPP eficazes para a implementação de iniciativas e ações transversais.

TABELA 3.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

1.1 - Governação da integração sectorial e do financiamento da Economia Azul

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.1 Assegurar a integração institucional e sectorial					
	1.1.1	<ul style="list-style-type: none"> Constituição do Conselho Nacional da Economia Azul; Criação de um comité interministerial. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um comité interministerial (Decreto legal); Nº de reuniões; Nº de políticas e medidas regulamentares. 			
	1.2 Assegurar o acompanhamento, a medição do impacto e a informação sobre a Economia Azul					
	1.2.1	Criação de uma plataforma em linha/Painel de controlo.	Painel de controlo criado.			
	1.2.2	Mapeamento das atividades da EA Avaliações periódicas.	Nº de relatórios sobre a Economia Azul na Guiné-Bissau.			
	1.2.3	Identificar as boas práticas existentes e avaliar a sua escalabilidade.	Concepção de projetos de Economia Azul.			
	1.2.4	Apoio à mobilização de investimentos e ao financiamento de projetos, incluindo o acesso a financiamentos e garantias.	Recursos financeiros facilitados.			
	1.2.5	Elaborar recomendações políticas sectoriais.	Nº de recomendações de políticas sectoriais.			
	1.3 Reforçar o quadro de governação da Economia Azul					
	1.3.1	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e implementar um Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) alinhado em colaboração com o COI-UNESCO; Analisar as interações terra – mar; Atribuir prioridades para a utilização do espaço marinho costeiro. 	POEM concebido; Aprovado o plano de planeamento para os recursos marinhos costeiros.			
	1.3.2	Reforço da capacidade jurídica através da formação de advogados e juizes e da administração pública.	Nº de acordos efetivos de PPP para a implementação de iniciativas e ações transversais.			

TABELA 4.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela implementação

1.1 - Governação da integração sectorial e do financiamento da Economia Azul

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
	<p>1.1 Assegurar a integração institucional e sectorial</p> <p>1.2 Assegurar o acompanhamento, a medição do impacto e a informação sobre a Economia Azul</p>	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAVa e outros).</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério das Finanças; • Ministério dos Recursos Naturais e da Energia; • Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural; • Ministério das Pescas; • Ministério do Turismo; • Ministério da Agricultura; • Ministério do Ambiente e da Biodiversidade; • Administração Portuária; • Instituto Marítimo Portuário; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente turismo, produção de alimentos aquáticos e indústrias de transformação; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); Agroindústrias e cooperativas. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAVa e outros).</p>

Constituição do Conselho Nacional da Economia Azul

A intervenção articula-se em torno de 2 atividades principais:

- Criação de um comité interministerial que coordene, dirija, acompanhe e avalie as ações previstas na Estratégia para a Economia Azul;
- Estabelecer um grupo de trabalho constituído por assistentes técnicos fundamentais para a execução do programa de EA. Coordenação multisectorial entre ministérios, instituições de diferentes áreas, sociedade civil, através de plataformas de discussão (partilhar experiências e casos de sucesso, reforçar a consulta e a participação, assegurar a coerência das ações de formação e de apoio ao desenvolvimento social e económico).

Monitorização, aferimento e comunicação da Economia Azul

A intervenção articula-se em torno de 4 atividades principais:

- Criação de uma plataforma em linha que identifique os sectores da Economia Azul, bem como as bases de dados conexas, incluindo indicadores, lista das principais partes interessadas envolvidas e quadros políticos;
- Mapeamento das atividades da Economia Azul através de avaliações periódicas, análise de tendências, identificação de desafios e obstáculos;
- Identificação das boas práticas existentes e avaliação da sua escalabilidade e transferibilidade para as difundir nos sectores da Economia Azul;
- Apoio à mobilização de investimentos e ao financiamento de projetos, incluindo o acesso a financiamentos combinados e garantias.

Reforço do quadro de governação da Economia Azul

A intervenção articula-se em torno de 4 atividades principais:

- Facilitar instrumentos e ferramentas de gestão para melhorar o planeamento e a execução das políticas de promoção da Economia Azul, simplificando e acelerando os processos administrativos;
- Reforçar o quadro regulamentar e os procedimentos nacionais para a avaliação dos projetos costeiros e desenvolver instrumentos metodológicos e técnicos para estabelecer o nível de expectativas e fornecer orientações às empresas responsáveis pela avaliação dos impactos ambientais e sociais dos projetos costeiros;
- Reforçar a capacidade jurídica, do Ministério Público e judicial relativamente aos sectores da Economia Azul através da formação de advogados e juizes;
- Domesticação de instrumentos globais, continentais e regionais relevantes para o avanço da visão da Estratégia para a Economia Azul (Conduzir uma auditoria legal para fazer um levantamento de todas as convenções - regionais, continentais, globais - que a Guiné-Bissau ratificou e não ratificou, e assegurar a sua incorporação no ordenamento jurídico interno).

TABELA 5.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário 1.1 - Governança da Economia Azul, integração sectorial e financiamento

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.1 Assegurar a integração institucional e sectorial					
	1.1.1	<ul style="list-style-type: none"> Constituição do Conselho Nacional da Economia Azul; Criação de um comité interministerial. 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Workshops bianuais; 	80.000	0	80.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					
	1.2 Assegurar o acompanhamento, a medição do impacto e a informação sobre a Economia Azul					
	1.2.1	Criação de uma plataforma em linha/Painel de controlo.	<ul style="list-style-type: none"> Consulta das partes interessadas; Custo de desenvolvimento e manutenção da plataforma em linha; Reforço das capacidades. 	300.000	0	300.000
	1.2.2	Mapeamento das atividades da EA Avaliações periódicas.	Trabalho de campo/consultas das partes interessadas.	175.000	0	175.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento & filantropia					
	1.2.3	Identificar as boas práticas existentes e avaliar a sua escalabilidade.	Consulta das partes interessadas.	350.000	0	350.000
	1.2.4	Apoio à mobilização de investimentos e ao financiamento de projetos, incluindo o acesso a financiamentos e garantias.	Assistência técnica Capital de arranque.	150.000	1.000.000	1.150.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento & filantropia					
1.2.5	Elaborar recomendações políticas sectoriais.	Assistência técnica; Workshops.	30.000	0	30.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo						


Continua...

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.3 Reforçar o quadro de governação da Economia Azul					
	1.3.1	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e implementar um Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) alinhado em colaboração com o COI-UNESCO; Analisar as interações terra - mar Atribuir prioridades para a utilização do espaço marinho costeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Custo de desenvolvimento e manutenção da plataforma em linha Reforço das capacidades. 	40.000	180.000	220.000
	1.3.2	Reforço da capacidade jurídica através da formação de advogados e juizes e da administração pública.	Reforço das capacidades.	50.000	0	50.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento & filantropia						



5.2.5 Facilitadores económicos

Resultado(s) económico(s) esperado(s)

- Sistema contabilístico/estatístico e painel de controlo específico lançados e pilotados para medir a Economia Azul (é construído o estado de referência de cada um dos sectores socioeconómicos da Economia Azul);
- Desenvolvimento das capacidades financeiras, de governação e jurídicas da administração pública;
- Organização financeira eficaz para a utilização e monitorização dos fundos da Economia Azul lançada e pilotada no âmbito do Quadro Integrado de Financiamento Nacional (QIFN);
- Estabelecidas sinergias entre o espírito empresarial dos jovens, a transformação da indústria e o desenvolvimento sustentável;
- Identificação e promoção de oportunidades de negócio azuis, comercialização de novos produtos ou serviços;
- Novos mecanismos de financiamento aumentam o acesso das mulheres e dos jovens ao financiamento das empresas da Economia Azul, nomeadamente o microfinanciamento e as garantias de crédito;
- Regimes de financiamento de parcerias público-privadas;
- Melhoria do acesso a serviços financeiros relevantes para as empresas azuis.

TABELA 6.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

1.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul, integração sectorial e financiamento

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.4	Desenvolver instrumentos jurídicos, fiscais e financeiros para promover a Economia Azul			
	1.4.1	Prestar aconselhamento e apoio para criar uma reserva de projetos passíveis de investimento.	Nº de projetos-piloto de EA promovidos.		
	1.4.2	Criar uma “Conta Oceânica”.	Estabelecido e testado um sistema contabilístico/estatístico específico e um painel de controlo para medir a Economia Azul.		
	1.4.3	Implementação de mecanismos de partilha de riscos (fundos FEDS e quaisquer outros potenciais garantes).	Identificados e implementados mecanismos e instrumentos financeiros para potenciar as necessidades e oportunidades		
	1.4.4	Conceção de GB-Blue Bonds (Obrigações Azuis).	Aprovadas categorias e considerações indicativas para projetos azuis elegíveis. Essas categorias incluem os produtos do mar sustentáveis, o turismo costeiro e marinho, o transporte marítimo sustentável e as energias marinhas renováveis.		
	1.5	Apoiar o desenvolvimento dos agentes económicos envolvidos nas cadeias de valor azuis através de programas de financiamento de escala variável e adaptados às suas necessidades			
	1.5.1	Incentivar o investimento internacional e as parcerias locais para o desenvolvimento de cadeias de valor azuis baseadas nos recursos marinhos.	<ul style="list-style-type: none"> Os parceiros de desenvolvimento e os investidores privados são mobilizados em torno da implementação do plano de financiamento da Economia Azul; Estabelecimento de sinergias políticas entre o empreendedorismo dos jovens, a transformação da indústria e o desenvolvimento sustentável. 		
	1.5.2	Desenvolvimento do ecossistema do sector microfinanceiro da Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de organizações da Economia Azul que beneficiam de serviços de microfinanciamento Pessoas formadas em gestão financeira. 		

TABELA 7.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução

1.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul, integração sectorial e financiamento

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.4 Desenvolver instrumentos jurídicos, fiscais e financeiros para promover a Economia Azul	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério das Finanças Ministério dos Recursos Naturais e da Energia; • Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural; • Ministério das Pescas; • Ministério do Turismo; • Ministério da Agricultura; • Ministério do Ambiente e da Biodiversidade; • Administração Portuária; • Instituto Marítimo Portuário; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente turismo, produção de alimentos aquáticos e indústrias de transformação; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); Agroindústrias e cooperativas. 	Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAVA e outros).
	1.5 Apoiar o desenvolvimento dos agentes económicos envolvidos nas cadeias de valor azuis através de programas de financiamento de escala variável e adaptados às suas necessidades	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério das Finanças; • Ministério das Pescas; • Ministério do Turismo; • Ministério do Ambiente e da Biodiversidade; • Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente turismo, produção de alimentos aquáticos e indústrias de transformação; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); Agroindústrias e cooperativas. 	Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAVA e outros).

Desenvolver o quadro e os instrumentos financeiros da Economia Azul.

A intervenção articula-se em torno de 4 atividades principais:

- Constituição do Comité consultivo para a Economia Azul que formula recomendações sobre projetos suscetíveis de investimento; apoio na negociação de contratos complexos com entidades privadas; criação de ambientes propícios; aprofundamento dos mercados financeiros nacionais; atração e promoção de parcerias público-privadas (PPP) para investir e financiar os sectores da Economia Azul, bem como a adaptação às alterações climáticas;
- Criação de uma “conta Oceano” no Ministério das Finanças. Dotação orçamental para a conservação dos oceanos e o desenvolvimento da Economia Azul a partir dos impostos aplicados às atividades da EA, a reinvestir em infraestruturas públicas para promover o crescimento azul;
- Implementação de mecanismos de partilha de riscos (fundos FEDS e quaisquer outros potenciais garantes). Deve ser implementada uma combinação de intervenções complementares e que se reforcem mutuamente, incluindo mecanismos/garantias de partilha de riscos, aconselhamento e reforço de capacidades e instrumentos financeiros específicos;
- Conceber *GB-Blue Bonds* (Obrigações Azuis): angariar capital junto dos investidores para financiar projetos marinhos e oceânicos que tragam benefícios ambientais, económicos e climáticos;
- Conceber a estratégia adequada para o Governo, integrar potenciais parceiros bancários para a emissão, obter aconselhamento jurídico, identificar potenciais investidores, obter apoio adicional de outras partes interessadas, etc., para melhorar as hipóteses de uma emissão bem-sucedida.

Incentivar o desenvolvimento de cadeias de valor azuis baseadas nos recursos marinhos valorizados pelas comunidades das AMPs, desenvolvendo programas de pequenas subvenções.

A intervenção articula-se em torno de 3 atividades principais:

- Incentivar os investimentos internacionais e as parcerias locais para o desenvolvimento de cadeias de valor azuis baseadas nos recursos marinhos;
- Desenvolvimento do sector/de instituições de microfinanciamento da Economia Azul. Desenvolver sistemas bancários e microfinanceiros para a concessão de crédito às pequenas e médias empresas;
- Defender a introdução de incentivos de microfinanciamento para as comunidades que vivem na zona costeira a fim de proteger o ambiente em geral e encorajar o envolvimento da comunidade local.



TABELA 8.

Síntese das necessidades estratégicas de investimento que compõem o Eixo Prioritário 1.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul, integração sectorial e financiamento

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.4 Desenvolver instrumentos jurídicos, fiscais e financeiros para promover a Economia Azul					
	1.4.1	Prestar aconselhamento e apoio para criar uma reserva de projetos passíveis de investimento.	<ul style="list-style-type: none"> Análise de viabilidade; Logística para a criação do gabinete; Recursos humanos; Capital de arranque. 	100.000	1.500.000	1.600.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais / Agências de desenvolvimento & filantropia					
	1.4.2	Criar uma “Conta Oceânica”.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo. 	550.000	350.000	900.000
	1.4.3	Implementação de mecanismos de partilha de riscos (fundos FEDS e quaisquer outros potenciais garantes).	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo. 	100.000	0	100.000
	1.4.4	Conceção de GB-Blue Bonds (Obrigações Azuis).	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo; 	250.000	0	250.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento & filantropia					
	1.5 Apoiar o desenvolvimento dos agentes económicos envolvidos nas cadeias de valor azuis através de programas de financiamento de escala variável e adaptados às suas necessidades					
	1.5.1	Incentivar o investimento internacional e as parcerias locais para o desenvolvimento de cadeias de valor azuis baseadas nos recursos marinhos.	<ul style="list-style-type: none"> Reforço de capacidades; Workshops com parceiros; internacionais: finanças agrícolas, pescas e ecoturismo. 	200.000	0	200.000-
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento & filantropia					
1.5.2	Desenvolvimento do ecossistema do sector micro - financeiro da Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica. Desenvolver uma política e uma estratégia de inclusão financeira; Reforço das capacidades para regulamentar e supervisionar as operações do sector das micro - finanças. 	550.000	0	550.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento & comerciais)						



5.2.6 Facilitadores sociais

Resultado(s) social(is) esperado(s)

- Apoio contínuo das principais partes interessadas, incluindo universidades, bancos, fundos e investidores, e instituições governamentais, representado por novas iniciativas de Economia Azul, assinatura de acordos de formação e financiamento inicial;
 - Estabelecer sinergias entre o espírito empresarial dos jovens, a transformação do sector e o desenvolvimento local;
 - Trabalhadores qualificados preparados para a comunidade;
 - Melhoria da visibilidade dos projetos que dão um impulso tangível e motivador aos jovens e às mulheres empresários azuis.
-



TABELA 9.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

1.3 - Facilitadores sociais da integração sectorial e do financiamento

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.6 Envolver e capacitar as mulheres e os jovens para contribuírem para o desenvolvimento da Economia Azul					
	1.6.1	Desenvolver uma avaliação do ambiente de mercado da inclusão financeira.	Roteiro para a integração dos jovens e das mulheres na Economia Azul através de apoio financeiro.			
	1.6.2	Programa de competências específicas resultado do estudo de diagnóstico da inclusão financeira.	Nº de jovens e mulheres envolvidos; Melhoria das competências financeiras dos jovens e das mulheres.			
	1.7 Promover incubadoras de iniciativas azuis centradas nos jovens e nas mulheres empresárias e noutros grupos vulneráveis					
	1.7.1	Diagnóstico e análise de oportunidades de negócio sustentáveis.	Identificação e promoção de oportunidades de negócio azuis; As incubadoras azuis favorecem as pequenas empresas, as iniciativas inovadoras e a participação dos jovens nas cadeias de valor azuis.			
1.7.2	Linhas de financiamento específicas e concursos nacionais de financiamento para projetos relacionados com a Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de esquemas de financiamento de parcerias público-privadas para empresas azuis; Nº de novos mecanismos de financiamento desenvolvidos para aumentar o acesso dos jovens ao financiamento de empresas na Economia Azul; Nº de formadores e professores de educação para o empreendedorismo e de programas de empreendedorismo com conhecimentos práticos e experiência de empreendedorismo e que ministram formação de forma experimental. 				

TABELA 10.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário
1.3 - Facilitadores sociais da integração sectorial e do financiamento

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
	<p>1.6 Envolver e capacitar as mulheres e os jovens para contribuírem para o desenvolvimento da Economia Azul</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério das Finanças; • Ministério das Pescas; • Ministério do Turismo; • Ministério do Ambiente e da Biodiversidade; • Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente turismo, produção de alimentos aquáticos e indústrias de transformação; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); • Agroindústrias e cooperativas. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAVa e outros).</p>
<p>1.7 Promover incubadoras de iniciativas azuis centradas nos jovens e nas mulheres empresárias e noutros grupos vulneráveis</p>		
<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério das Finanças; • Ministério das Pescas; • Ministério do Turismo; • Ministério do Ambiente e da Biodiversidade; • Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente turismo, produção de alimentos aquáticos e indústrias de transformação; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); • Agroindústrias e cooperativas. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAVa e outros).</p>	

Envolver e capacitar os jovens no desenvolvimento da Economia Azul

A intervenção articula-se em torno de 5 atividades principais:

- Desenvolver uma avaliação do ambiente de mercado da inclusão financeira. Avaliar os obstáculos jurídicos e regulamentares que os jovens empresários enfrentam e assegurar a participação dos jovens na conservação e na criação de novas oportunidades de desenvolvimento baseadas nos oceanos. Analisar os mecanismos institucionais através dos quais os jovens são excluídos da plena participação nos sistemas financeiros formais. Mapear a situação atual do empreendedorismo dos jovens e colmatar eventuais lacunas ou deficiências no apoio prestado às empresas de jovens;
- Sensibilizar os jovens para as oportunidades de empreendedorismo nas economias verde e azul (criar uma campanha nacional para melhorar a sensibilização dos jovens). Assegurar o envolvimento com as redes de jovens existentes e garantir que estas estejam estreitamente alinhadas com a promoção do empreendedorismo dos jovens na Economia Azul. Promover jovens modelos a seguir;
- Concepção de currículos adaptados à Economia Azul para percursos profissionais de jovens, desde um certificado, diploma, até ao nível de investigação de graduação e pós-graduação;
- Reforçar as capacidades dos jovens, tanto no domínio das novas tecnologias como das questões ambientais, é fundamental para cobrir as vagas em que são exigidas novas competências. Promover a literacia financeira entre os jovens empresários e serviços para melhorar a gestão financeira;
- Criar parcerias entre os prestadores de educação e formação e o sector privado.

Incubadoras azuis através de sectores-chave rurais e urbanos

A intervenção articula-se em torno de 3 atividades principais:

- Melhoria da oferta de serviços financeiros através do reforço das capacidades, da introdução de inovações na prestação de serviços financeiros (desenvolvimento de plataformas inovadoras de dinheiro móvel), da criação de parcerias com parceiros locais relevantes para promover um ecossistema financeiro e empresarial mais inclusivo e inovador;
- Diagnóstico e análise de oportunidades de negócio sustentáveis. Oportunidades de desenvolvimento de negócios ao longo da cadeia de valor associada, valorizando a identidade territorial e a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Identificação de alianças com sectores relacionados na Estratégia para a Economia Azul;
- Inclusão de linhas de financiamento específicas e convites nacionais à apresentação de propostas de financiamento para projetos relacionados com a Economia Azul. Fomento de parcerias com organizações de desenvolvimento de competências e de negócios para criar incubadoras de empresas e carreiras azuis para fomentar ideias inovadoras na Economia Azul.



TABELA 11.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 1.3 - Facilitadores sociais da integração sectorial e do financiamento

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.6 Envolver e capacitar as mulheres e os jovens para contribuírem para o desenvolvimento da Economia Azul					
	1.6.1	Desenvolver uma avaliação do ambiente de mercado e da inclusão financeira.	<ul style="list-style-type: none"> Avaliações do sector da AT que abordam a oferta e a procura de serviços financeiros; Debates em grupos de reflexão. 	250.000	0	250.000
	1.6.2	Programa de competências específicas resultado do estudo de diagnóstico da inclusão financeira.	Assistência técnica - reforço das capacidades.	300.000	0	300.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
	1.7 Promover incubadoras de iniciativas azuis centradas nos jovens e nas mulheres empresárias e noutros grupos vulneráveis					
	1.7.1	Diagnóstico e análise de oportunidades de negócio sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo. 	150.000	0	150.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento & filantropia						
1.7.2	Linhas de financiamento específicas e concursos nacionais de financiamento para projetos relacionados com a Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Capital de arranque 4 programas-piloto a desenvolver anualmente (7 anos). 	500.000	500.000	1.000.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais						



5.2.7 Facilitadores ambientais

Resultado(s) ambiental(ais) esperado(s)

- Criação de um sistema de contabilidade ambiental e económica (SEEA);
- Melhor compreensão do impacto ambiental das empresas;
- Melhoria da gestão dos resíduos e do equipamento do porto de receção;
- Avaliação dos serviços ecossistémicos desenvolvida sobre o capital natural marinho e costeiro;
- Desenvolvimento de informações marinhas e costeiras para a avaliação dos riscos.

TABELA 12.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

1.4 - Facilitadores ambientais da integração sectorial e do financiamento

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.8 Desenvolver um sistema de classificação das atividades económicas associadas aos objectivos ambientais da EA					
	1.8.1	Avaliar o valor dos serviços dos ecossistemas marinhos.	Avaliação dos serviços ecossistémicos, desenvolvida sobre o capital natural marinho e costeiro.			
		Desenvolvimento de programas de formação e sensibilização ambiental dirigidos às empresas das cadeias de valor da economia.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de programas concebidos; Nº de empresas criadas; Nº de técnicos formados. 			
	1.9 Assegurar um sistema de avaliação e gestão dos riscos					
	1.9.1	Desenvolver um mapa de sensibilidade costeira.	Mapa de sensibilidade e vulnerabilidade da costa e do mar preparado.			
		Monitorizar o impacto da ação humana nas comunidades de flora e fauna costeiras e marinhas.	Gestão das catástrofes industriais, poluição e dos impactos de melhores instalações portuárias.			
		Desenvolver ferramentas estratégicas de tomada de decisões ambientais para os decisores da Economia Azul.	Desenvolvimento de informações marinhas e costeiras para a avaliação dos riscos.			



TABELA 13.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do plano de ação
1.4 - Facilitadores ambientais da integração sectorial e do financiamento

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.8 Desenvolver um sistema de classificação das atividades económicas associadas aos objectivos ambientais da EA	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério das Finanças; • Ministério dos Recursos Naturais e da Energia; • Ministério do Ambiente e da Biodiversidade; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente turismo, produção de alimentos aquáticos e indústrias de transformação; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); • Agroindústrias e cooperativas. 	Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAV A e outros).
	1.9 Assegurar um sistema de avaliação e gestão dos riscos	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério das Finanças; • Ministério dos Recursos Naturais e da Energia; • Ministério do Ambiente e da Biodiversidade; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente turismo, produção de alimentos aquáticos e indústrias de transformação; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); • Agroindústrias e cooperativas. 	Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos nos domínios das infraestruturas, da educação, da segurança alimentar, da mobilização de fundos, do ambiente e da energia (UE, BM, BOAD, BAD, FAO, FIDA, OFID, UICN, WWF, Fundação MAV A e outros).

Desenvolver um sistema de classificação das atividades económicas associadas aos objectivos ambientais da Economia Azul

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais**:

- Implementar uma taxonomia verde nacional para proporcionar um entendimento comum das atividades económicas que contam como verdes;
- Identificar as atividades e os investimentos que cumprem os objectivos ambientais, ajudando a orientar o capital de forma mais eficiente para projetos prioritários sustentáveis do ponto de vista ambiental;
- Melhorar a compreensão do impacto ambiental das empresas: A divulgação da taxonomia facilitará a compreensão da contribuição das empresas para a sustentabilidade ambiental.

Informação marinha e costeira para avaliação de riscos e projeto de planeamento de investimentos

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais**:

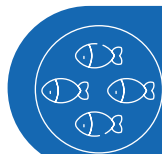
- Desenvolver um mapa costeiro de sensibilidade e identificar todas as áreas onde não devem ser instaladas interesses e infraestruturas humanas devido à exposição a riscos atuais e futuros;
- Desenvolver uma avaliação do valor do capital natural global para poder desenvolver novos mecanismos financeiros. Introduzir a avaliação dos serviços ecossistémicos;
- Desenvolver a avaliação do impacto ambiental na flora e fauna costeira e marinha das principais ações. Monitorizar os impactos da ação humana sobre as comunidades florísticas e animais costeiras e marinhas, avaliar os impactos prováveis sobre o capital azul e os potenciais de desenvolvimento e identificar respostas adequadas.

TABELA 14.

Resumo das necessidades estratégicas de investimento que constituem o Eixo Prioritário 1.4 - Facilitadores ambientais da integração sectorial e do financiamento

	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO		
		Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação
EIXOS ESTRATÉGICOS	1.8 Desenvolver um sistema de classificação das atividades económicas associadas aos objectivos ambientais da EA			
	• Assistência técnica;	370.000	0	370.000
	• Trabalho de campo.			
	• Trabalho de campo;	500.000	0	500.000
	• Qualificações;			
	• 4 programas-piloto a desenvolver anualmente (7 anos).			
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia			
	1.9 Assegurar um sistema de avaliação e gestão dos riscos			
	• Assistência técnica;	180.000	0	180.000
	• Trabalho de campo.	250.000	0	250.000
	150.000	300.000	450.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia				

5.3



PILAR 2. PESCAS E RECURSOS HÍDRICOS



5.3.1 Descrição / Problema

A cadeia de valor em torno da produção de alimentos aquáticos e, em particular, do sector das pescas é relatada como sendo fraca, conduzindo a um baixo valor acrescentado e à falta de processamento de subprodutos e resíduos, o que dificulta a criação de um ambiente de negócios para o sector privado. As infraestruturas de receção das capturas são muito escassas e estão em más condições, tanto ao nível dos equipamentos como das instalações, tais como portos e rampas. O difícil acesso ao crédito e a ausência de uma abordagem sanitária e de qualidade robusta, limita a capacidade dos intervenientes nacionais de conservar, processar e comercializar corretamente os produtos da pesca.

Para melhorar o desenvolvimento da cadeia de valor da pesca é necessário efetuar vários investimentos e reformas.

A curto e médio prazo, é fundamental reforçar os regulamentos governamentais para exigir que os operadores estrangeiros estejam devidamente registados na Guiné-Bissau e invistam nas infraestruturas nacionais, na criação de uma frota industrial nacional, bem como o aumento das taxas de obtenção de licenças. A melhoria da capacidade humana e tecnológica da Guiné-Bissau para desenvolver, monitorizar e aplicar os seus regulamentos de pesca é crucial para a adoção de quadros regulamentares precisos viado garantir a sustentabilidade da exploração do setor. Constitui o primeiro passo, o desenvolvimento de uma avaliação completa das principais unidades populacionais marinhas para fornecer uma linha de base para monitorizar as mudanças ao longo do tempo, o que poderia ser realizado através de parcerias internacionais para estabelecer programas de investigação prática que melhorem a recolha de dados sobre as pescas.



5.3.2 Objectivos

- 🎯 O **reforço da frota de pesca** de Bissau, incluindo a cadeia de abastecimento, visando o aumento da produção nacional de pescado;
- 🎯 **Desenvolvimento de um quadro de formação** atualizado completo e multidisciplinar em matéria de pesca e aquacultura (aumento do capital humano no domínio da pesca e da aquacultura);
- 🎯 O **apetrecho das infraestruturas e instalações** para o desenvolvimento das cadeias de valor dos produtos do mar;
- 🎯 Os **sistemas regulamentares de cogestão** são aplicados tendo em conta os conhecimentos tradicionais locais (os pescadores desempenham um papel fundamental na garantia de uma gestão responsável e de uma utilização sustentável dos recursos aquáticos vivos);
- 🎯 **Implementação de um sistema eficaz** de regulamentação e controlo da pesca IUU;
- 🎯 **Elaboração das provas científicas** necessárias para apoiar as medidas de gestão, desenvolvimento e diversificação das atividades de pesca e aquacultura;
- 🎯 **Desenvolvimento do potencial aquícola do país** – transferência e implementação de sistemas de produção eficientes (aumento da produção aquícola nacional).



5.3.3 Partes interessadas e parceiros na implementação

- O ministério da tutela é um parceiro chave que deve desempenhar um papel fundamental na gestão do projeto (ministérios ligados à Pesca e à Economia Azul; Finanças, Economia, Pesca, Ambiente, Energia, assim como o IBAP e o Instituto da Mulher e da Criança). Isto deve ser definido no âmbito do Conselho da Economia Azul, a ser criado para a governação da Estratégia.
- Além disso, representantes dos sectores da Economia Azul (pescas, portos, energia) e das ONG devem ser envolvidos na execução do projeto.
- Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento de infraestruturas, energia, ambiente e educação, tais como as Organizações de Desenvolvimento da África Ocidental (WeCAPS, GoGIN, CEDEAO).



5.3.4 Facilitadores da governação

Resultado(s) previsto(s) da governação das pescas

- Plano de ação nacional sobre a pesca ilegal, não regulada e não regulamentada¹⁴ e reformas legais do governo para controlar adequadamente os operadores de pesca estrangeiros e nacionais;
- São estabelecidas alianças e colaborações internacionais para garantir um comércio de produtos da pesca baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo;
- Programa de reforço das capacidades lançado e pilotado;
- Atualização da política de pescas da ZEE no âmbito de um processo mais vasto de OEM e definição dos direitos de acesso e das regras de exploração das unidades populacionais de peixes;
- Programa de monitorização participativa das pescas (MPP) lançado e pilotado.

14 Acrónimo derivado do termo em inglês "illegal, unreported and unregulated"

TABELA 15.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário
2.1 - Governação das pescas

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.1	Consolidar uma governação e uma gestão eficazes dos recursos haliêuticos				
	2.2.1	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e executar um plano de ação nacional sobre a pesca IUU, em conformidade com o plano de ação internacional da FAO; Assegurar que o quadro jurídico nacional estabeleça um sistema de sanções dissuasivas para as infrações em matéria de pesca IUU; Melhoria dos equipamentos de vigilância e controlo; 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Nacional sobre a pesca IUU desenvolvido; Nº de reformas legais governamentais desenvolvidas para controlar adequadamente os operadores de pesca estrangeiros e nacionais; Reforço das capacidades de monitorização do controlo de vigilância (patrulhas, drones, RH); 			
	2.2.2	Orientar os fóruns políticos relevantes para uma maior sensibilização e ação no sentido de garantir um comércio de produtos da pesca baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo, que seja coerente com as regras e normas acordadas internacionalmente.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de fóruns políticos; Nº de alianças e colaborações internacionais estabelecidas para assegurar um comércio de produtos da pesca baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo. 			
	2.2.3	Desenvolver um programa de formação destinado à administração das pescas e aos pescadores: guardiães dos recursos partilhados.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas formadas; Nº de programas implementados; Nº de participantes de coletivos vulneráveis; Nº de sanções implementadas. 			
	2.2	Garantir um sistema eficaz de monitorização e controlo para uma pesca sustentável e responsável				
	2.2.1	Elaboração e atualização do zonamento da ZEE e definição dos direitos de acesso e regras de funcionamento.	<ul style="list-style-type: none"> Atualização da política de zonagem do ZEE e definição dos direitos de acesso e das regras de exploração dos recursos haliêuticos; Nº de textos regulamentares adotados. 			

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.2 Garantir um sistema eficaz de monitorização e controlo para uma pesca sustentável e responsável				
	2.2.2	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do acompanhamento e controlo das atividades de pesca nas zonas costeiras e ao largo da costa; Implementação de um programa de monitorização participativa das pescas (MPP). 	<ul style="list-style-type: none"> Lançamento e implementação de um programa participativo de controlo das pescas (MPP); Número de pescadores envolvidos no MPP; Relatórios de avaliação das unidades populacionais; Relatórios de missões de patrulha. 		

TABELA 16.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário 2.1 - Governação das pescas

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.1 Consolidar uma governação e uma gestão eficazes dos recursos haliêuticos	
	<ul style="list-style-type: none"> DGFDP; CIPA; FISCAP; Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Autoridade competente em matéria de avaliação ambiental (AAC); Gabinete de Ordenamento do Litoral; ONG locais ou internacionais; Pescadores e profissionais do sector (artesanais e industriais). 	<p>Comissão Sub-Regional das Pescas;</p> <p>Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FAO, PAM) e do ambiente (UE, França e outros);</p> <p>Cooperação internacional.</p>
	2.2 Garantir um sistema eficaz de monitorização e controlo para uma pesca sustentável e responsável	
	<ul style="list-style-type: none"> DGFDP; CIPA; FISCAP; Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Autoridade competente em matéria de avaliação ambiental (AAC); Gabinete de Ordenamento do Litoral; <i>Centre d'Investigation et d'Application de la Pêche</i>; Pescadores e profissionais do sector (artesanais e industriais). 	<p>Comissão Sub-Regional das Pescas;</p> <p>Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FAO, PAM) e do ambiente (UE, França e outros);</p> <p>Cooperação internacional;</p> <p>Universidade Lusófona;</p> <p>Universidade Amílcar Cabral.</p>

Consolidar um sistema eficaz de regulamentação e controlo - IUU

A intervenção articula-se em torno de 3 atividades principais:

- Desenvolvimento e implementação de um plano de ação nacional sobre a pesca IUU e orientações de pesca SSF em conformidade com o Plano de Ação Internacional da FAO para Prevenir, Dissuadir e Eliminar a Pesca IUU. Assegurar que o quadro jurídico nacional estabeleça um sistema de sanções dissuasivas para as infrações de pesca IUU;
- Orientar os fóruns políticos relevantes para uma maior sensibilização e ação para assegurar um comércio de produtos da pesca baseado em regras, transparente, não discriminatório e equitativo que seja coerente com as regras e normas acordadas internacionalmente. E contribuir para a segurança alimentar nacional;
- Desenvolver um programa de formação destinado à sociedade civil e aos pescadores para promover a ação penal dos cidadãos. Enquanto guardiães de recursos partilhados, os trabalhadores da pesca devem desempenhar um papel fundamental na garantia de uma gestão responsável e de uma utilização sustentável dos recursos aquáticos vivos e dos ecossistemas que os suportam. Inclusão de jovens e mulheres, enquanto destinatários prioritários.

Garantir um sistema eficaz de monitorização e controlo para uma pesca sustentável e responsável

A intervenção articula-se em torno de 2 atividades principais:

- Elaboração e atualização regular de um zonamento da ZEE e definição de direitos de acesso e regras de exploração dos recursos haliêuticos;
- Implementação de um programa de monitorização participativa das pescas (MPP) como ferramenta para a tomada de decisões, para o acompanhamento das ações que resultam da implementação dos programas de ordenamento do espaço marinho (POEM), e para a consolidação das cadeias de valor da pesca responsável;



TABELA 17.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 2.1 - Governação das pescas

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.1 Consolidar uma governação e uma gestão eficazes dos recursos haliéuticos					
	2.1.1	Elaborar e executar um plano de ação nacional sobre a pesca IUU, em conformidade com o plano de ação internacional da FAO;	<ul style="list-style-type: none"> Equipamento: navios-patrolha, drones; Formação para novos equipamentos; Reforço das capacidades. 	75.000	1.800.000	1.875.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					
	2.1.2	Orientar os fóruns políticos relevantes para uma maior sensibilização e ação no sentido de garantir um comércio de produtos da pesca baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo, que seja coerente com as regras e normas acordadas internacionalmente.	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos; Relatores; Campanha de comunicação social; Administração de eventos; Aluguer do local e logística; Alimentação e bebidas. 	300.000	0	300.000
	2.1.3	Desenvolver um programa de formação destinado à administração das pescas e aos pescadores: guardiães dos recursos partilhados.	<ul style="list-style-type: none"> Formadores; Compensação dos pescadores. 	250.000	0	250.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
	2.2 Garantir um sistema eficaz de monitorização e controlo para uma pesca sustentável e responsável					
2.2.1	Elaboração e atualização do zonamento da ZEE e definição dos direitos de acesso e regras de funcionamento.	Elaboração dos planos CCZM e ZEE. Incluirá um sistema de monitorização e avaliação de impacto.	260.000	0	260.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO		
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação
2.2	Garantir um sistema eficaz de monitorização e controlo para uma pesca sustentável e responsável				
2.2.2	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do acompanhamento e controlo das atividades de pesca nas zonas costeiras e ao largo da costa; Implementação de um programa de monitorização participativa das pescas (MPP). 	<ul style="list-style-type: none"> Formação: 4 programas-piloto de formação nas comunidades piscatórias; Equipamento: ferramenta para comunicar o controlo das pescas aos inspetores das pescas. 	250.000	0	250.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					



5.3.5 Facilitadores económicos

Resultado(s) económico(s) esperado(s) da pesca

- Facilitar o investimento privado em equipamentos e infraestruturas para a frota de pesca artesanal e industrial;
- Estudo de mercado e plano de ação concebidos;
- Mercados criados ou melhorados;
- Desenvolvimento da avaliação estratégica da aquacultura;
- Acesso a alevins, alimentos para animais, equipamento, capacidade, financiamento, mercados;
- Lançamento do programa de investigação em aquacultura.

TABELA 18.Resumo dos projetos que constituem o Eixo Prioritário
2.2 - Pesca económica

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.3 Desenvolvimento da frota nacional de pesca (artesanal e industrial) e da cadeia de abastecimento					
	2.3.1	Reforçar as capacidades nacionais do sector das pescas em termos de equipamento, infraestruturas e modernização da frota de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de embarcações de pesca artesanal melhorados e equipados; Nº de embarcações de pesca industrial; Nº de instalações de armazenamento e transformação criadas. 			
	2.3.2	Desenvolver o ambiente e o quadro jurídico para o investimento na pesca; Melhorar a política económica que favoreça a integração da frota nacional e estrangeira na economia nacional.	<ul style="list-style-type: none"> Textos regulamentares que promovem a integração da frota nacional e estrangeira na economia nacional; Benefícios fiscais para a aquisição de indústrias de pesca de valor acrescentado; Apoio ao acesso a empréstimos bancários a uma taxa favorável. 			
	2.4 Desenvolvimento do potencial da aquacultura através da inovação tecnológica e da transferência de conhecimentos					
	2.4.1	Atualizar e aplicar a estratégia e o plano de ação nacionais para a aquacultura.	<ul style="list-style-type: none"> Plano de ação para o desenvolvimento da aquacultura pilotado; Equipamentos e capacidades técnicas desenvolvidos. 			
	2.4.2	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver regulamentos específicos para a aquacultura; Aumentar o apoio aos requerentes de licenças de aquacultura no âmbito do processo de licenciamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentos que regem o desenvolvimento da aquacultura. 			
	2.4.3	Desenvolver projetos-piloto de aquacultura com intervenientes privados através de investimentos em pequena escala e da facilitação fiscal.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de projetos-piloto de aquacultura desenvolvidos; Nº de projetos-piloto em escala; Toneladas de produtos de aquacultura produzidos. 			

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.4 Desenvolvimento do potencial da aquacultura através da inovação tecnológica e da transferência de conhecimentos					
	2.4.4	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um programa de boas práticas de aquacultura disseminado nas comunidades costeiras; Aumentar a integração e a compreensão da aquacultura nas comunidades costeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de comunidades piscatórias envolvidas; Nº de pessoas formadas. 			
	2.4.5	Desenvolver um programa de investigação e de reforço das capacidades técnicas no domínio da aquacultura.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de investigações aplicadas; Nº de aplicações tecnológicas transferidas para o sector privado; Nº de pessoas formadas. 			

TABELA 19.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário 2.2 - Pesca económica

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
	EIXOS ESTRATÉGICOS	2.3 Desenvolvimento da frota nacional de pesca (artesanal e industrial) e da cadeia de abastecimento
<ul style="list-style-type: none"> ANAPI; Cooperativas e outras organizações de pesca; Empresas de pesca (Viguipeca Afripeca GGS BPP); DGFDP; Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Instituto da Mulher e da Criança; ONG locais ou internacionais. 		Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD), do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FAO, PAM) e do ambiente (UE, França e outros).
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.4 Desenvolvimento do potencial da aquacultura através da inovação tecnológica e da transferência de conhecimentos	
	<ul style="list-style-type: none"> CIPA; DGFDP; Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Instituto da Mulher e da Criança; ONG locais ou internacionais; Cooperativas e outras organizações de pesca. 	Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD), do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FAO, PAM) e do ambiente (UE, França e outros).

Controlo da frota de pesca Bissau-guineense (artesanal e industrial e cadeia de abastecimento)

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais**:

- Criação de infraestruturas e equipamentos adequados para criar e melhorar as unidades de transformação de produtos da pesca com valor acrescentado: construção e modernização de unidades de transformação de peixe e marisco, instalações de armazenamento e distribuição por grosso, armazéns refrigerados e não refrigerados e instalações correspondentes à comercialização a grosso dos produtos da pesca no destino. Identificação e reforço dos locais de desembarque. A pesca artesanal deve ser envolvida no processo, bem como a pesca industrial;
- Definição e validação participativa de um plano de ação para o acesso aos mercados. Incluindo o desenvolvimento de infraestruturas adequadas, para melhor fornecer produtos de peixe de alta qualidade a preços acessíveis. Implementar programas específicos no âmbito do Plano de Ação centrados nos jovens e nas mulheres como destinatários prioritários;

- Criação ou melhoria de mercados para produtos aquáticos de origem local que liguem produtores, transformadores, clientes e consumidores.

Desenvolver o potencial da aquacultura através da inovação tecnológica e da transferência de conhecimentos

A intervenção articula-se em torno de **5 atividades principais**:

- Desenvolvimento de uma avaliação estratégica do potencial aquícola a nível local e nacional para planejar de forma abrangente as atividades de assistência técnica. Avaliação específica para abordar a inclusão de jovens e mulheres;
- Aumentar o apoio aos requerentes de licenças de aquacultura no âmbito do processo de licenciamento;
- Desenvolver projetos-piloto de aquacultura com intervenientes privados através de investimentos de pequena escala e da facilitação fiscal;
- Aumentar a integração e a compreensão da aquacultura nas comunidades costeiras;
- Expandir a monitorização ambiental e a investigação sobre e para a aquacultura.

TABELA 20.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 2.2 - Pesca económica

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO		
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.3	Desenvolvimento da frota nacional de pesca (artesanal e industrial) e da cadeia de abastecimento			
	2.3.1	Reforçar as capacidades nacionais do sector das pescas em termos de equipamento, infraestruturas e modernização da frota de pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Embarcações artesanais melhoradas; • Embarcações de pesca industrial; • Instalações de armazenamento e transformação. 	1.000.000	20.000.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais					

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.3 Desenvolvimento da frota nacional de pesca (artesanal e industrial) e da cadeia de abastecimento					
	2.3.2	Desenvolver o ambiente e o quadro jurídico para o investimento na pesca. Melhoria da política económica que favoreça a integração da frota nacional e estrangeira na economia nacional.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica Trabalho de campo/consultas das partes interessadas. 	130.000	0	130.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
	2.4 Desenvolvimento do potencial da aquacultura através da inovação tecnológica e da transferência de conhecimentos					
	2.4.1	Atualizar e aplicar a estratégia e o plano de ação nacionais para a aquacultura.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	1.400.000	0	1.400.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					
	2.4.2	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver regulamentação específica para a aquacultura; Aumentar o apoio aos requerentes de licenças de aquacultura no âmbito do processo de licenciamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	150.000	0	150.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					
	2.4.3	Desenvolver projetos-piloto de aquacultura com intervenientes privados através de investimentos em pequena escala e da facilitação fiscal.	Capacitação Investimentos em tecnologia e equipamento.	1.350.000	500.000	1.850.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais					

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.4 Desenvolvimento do potencial da aquicultura através da inovação tecnológica e da transferência de conhecimentos					
	2.4.4	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um programa de boas práticas de aquicultura disseminado nas comunidades costeiras; Aumentar a integração e a compreensão da aquicultura nas comunidades costeiras. 	Carrinhas de serviço de informação; Estações de rádio comunitárias; Centros de informação.	150.000	0	150.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
	2.4.5	Desenvolver um programa de investigação e de reforço das capacidades técnicas no domínio da aquicultura.	Recrutamento de pessoal; Equipamento de monitorização; Equipamento de laboratório.	1.000.000	0	1.000.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						



5.3.6 Facilitadores sociais

Resultado(s) social(is) esperado(s) da pesca

- Lançamento do programa de certificação artesanal;
- Roteiro da cadeia de valor da pesca concebido;
- Sistema de cogestão artesanal validado;
- Lançamento e pilotagem do programa de formação para os atores da cadeia de valor dos produtos do mar.

TABELA 21.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário
2.3 - Cadeia de valor da pesca

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.5	Integração das comunidades vulneráveis na cadeia de valor, promoção de ligações sectoriais, garantia de retorno social			
	2.5.1	Desenvolver programas de assistência técnica para a certificação ou rotulagem dos produtos da pesca.	Nº de normas e certificações de pesca artesanal implementadas.		
	2.5.2	Desenvolver um plano de ação para o acesso ao mercado; Criar ou atualizar mercados locais que liguem produtores, transformadores, clientes e consumidores.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de viabilidade do mercado; • Nº de espaços de comercialização de produtos marinhos criados ou melhorados. 		
	2.5.3	Estabelecer programas de formação e de especialização para os atores envolvidos nas cadeias de valor dos produtos do mar.	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de programas especializados de capacitação; • Nº de pessoas formadas. 		

TABELA 22.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do projeto de Eixo Prioritário
2.3 - Facilitadores sociais da pesca

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
		2.5 Integração das comunidades vulneráveis na cadeia de valor, promoção de ligações sectoriais, garantia de retorno social
	<ul style="list-style-type: none"> • ANAPI; • Cooperativas e outras organizações de pesca; • Empresas de pesca (Viguipeca I Afripeca I GGS I BPP); • DGFDP; • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Instituto da Mulher e da Criança; • ONG locais ou internacionais. 	Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD), do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FAO, PAM) e do ambiente (UE, França e outros).

Reforço da cadeia de valor da pesca através da incorporação da inovação como estratégia de desenvolvimento sustentável

A intervenção articula-se em torno de **4 atividades principais**:

- Desenvolver programas de assistência técnica para promover a certificação ou a rotulagem dos produtos da pesca e da aquacultura provenientes das AMPs e campanhas de mercado. Inclusão de jovens e mulheres enquanto destinatários prioritários;
- Diagnóstico e plano de ação para a cadeia de valor da pesca a fim de desenvolver um roteiro sectorial que afete cada etapa da cadeia de valor (insumos, tecnologia, marketing, transporte, etc.) para a implementação da inovação e do desenvolvimento empresarial;
- Estabelecer sistemas locais de cogestão da pesca artesanal com a participação dos profissionais para a definição das regras e a administração das atividades de pesca nos OECM e nas AMPs;
- Implementar programas de formação para todos os atores envolvidos na cadeia de valor dos produtos do mar. Principais beneficiários: mulheres e jovens.

TABELA 23.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 2.3 - Cadeia de valor da pesca

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.5 Integração das comunidades vulneráveis na cadeia de valor, promoção de ligações sectoriais, garantia de retorno social					
	2.5.1	Desenvolver programas de assistência técnica para a certificação ou rotulagem dos produtos da pesca.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; • Processos participativos/espços de diálogo. 	260.000	0	260.000
	2.5.2	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um plano de ação para o acesso ao mercado; • Criar ou atualizar mercados locais que liguem produtores, transformadores, clientes e consumidores. 	Infraestruturas e equipamentos do mercado.	750.000	0	750.000
	2.5.3	Estabelecer programas de formação e de especialização para os atores envolvidos nas cadeias de valor do marisco.	Formadores.	150.000	0	150.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						



5.3.7 Facilitadores ambientais

Resultado(s) ambiental(is) esperado(s) da pesca

- Planeamento do Espaço Costeiro e Marinho concebido;
- Definição de um novo quadro de coordenação e de AMPs;
- Novas linhas de investigação sobre as alterações climáticas;
- Avaliação das principais unidades populacionais marinhas elaborada com base em informações de carácter científico.

TABELA 24.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário
2.4 - Dimensão ambiental das pescas

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.6	Consolidar a posição e os contributos de uma rede nacional de AMP reforçada				
	2.6.1	Reforçar o plano espacial costeiro e marinho através da criação de novas AMPs, OECM e zonas reservadas à pesca artesanal.	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de novas áreas marinhas projetadas; • Medidas de gestão específicas das AMPs implementadas; • Reforço da rede de AMPs. 			
	2.6.2	Desenvolver projetos de conservação costeira e marinha para reforçar a eficiência da gestão e a resiliência das AMPs existentes e apoiar os processos de criação de novas áreas de conservação e gestão sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos de melhoria da biodiversidade costeira e marinha. 			
	2.7	Integrar os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais locais sobre a utilização e a proteção das zonas e recursos marinhos costeiros				
	2.7.1	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a investigação sobre o impacto das alterações climáticas • Plano de adaptação para o sector das pescas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas linhas de investigação sobre as alterações climáticas; • Plano de adaptação para o sector das pescas. 			
	2.7.2	Efetuar uma avaliação sólida das principais unidades populacionais marinhas.	Avaliação das principais unidades populacionais marinhas elaborada com base em informações científicas.			

TABELA 25.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do projeto Eixo Prioritário 2.4 - Dimensão ambiental das pescas

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.6 Consolidar a posição e os contributos de uma rede nacional de AMP reforçada	
	<ul style="list-style-type: none"> • IBAP; • Comunidades locais; • Conselhos de cogestão das AMPs; • Gabinete de Planeamento Costeiro; • Ministério das Pescas; • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • ONG locais ou internacionais; • Comunidades locais de pescadores; • Associação Nacional; • Cooperativas e outras organizações de pescadores com ênfase em jovens e mulheres. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD), do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FAO, PAM) e do ambiente (UE, França e outros).</p>
	2.7 Integrar os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais locais sobre a utilização e a proteção das zonas e recursos marinhos costeiros	
	<ul style="list-style-type: none"> • IBAP; • Comunidades locais; • Conselhos de cogestão das AMPs; • Ministério das Pescas; • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • ONG locais ou internacionais; • Comunidades locais de pescadores; • Associação Nacional; • Cooperativas e outras organizações de pescadores com ênfase nos jovens e nas mulheres. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD), do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FAO, PAM) e do ambiente (UE, França e outros).</p>



Consolidar a posição e os contributos de uma rede nacional reforçada de AMPs

A intervenção articula-se em torno de **2 atividades principais**:

- Reforçar o plano espacial costeiro e marinho através da criação de novas AMPs, OEEM e zonas reservadas à pesca artesanal. Desenvolver uma rede nacional de AMPs a fim de consolidar as capacidades e o quadro de cooperação entre todos os atores nacionais e internacionais para a aplicação do quadro de biodiversidade pós 2020;
- Desenvolver projetos de conservação costeira e marinha destinados a reforçar a eficácia da gestão e a resiliência das AMPs existentes e a apoiar os processos de criação de novas zonas de conservação e de gestão sustentável. Integrar os conhecimentos e dados científicos sobre a utilização e a proteção das zonas e recursos costeiros e marinhos.

Integrar os conhecimentos e dados científicos sobre a utilização e a proteção das zonas e recursos costeiros e marinhos

A intervenção articula-se em torno de **2 atividades principais**:

- Aumento da investigação sobre o impacto das alterações climáticas nas pescas, a fim de facilitar a sua resposta às alterações ambientais e económicas.
- Efetuar uma avaliação sólida das principais unidades populacionais marinhas a fim de estabelecer uma base de referência e acompanhar as alterações ao longo do tempo. É fundamental reformar as instituições de gestão das pescas e reforçar as capacidades do pessoal para implementar sistemas melhorados de controlo e aplicação.

TABELA 26.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 2.4 - Facilitadores ambientais das pescas

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.6 Consolidar a posição e os contributos de uma rede nacional de AMP reforçada					
	2.6.1	Reforçar o plano espacial costeiro e marinho através da criação de novas AMPs, OEEM e zonas reservadas à pesca artesanal.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; • Processos participativos/espacos de diálogo. 	210.000	0	210.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					
	2.6.2	Desenvolver projetos de conservação costeira e marinha para reforçar a eficiência da gestão e a resiliência das AMPs existentes e apoiar os processos de criação de novas áreas de conservação e gestão sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de campo; • Ações de conservação; • Formações. 	500.000	0	500.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais.						

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	2.7 Integrar os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais locais sobre a utilização e a proteção das zonas e recursos marinhos costeiros					
	2.7.1	Desenvolver a investigação sobre o impacto das alterações climáticas; Plano de adaptação para o sector das pescas.	Criação de um grupo de investigação (contratação de pessoal e criação de programas de formação); Acompanhamento no terreno; campanhas; Amostragem.	525.000	0	525.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia.					
	2.7.2	Efetuar uma avaliação sólida das principais unidades populacionais marinhas.	Campanhas de monitorização no terreno; Equipas de amostragem; Formações.	1.300.000	0	1.300.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia.						

5.4



PILAR 3. TURISMO AZUL



5.4.1 Descrição / Problema

- O sector do turismo está muito pouco desenvolvido em relação ao seu potencial. Estima-se que o peso do turismo no PIB seja inferior a 1,5%, concentrado nas Ilhas Bijagós, num sistema de parques nacionais que cobre 23,7% do território do país, bem como em Bissau e arredores (UNWTO, 2019).
- Entre as condições que dificultam o desenvolvimento do potencial turístico do país contam-se uma série de desafios relacionados com a falta de instrumentos legais para a regulamentação e o controlo das atividades turísticas, a falta de documentos estratégicos

a serem implementados através de planos de ação concretos, o fraco desenvolvimento das infraestruturas e das vias de comunicação entre regiões, a deficiente oferta académica sobre turismo e, por conseguinte, a falta de recursos humanos qualificados e de imagem de marketing, e o deficiente apoio e facilidades para promover o micro -empreendedorismo e as alianças entre atores. No entanto, tal como foi afirmado pelo Ministro do Turismo e do Artesanato, a Guiné-Bissau tem um grande potencial turístico em termos de recursos naturais e culturais que se espera que venham a contribuir com 25% para o Orçamento Geral do Estado no futuro.



5.4.2 Objectivos

- **Desenvolvimento de um quadro político,** regulamentar e institucional favorável ao Turismo;
- **Reforço da oferta de Ecoturismo Bissau Azul:** aumento da produção nacional de Ecoturismo;
- **Melhoramento de quota do mercado** do Turismo e dos valores unitários;
- **Reforço da valorização social do Turismo,** aumentando o emprego e os salários;
- **Aumento da média anual dos serviços** dos ecossistemas marinhos;
- **Estabelecimento e aplicação de normas ambientais** no sector para limitar os danos causados aos bens ambientais;
- **Diversificação da oferta turística através de novos nichos de mercado,** designadamente o Sistema da Informação Geográfica, imagens culturais domésticas, etc., com o intuito de persuadir os turistas e investidores;
- **Desenvolvimento de formação e competências** especializadas para o sector (instituição emblemática de formação constituída e cursos de formação desenvolvidos);
- **Atualização dos conhecimentos e competências** do sector privado e dos técnicos responsáveis pela política de turismo;
- **Modernização das infraestruturas e instalações,** com o objetivo de melhorar a qualidade e o valor acrescentado nos diferentes segmentos da oferta de produtos;



5.4.3 Partes interessadas e parceiros na implementação

- O ministério da tutela é um parceiro-chave que deve desempenhar um papel fundamental na gestão do projeto (ministérios ligados ao turismo e à Economia Azul; Finanças, Economia, Ambiente, Energia, Transportes e o IBAP e o Instituto da Mulher e da Criança). Tal deve ser definido no âmbito do Conselho da Economia Azul a ser criado para a governação da Estratégia.
- Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento do turismo, OMT, OMT, GoGIN, BAD; infraestruturas, energia, ambiente e educação, como as Organizações de Desenvolvimento da África Ocidental (WeCAPS, GoGIN, CEDEAO), parceiros bilaterais e multilaterais (Banco Mundial, UNICEF e UE, entre outros). Além disso, os representantes dos sectores da Economia Azul (pescas, portos, energia) e as ONG devem ser envolvidos na implementação do projeto.



5.4.4 Facilitadores da governação

Resultado(s) previsto(s) da governação do turismo

- Implementação de instrumentos jurídicos de ordenamento, regulamentação e controlo das atividades turísticas;
- As alianças e colaborações internacionais estabelecidas para promover a integração do turismo de Bissau na região e melhorar a governação do turismo;
- Lançamento de novas entidades públicas oficiais no sector do turismo;
- Nova oferta académica sobre turismo desenvolvida e programa de reforço de capacidades lançado e pilotado.

TABELA 27.

Resumo dos projetos que integram o Eixo Prioritário
3.1 - Governação do Turismo Azul

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.1 Estabelecer uma política de turismo sustentável baseada num quadro regulamentar, institucional e fiscal				
	3.1.1	Criação de Grupos de Trabalho para o desenvolvimento de programas de Ecoturismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição do Grupo eWork; • N° de reuniões; • N° de acordos aprovados. 		
	3.1.2	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma Estratégia Nacional para o Plano Diretor de Turismo Sustentável; • Atualização da Estratégia de Ecoturismo (2023 - 2027). 	<ul style="list-style-type: none"> • Carta de política nacional adoptada e controlo das atividades turísticas implementado; • Zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo identificadas. 		
	3.1.3	Definição de requisitos de sustentabilidade nos instrumentos de gestão territorial para utilizações turísticas.	Códigos de conduta para gestores hoteleiros, operadores turísticos e turistas, coerentes com a abordagem de ecoturismo desenvolvida.		

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
3.2 Reforçar e desenvolver as instituições de formação turística					
3.2.1	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um centro de formação profissional; Criação de escolas superiores de turismo e hotelaria com cursos especializados e diversificados de acordo com as necessidades do país (mão de obra local), pelo menos uma faculdade em cada Pólo. 	Infraestrutura e equipamento de um centro de formação profissional implementados.			
3.2.2	Conceber um programa de formação e itinerários profissionais; Formação de formadores.	Nova oferta académica em turismo desenvolvida e programa de formação lançado e testado.			

TABELA 28.

Intervenientes e parceiros locais de implementação no domínio da governação do turismo azul

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
	3.1 Estabelecer uma política de turismo sustentável baseada num quadro regulamentar, institucional e fiscal	
	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Ministério do Turismo; Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); Empresas da cadeia de valor do turismo / Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau. 	Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento do turismo, zonas marinhas protegidas, infraestruturas, energia e educação, tais como as organizações de desenvolvimento da África Ocidental (OMT, UNWTO, WeCAPS, GoGIN, CEDEAO, RAMPÃO), parceiros bilaterais e multilaterais (BAD, FMI, Banco Mundial, UNICEF e UE, entre outras agências de cooperação internacional).
3.2 Reforçar e desenvolver as instituições de formação turística		
	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Ministério do Turismo; Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); Empresas da cadeia de valor do turismo; Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau. 	Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento do turismo, zonas marinhas protegidas, infraestruturas, energia e educação, tais como as organizações de desenvolvimento da África Ocidental (OMT, UNWTO, WeCAPS, GoGIN, CEDEAO, RAMPÃO), parceiros bilaterais e multilaterais (BAD, FMI, Banco Mundial, UNICEF e UE, entre outras agências de cooperação internacional).

Estabelecer um quadro político, regulamentar e institucional favorável ao turismo sustentável

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais**:

- Criação de Grupos de Trabalho para o desenvolvimento de programas de Ecoturismo;
- Elaboração de uma Estratégia Nacional para o Plano Diretor do Turismo Sustentável. Formular um quadro de resposta do turismo às questões ambientais e de mitigação, adaptação e resiliência às alterações climáticas;
- Definição de requisitos de sustentabilidade nos instrumentos de gestão territorial para usos turísticos e para a atribuição de apoios no âmbito de programas de financiamento.

Reforçar e desenvolver as instituições de formação turística

A intervenção articula-se em torno de **2 atividades principais**:

- Criar um centro de formação profissional para o turismo sustentável (incluindo esquemas de formação, instalações e equipamento). Estabelecer um sistema normalizado para comparar conjuntos de competências e desenvolver programas de formação profissional certificados de acordo com as normas nacionais de acreditação. Criar associações de turismo de base comunitária;
- Melhorar as competências mensuráveis da mão de obra guineense através de ações de reforço das capacidades, a fim de garantir que as competências do sector estejam em conformidade com a procura dos visitantes. A tónica é colocada nas competências técnicas e transversais, como a atitude, a motivação e o comportamento interpessoal.

TABELA 29.

Síntese das necessidades estratégicas de investimento que integram o Eixo Prioritário 3.1 - Governação do Turismo Azul

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.1 Estabelecer uma política de turismo sustentável baseada num quadro regulamentar, institucional e fiscal					
	3.1.1	Criação de Grupos de Trabalho para o desenvolvimento de programas de Ecoturismo.	Recursos próprios.	50.000	0	50.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					
	3.1.2	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma Estratégia Nacional para o Plano Diretor de Turismo Sustentável; • Atualização da Estratégia de Ecoturismo (2023 - 2027). 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; • Processos participativos/espacos de diálogo. 	150.000	0	150.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						

AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
		Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
3.1 Estabelecer uma política de turismo sustentável baseada num quadro regulamentar, institucional e fiscal					
3.1.3	Definição de requisitos de sustentabilidade nos instrumentos de gestão territorial para utilizações turísticas.	<ul style="list-style-type: none"> Recursos próprios; Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	120.000	0	120.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					
3.2 Reforçar e desenvolver as instituições de formação turística					
3.2.1	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um centro de formação profissional; Criação de escolas superiores de turismo e hotelaria com cursos especializados e diversificados de acordo com as necessidades do país (mão de obra local), pelo menos uma faculdade em cada Polo. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação de Viabilidade; Centro de Formação Profissional para o Turismo Sustentável; Equipamentos. 	800.000	1.000.000	1.800.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					
3.2.2	Conceber um programa de formação e itinerários profissionais Formação de formadores.	<ul style="list-style-type: none"> Reforço das capacidades; Trabalho de campo e consultas. 	300.000	0	300.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					



5.4.5 Facilitadores económicos

Resultado(s) económico(s) esperado(s)

- Avaliação do ambiente de mercado do turismo sustentável atualizada;
- Adoção do processo de planeamento estratégico integrado para o desenvolvimento sustentável do turismo;
- Identificação e promoção de oportunidades de ecoturismo novas e viáveis;
- Programas de promoção para empresários e organizações turísticas lançados e pilotados.

TABELA 30.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário
3.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.3	Criar oportunidades comerciais e reforçar a sustentabilidade e a competitividade do sector do turismo na Guiné-Bissau			
	3.3.1	Implementar programas-piloto de formação para diferentes sectores da cadeia de valor do turismo costeiro; Melhorar as competências profissionais.	Nº de técnicos e empresas turísticas constituídas.		
	3.3.2	Avaliação do ambiente de mercado: análise de diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento do negócio.	Não foram identificadas oportunidades de desenvolvimento de empresas novas e viáveis.		
	3.3.3	Desenvolvimento das MPME e promoção do emprego. Educação financeira e empresarial generalizada.	Nº de programas destinados a empresários e organizações e empresas turísticas lançados e implementados.		

TABELA 31.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução
3.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.3 Criar oportunidades comerciais e reforçar a sustentabilidade e a competitividade do sector do turismo na Guiné-Bissau	
	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Ministério do Turismo; Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); ONG locais ou internacionais; Empresas da cadeia de valor do turismo; Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau. 	Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento do turismo, zonas marinhas protegidas, infraestruturas, energia e educação, tais como as organizações de desenvolvimento da África Ocidental (OMT, UNWTO, WeCAPS, GoGIN, CEDEAO, RAMPAO), parceiros bilaterais e multilaterais (BAD, FMI, Banco Mundial, UNICEF e UE, entre outras agências de cooperação internacional).

Criar oportunidades comerciais e reforçar a sustentabilidade e a competitividade do sector do turismo na Guiné-Bissau

A intervenção articula-se em torno de 2 atividades principais:

- Desenvolver uma avaliação do ambiente de mercado, incluindo uma análise de diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento empresarial sustentável ligadas aos recursos marinho-costeiros, valorizando a identidade territorial e a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Identificação de alianças com sectores conexos no âmbito da Estratégia para a Economia Azul. Identificação de oportunidades de desenvolvimento de negócios novas e viáveis com

um enfoque na Economia Azul, aprofundando a perspetiva da cadeia de valor e elaborando planos de ação com um roteiro para cada sector identificado. Possibilidade de inovação e atracção de investimento empresarial;

- Implementar programas-piloto de formação para diferentes sectores da cadeia de valor do turismo costeiro. Melhorar as competências profissionais;
- Desenvolvimento das MPME e promoção do emprego. Para que os mecanismos de investimento sejam viáveis, sustentáveis, reproduzíveis e escaláveis, deve ser desenvolvido o reforço das capacidades dos empresários e das organizações locais. Tal inclui uma educação financeira e empresarial alargada.



TABELA 32.

Síntese das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário 3.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.3 Criar oportunidades comerciais e reforçar a sustentabilidade e a competitividade do sector do turismo na Guiné-Bissau					
	3.3.1	<ul style="list-style-type: none"> Implementar programas-piloto de formação para diferentes sectores da cadeia de valor do turismo costeiro Melhorar as competências profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Formação de formadores 5 programas-piloto. 	850.000	0	850.000
	3.3.2	Avaliação do ambiente de mercado: análise de diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento do negócio.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	200.000	0	200.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
3.3.3	Desenvolvimento das MPME e promoção do emprego. Educação financeira e empresarial generalizada.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	200.000	2.500.000	2.700.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais						

**5.4.6 Facilitadores sociais****Resultado(s) social(is) esperado(s)**

- Polos de desenvolvimento do Turismo Azul criados com base no património cultural e natural;
- Programas de promoção para empresários e organizações turísticas lançados e pilotados;
- Definição da personalidade da marca Turismo da Guiné-Bissau e concepção de ferramentas de marketing.

TABELA 33.

Síntese dos projetos que compõem o Eixo Prioritário
3.3 - Facilitadores sociais do Turismo Azul

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
			3.4 Criar, manter e melhorar a imagem do destino GB (marca), em termos de posicionamento (características da marca e do produto)		
3.4.1	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e difundir uma identidade e uma personalidade de destino; • Desenvolvimento de serviços de imagem/digitais; • Criação de redes de parceria internas e externas no domínio turístico e comercial (sub-região). 	Definidos e criados a personalidade da marca do Turismo de Bissau e as ferramentas de marketing.			
3.4.2	<ul style="list-style-type: none"> • Criar polos de desenvolvimento turístico, eventos, incentivando as pessoas a descobrir e a conhecer os valores patrimoniais do país; • Candidatar a GB para acolher eventos internacionais (congressos, reuniões, festivais, desportos, exposições, investimentos internacionais em infraestruturas turísticas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma entidade nacional de captação e promoção de eventos; • Nº de festivais culturais regionais, feiras populares, intercâmbios inter-regionais/sectoriais, projetos de viagens ao interior (cidadãos nacionais e estrangeiros - turistas); • Aumento da contribuição do turismo para a economia local. 			

TABELA 34.

Implementação de atores e parceiros locais Eixo Prioritário
3.3 - Facilitadores sociais do Turismo Azul

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
	3.4 Criar, manter e melhorar a imagem do destino GB (marca), em termos de posicionamento (características da marca e do produto)	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério do Turismo; • Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); • ONG locais ou internacionais; • Empresas da cadeia de valor do turismo / Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau. 	Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento do turismo, zonas marinhas protegidas, infraestruturas, energia e educação, tais como as organizações de desenvolvimento da África Ocidental (OMT, UNWTO, WeCAPS, GoGIN, CEDEAO, RAMPÃO), parceiros bilaterais e multilaterais (BAD, FMI, Banco Mundial, UNICEF e UE, entre outras agências de cooperação internacional).

Criar, manter e melhorar a imagem do destino GB (marca), em termos de posicionamento (características da marca e do produto)

Promover a inovação da transformação digital através do sítio Web, dos canais das redes sociais e das plataformas para a marca digital;

A intervenção articula-se em torno de **2 atividades principais**:

- Definir a personalidade da marca e as características principais: desenvolver uma identidade e uma personalidade de destino distintas que se diferenciem das dos destinos concorrentes.

- Criar polos de desenvolvimento turístico, eventos, incentivando as pessoas a descobrir e a conhecer os valores patrimoniais do país. Candidatar a GB para acolher eventos internacionais (congressos, reuniões, festivais, desportos, exposições, investimentos internacionais em infraestruturas turísticas).

TABELA 35.

Síntese das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 3.3 - Facilitadores sociais do Turismo Azul

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.4 Criar, manter e melhorar a imagem do destino GB (marca), em termos de posicionamento (características da marca e do produto)					
	3.4.1	<ul style="list-style-type: none"> Criar e difundir uma identidade e uma personalidade de destino; Desenvolvimento de serviços de imagem/digitais; Criação de redes de parceria internas e externas no domínio turístico e comercial (sub-região). 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica Marketing digital; Comunicação formal e informal. 	700.000	0	700.000
	3.4.2	<ul style="list-style-type: none"> Criar polos de desenvolvimento turístico, eventos, incentivando as pessoas a descobrir e a conhecer os valores patrimoniais do país; Candidatar a GB para acolher eventos internacionais (congressos, reuniões, festivais, desportos, exposições, investimentos internacionais em infraestruturas turísticas). 	<ul style="list-style-type: none"> Organização de eventos, fóruns, feiras. 	500.000	0	500.000
Fontes potenciais deste investimento: Bancos (desenvolvimento + comercial).						



5.4.7 Facilitadores ambientais

Resultado(s) ambiental(ais) esperado(s)

- As potencialidades de ecoturismo da rede nacional de AMPs identificadas;
- Lançamento de programas de ecoturismo de promoção das AMPs que ligam as estâncias à comunidade envolvente;
- Requisitos de Turismo Sustentável para a gestão territorial estabelecidos e regulamentados;
- Programas de promoção de serviços ecossistémicos de conservação a envolver o sector privado lançados e pilotados.

TABELA 36.

Resumo dos projetos que integram o Eixo Prioritário
3.4 - Facilitadores ambientais do Turismo Azul

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.5	Promover o potencial das áreas protegidas no desenvolvimento de atividades de ecoturismo				
	3.5.1	Desenvolvimento de circuitos que integrem várias áreas protegidas e locais de interesse turístico, criando ligações económicas significativas entre os empreendimentos turísticos e as comunidades circundantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de itinerários desenvolvidos; • Nº de turistas associados a novos serviços; • Nº de áreas geográficas ligadas. 			
	3.5.2	Diagnóstico do potencial de ecoturismo na rede de AMPs.	Avaliação ambiental e social estratégica do sector realizada.			
	3.5.3	Desenvolvimento das capacidades dos cidadãos em matéria de vigilância e de boa gestão das AMPs, em colaboração com todas as partes interessadas.	Concebidos programas para promover o ecoturismo nas AMPs que ligam os resorts à comunidade envolvente.			
	3.6	Envolver o sector privado na conservação e promoção dos serviços ecossistémicos				
	3.6.1	Avaliação ambiental associada ao empreendimento turístico e aplicação de indicadores de desempenho relevantes.	Os requisitos de gestão do solo e do território relacionados com o turismo estão estabelecidos e regulamentados.			
	3.6.2	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a conservação através de donativos, voluntariado e outras atividades; • Utilizar as receitas das atividades relacionadas com o turismo para apoiar a conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de agentes privados e hotéis no que respeita a boas práticas ambientais; • Aumento das iniciativas de conservação através de donativos, voluntariado e outras atividades. 			

TABELA 37.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela implementação do Eixo Prioritário
3.4 - Facilitadores ambientais do Turismo Azul

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.5 Promover o potencial das áreas protegidas no desenvolvimento de atividades de ecoturismo	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério do Turismo; • Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); • Gabinete de Planeamento Costeiro; • Empresas da cadeia de valor do turismo /Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau; • Estabelecimentos de educação; • ONG locais ou internacionais; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento do turismo, zonas marinhas protegidas, infraestruturas, energia e educação, tais como as organizações de desenvolvimento da África Ocidental (OMT, UNWTO, WeCAPS, GoGIN, CEDEAO, RAMPÃO), parceiros bilaterais e multilaterais (BAD, FMI, Banco Mundial, UNICEF e UE, entre outras agências de cooperação internacional).</p>
	3.6 Envolver o sector privado na conservação e promoção dos serviços ecossistémicos	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério do Turismo; • Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); • Gabinete de Planeamento Costeiro; • Empresas da cadeia de valor do turismo /Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau; • Educação; • ONG locais ou internacionais; • Universidade Lusófona Universidade Amílcar Cabral. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais com especial incidência no desenvolvimento do turismo, zonas marinhas protegidas, infraestruturas, energia e educação, tais como as organizações de desenvolvimento da África Ocidental (OMT, UNWTO, WeCAPS, GoGIN, CEDEAO, RAMPÃO), parceiros bilaterais e multilaterais (BAD, FMI, Banco Mundial, UNICEF e UE, entre outras agências de cooperação internacional).</p>

Promover o potencial das áreas protegidas no desenvolvimento de atividades de ecoturismo

A intervenção articula-se em torno de **4 atividades principais**:

- Desenvolvimento de circuitos que integrem várias áreas protegidas e locais de interesse turístico, criando ligações económicas significativas entre as estâncias turísticas e as comunidades circundantes;
- Diagnóstico aprofundado das potencialidades ecoturísticas da rede de AMPs. Identificar, mapear e caracterizar as potencialidades de ecoturismo da rede nacional de AMPs;
- Promoção de produtos turísticos patrimoniais (culturais e naturais) para os visitantes. Desenvolvimento de ligações económicas significativas entre as estâncias e as comunidades circundantes;
- Desenvolvimento das capacidades dos cidadãos em matéria de vigilância e de boa gestão das AMPs, em colaboração com todas as partes interessadas.

Envolver o sector privado na conservação e promoção dos serviços ecossistémicos

A intervenção articula-se em torno de **2 atividades principais**:

- Proceder a uma avaliação dos aspectos ambientais diretos e indiretos mais importantes associados a uma empresa relacionada com o turismo e aplicar indicadores de desempenho pertinentes.
- Apoiar a conservação através do turismo. Incentivar os visitantes e as empresas de turismo a apoiarem a conservação através de donativos, voluntariado e outras atividades; utilizar as receitas obtidas com a atividade relacionada com o turismo para apoiar a conservação; estabelecer, apoiar e promover investimentos, projetos e atividades relacionados com o turismo que ajudem a conservar o património natural e cultural.

TABELA 38.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 3.4 - Facilitadores ambientais do Turismo Azul

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	3.5 Promover o potencial das áreas protegidas no desenvolvimento de atividades de ecoturismo					
	3.5.1	Desenvolvimento de circuitos que integrem várias áreas protegidas e locais de interesse turístico, criando ligações económicas significativas entre os empreendimentos turísticos e as comunidades circundantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; • Processos participativos/espacos de diálogo. 	300.000	0	300.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
	3.5.2	Diagnóstico do potencial de ecoturismo na rede de AMPs.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; • Processos participativos/espacos de diálogo. 	100.000	0	100.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências + filantropia						

AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
		Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
3.5 Promover o potencial das áreas protegidas no desenvolvimento de atividades de ecoturismo					
3.5.3	Desenvolvimento das capacidades dos cidadãos em matéria de vigilância e de boa gestão das AMPs, em colaboração com todas as partes interessadas.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espços de diálogo. 	300.000	0	300.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
3.6 Envolver o sector privado na conservação e promoção dos serviços ecossistémicos					
3.6.1	Avaliação ambiental associada ao empreendimento turístico e aplicação de indicadores de desempenho relevantes.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espços de diálogo. 	150.000	0	150.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências + filantropia					
3.6.2	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a conservação através de donativos, voluntariado e outras atividades; Utilizar as receitas das atividades relacionadas com o turismo para apoiar a conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho de campo/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espços de diálogo. 	50.000	0	50.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					

5.5



PILAR 4. PRODUÇÃO ALIMENTAR, AGRICULTURA E OUTROS SNEA



5.5.1 Descrição / Problema

Uma produção agrícola costeira eficiente e sustentável na Guiné-Bissau requer um mercado funcional e investimentos em infraestruturas produtivas. A área de mangal cobre cerca de 10% do país, sendo a segunda maior em África. Atualmente, a área costeira utilizada para cultivo está estimada em 39.027 ha, apesar de a área potencialmente disponível para a agricultura ser de 106.000 ha, aproximadamente 23% da área total (461.500 ha).

Várias limitações comprometem o desenvolvimento do sector, incluindo a gestão desigual dos recursos hídricos, estradas mal conservadas que se tornam intransitáveis durante as estações chuvosas e, mais crucialmente, práticas de cultivo insustentáveis e deficiências em toda a cadeia de valor. O sector carece de uma cadeia de valor coordenada e sustentável, com um forte envolvimento de entidades privadas e apoio governamental, principalmente fornecendo tecnologia e serviços de comercialização. São igualmente salientados a falta de ativos e de acesso a serviços, a degradação dos ecossistemas, os elevados

níveis de pobreza, a limitada capacidade financeira e técnica para ações de adaptação, a inexistência de sensibilização para os impactos das alterações climáticas e para a forma de os atenuar e adaptar, a produtividade agrícola abaixo do ideal e as práticas não adaptadas, a diversificação limitada da produção e da economia familiar.

Os obstáculos técnicos no sector da agricultura costeira incluem a falta de capacidade a todos os níveis e de legislação específica, incluindo a falta de peritos nacionais em alterações climáticas e opções de adaptação na agricultura.

Esta situação é reforçada pela ausência de programas de ensino e de formação técnica no sector, bem como de apoio financeiro aos jovens.



5.5.2 Objectivos

- ❶ **As políticas e a legislação relativas à agricultura costeira são aplicadas**, reforçando o quadro nacional para sistemas sustentáveis de produção alimentar costeira;
- ❷ **A ciência, a tecnologia e a inovação (CTI)**, incluindo as inovações institucionais, respondem à aspiração de sistemas agroalimentares costeiros mais eficientes, inclusivos e resistentes;
- ❸ **As cadeias de abastecimento de produtos agrícolas de base costeiros são transformadas** para sustentar os serviços dos ecossistemas costeiros e contribuir para a mitigação e adaptação às alterações climáticas;
- ❹ **Melhoria do investimento e do comércio** de produtos agrícolas costeiros num mercado integrado e inclusivo;
- ❺ **Oportunidades empresariais e comerciais** integradas, incluindo os pequenos produtores e os produtores vulneráveis, apoiadas através de tecnologias e políticas favoráveis;
- ❻ **Aumentar o acesso e partilhar os benefícios** da tecnologia agrícola para melhorar a produção alimentar costeira sustentável;
- ❼ **As capacidades estatais e não estatais são reforçadas** para apoiar sistemas sustentáveis de produção alimentar e agrícola.



5.5.3 Partes interessadas e parceiros na implementação

O ministério da tutela é um parceiro-chave que deve desempenhar um papel fundamental na gestão do pilar (ministérios ligados à Agricultura e à Economia Azul; Finanças, Economia, Ambiente, Energia), assim como o IBAP e o Instituto da Mulher e da Criança. Tal deve ser definido no âmbito do Conselho da Economia Azul a ser criado para a governação da Estratégia.

Agricultores individuais, cooperativas agrícolas e agroindústrias / empresários privados ou micro, pequenas e médias empresas – possivelmente

empresas sociais, dão prioridade a atividades realizadas por mulheres e jovens, para as quais tenham conhecimentos reconhecidos (transformação, horticultura) e das quais possam retirar um rendimento.

Devem ser incluídos os parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FIDA, PAM) e do ambiente (UE, França e outros).



5.5.4 Facilitadores da governação

Resultado(s) esperado(s) da governação

- Estabelecimento e operacionalização de um quadro agrícola costeiro integrado;
- Quadro político desenvolvido para uma agricultura inteligente face ao clima (CSA);
- Desenvolvimento de competências técnicas e conhecimentos sobre práticas agrícolas resistentes ao clima entre agricultores de subsistência e peritos governamentais.



TABELA 39.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

4.1 - Governação da produção alimentar, agricultura e outros SNEA

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.1	Desenvolver um quadro integrado para a agricultura e a gestão costeira				
	4.1.1	Criar quadros políticos entre as instituições responsáveis pela agricultura, pelas alterações climáticas e pelo ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecido e operacionalizado um Quadro Integrado de Agricultura Costeira; Nº de reformas legais introduzidas pelo governo, desenvolvidas para gerir adequadamente a agricultura costeira, as alterações climáticas, a segurança alimentar e o uso da terra. 			
	4.1.2	Desenvolver o reforço das capacidades das instituições nacionais e locais em matéria de gestão dos riscos climáticos; Facilitar a adoção de boas práticas e tecnologias.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas formadas; Nº de programas implementados; Nº de participantes de coletivos vulneráveis. 			
	4.2	Melhorar a adaptação às alterações climáticas e a resiliência do sistema de produção alimentar costeira				
	4.2.1	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura inteligente face ao clima (CSA); Expandir a base de dados e as ferramentas de avaliação para identificar estratégias de crescimento agrícola para a segurança alimentar que integrem a adaptação necessária. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de programas-piloto de CSA (Climate-Smart Agriculture - Agricultura inteligente face ao clima) implementados. 			
	4.2.2	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de práticas ao nível do terreno e opções inteligentes em termos climáticos; Apoiar opções de financiamento; Programa de desenvolvimento de capacidades para promover competências técnicas e conhecimentos integrados sobre práticas agrícolas resistentes ao clima, entre agricultores de subsistência, profissionais de desenvolvimento e peritos governamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> Competências técnicas integradas e conhecimentos sobre práticas agrícolas resistentes ao clima reforçados entre agricultores de subsistência, profissionais de desenvolvimento e peritos governamentais; Nº de pessoas formadas; Nº de programas implementados; Nº de participantes de coletividades vulneráveis. 			

TABELA 40.

Atores e parceiros locais responsáveis pela implementação relacionados com o Eixo Prioritário

4.1 - Governação da produção alimentar, agricultura e outros SNEA

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.1 Desenvolver um quadro integrado para a agricultura e a gestão costeira	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério da Agricultura; • Ministério do Ambiente; • IBAP; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral; • ONG Local – ADPP. 	Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FIDA, OFID) e do ambiente (UICN, WWF, UE, França).
	4.2 Melhorar a adaptação às alterações climáticas e a resiliência do sistema de produção alimentar costeira	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério da Agricultura; • Ministério do Ambiente; • IBAP; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral; • ONG Local – ADPP. 	Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FIDA, OFID) e do ambiente (UICN, WWF, UE, França).

Desenvolver um quadro integrado de agricultura/gestão costeira

A intervenção articula-se em torno de 2 atividades principais:

- Criação de quadros políticos e de consensos para apoiar a aplicação do desenvolvimento de políticas, planos, investimentos e coordenação relevantes entre processos e instituições responsáveis pela agricultura, alterações climáticas, segurança alimentar e utilização dos solos;
- Reforço das instituições nacionais e locais para permitir aos agricultores a gestão dos riscos climáticos e a adoção de práticas, tecnologias e sistemas agrícolas adaptados ao contexto.

Reforço da adaptação e da resiliência à variabilidade climática do sistema de produção alimentar costeira

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais**:

- Agricultura inteligente face ao clima (CSA). Alargar a base de dados e os instrumentos de avaliação para identificar estratégias de crescimento agrícola para a segurança alimentar que integrem a adaptação necessária e a potencial mitigação. Inclui estimativas da potencial redução das emissões de gases com efeito de estufa (ou aumento do sequestro de carbono) gerada pelas estratégias de adaptação, informações sobre os custos e os obstáculos à adoção de diferentes práticas, questões relacionadas com a sustentabilidade dos sistemas de produção e as respostas políticas e institucionais necessárias para as ultrapassar;
- Reforçar as opções de financiamento para apoiar a execução, ligando o financiamento climático e agrícola;
- Implementação de práticas a nível do terreno e opções inteligentes em termos climáticos

TABELA 41.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário

4.1 - Governação da produção alimentar costeira

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.1 Desenvolver um quadro integrado para a agricultura e a gestão costeira					
	4.1.1	Criar quadros políticos entre as instituições responsáveis pela agricultura, pelas alterações climáticas e pelo ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Reforço das capacidades; • Trabalho no terreno/consultas das partes interessadas; • Processos participativos/espacos de diálogo. 	500.000	0	500.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo					
	4.1.2	Desenvolver o reforço das capacidades das instituições nacionais e locais em matéria de gestão dos riscos climáticos. Facilitar a adoção de boas práticas e tecnologias.	<ul style="list-style-type: none"> • Competências para o Governo; • Formação para o sector privado; • Trabalho de campo/consultas. 	500.000	0	500.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						

AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
		Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
4.2 Melhorar a adaptação às alterações climáticas e a resiliência do sistema de produção alimentar costeira					
4.2.1	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura inteligente face ao clima (CSA); Expandir a base de dados e as ferramentas de avaliação para identificar estratégias de crescimento agrícola para a segurança alimentar que integrem a adaptação necessária. 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Reforço das capacidades; Trabalho no terreno/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	300.000	0	300.000
4.2.2	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de práticas ao nível do terreno e opções inteligentes em termos climáticos; Apoiar opções de financiamento Programa de desenvolvimento de capacidades para promover competências técnicas e conhecimentos integrados sobre práticas agrícolas resistentes ao clima, entre agricultores de subsistência, profissionais de desenvolvimento e peritos governamentais. 		600.000	0	600.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					



5.5.5 Facilitadores económicos

Resultado(s) económico(s) esperado(s)

- Melhorar as técnicas de produção agrícola costeira;
- Aumentar a produtividade em resultado da melhoria da saúde e da fertilidade do solo;
- Melhorar a disponibilidade de água e a eficiência da sua utilização para aumentar a resistência à seca.

TABELA 42.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário
4.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.3 Promover a resiliência e a diversificação dos sistemas de produção agrícola nas zonas costeiras					
	4.3.1	Fomentar técnicas sustentáveis de produção de arroz em ecossistemas de mangal; Avaliação do ambiente de mercado: Manejo hidroagrícola de pelotas de mangal.	<ul style="list-style-type: none"> Diversificação da produção agrícola costeira; Aumento dos rendimentos dos pequenos agricultores; Hectares de agricultura costeira melhorados. 			
	4.3.2	Garantir aos pequenos agricultores os direitos à terra e aos recursos, o acesso aos mercados e aos recursos genéticos.	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação do Governo e do sector privado; Fundo de investimento definido para promover a implementação de práticas a nível local. 			
	4.4 Melhoria dos sistemas de gestão da água e manutenção de diques para a cultura do arroz de mangal em zonas de risco de erosão, submersão marinha e salinização					
	4.4.1	Reabilitação de diques de proteção. Ações de sensibilização para a exploração sustentável do mangal e a manutenção de uma faixa de mangal.	Infraestruturas e tecnologias de gestão da água para aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícola melhorados.			

TABELA 43.

Intervenientes e parceiros locais responsáveis pela implementação -
4.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.3 Promover a resiliência e a diversificação dos sistemas de produção agrícola nas zonas costeiras	
	4.4 Melhoria dos sistemas de gestão da água e manutenção de diques para a cultura do arroz de mangal em zonas de risco de erosão, submersão marinha e salinização	
	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Ministério da Agricultura; Ministério do Ambiente; Universidade Lusófona; Universidade Amílcar Cabral; ONG locais. Agricultores individuais, cooperativas agrícolas e empresas agroindustriais privadas / Empresários ou micro, pequenas e médias empresas - possivelmente empresas sociais; Trabalhadores de extensão rural. 	Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, IFAD, OFID) e do ambiente (UICN, WWF, UE, França, Fundação MAVA e outros).

Promover a resiliência e a diversificação dos sistemas produtivos agrícolas nas zonas costeiras

A intervenção articula-se em torno de **4 atividades principais**:

- Fomentar técnicas sustentáveis de produção de arroz em ecossistemas de mangal e a diversificação dos sistemas de produção, desenvolvendo a capacidade técnica e institucional em matéria de sistemas produtivos agrícolas nas zonas costeiras;
- Elaboração de análises de diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento empresarial sustentável ligadas aos sistemas agroalimentares costeiros (ou seja, atividades pós-colheita, incluindo a criação de pequenos centros de transformação). Promoção do empreendedorismo e da agroindústria para jovens agricultores através de formações em gestão empresarial, orientação de microempresas e formações e assistência na exploração agrícola sobre agricultura resistente ao clima);
- Garantir aos pequenos produtores os direitos à terra e aos recursos, assegurando o acesso aos mercados e aos recursos genéticos;
- Salvaguarda das instalações. Intervenções específicas em infraestruturas de pequena escala. Recuo estratégico, adaptação e proteção

dos agro-sistemas costeiros (tráfego e estradas, instalações de transformação e armazenamento, etc.) com base em sistemas de proteção híbridos que integrem infraestruturas cinzentas de pequena escala, engenharia ecológica e soluções baseadas na natureza.

Melhoria dos sistemas de gestão da água e manutenção de diques para a cultura de arroz de mangal em zonas de risco de inundação, submersão marinha e salinização

A intervenção articula-se em torno de **2 atividades principais**:

- Reabilitação dos diques de proteção. Identificação de locais-chave. Planos de adaptação agrícola e de gestão dos recursos hídricos no local. Replantação do mangal nas faixas entre a linha de água e os perímetros de produção de arroz;
- Ações de sensibilização para a exploração sustentável dos mangais e a manutenção de uma faixa de mangais para proteger as margens dos rios e controlar a erosão. Reforço das capacidades dos expansionistas governamentais, dos agricultores e das ONG em matéria de adaptação a uma agricultura com baixas emissões e resistente às alterações climáticas.

TABELA 44.

Síntese das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário 4.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO		
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.3	Promover a resiliência e a diversificação dos sistemas de produção agrícola nas zonas costeiras			
	4.3.1	Fomentar técnicas sustentáveis de produção de arroz em ecossistemas de mangal; Avaliação do ambiente de mercado: Manejo hidroagrícola de pelotas de mangal.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Reforço das capacidades; • Trabalho no terreno/consultas das partes interessadas; • Processos participativos/espacos de diálogo. 	1.000.000	0
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais					

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.3 Promover a resiliência e a diversificação dos sistemas de produção agrícola nas zonas costeiras					
	4.3.2	Garantir aos pequenos agricultores os direitos à terra e aos recursos, o acesso aos mercados e aos recursos genéticos.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Equipamento/recursos; Trabalho de campo/consultas; As administrações participam na elaboração do quadro após os seminários consultivos. 	650.000	0	650.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					
	4.4 Melhoria dos sistemas de gestão da água e manutenção de diques para a cultura do arroz de mangal em zonas de risco de erosão, submersão marinha e salinização					
	4.4.1	Reabilitação de diques de proteção. Ações de sensibilização para a exploração sustentável do mangal e a manutenção de uma faixa de mangal.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Equipamento/recursos; Reforço das capacidades. 	200.000	3.000.000	3.200.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)						



5.5.6 Facilitadores sociais

Resultado(s) social(is) esperado(s)

- Aumento e diversificação da produção agrícola costeira e do rendimento dos pequenos agricultores;
- É lançado e pilotado um programa de reforço de capacidades dirigido a organizações de agricultores;
- As intervenções em infraestruturas de pequena escala promovem opções alternativas de subsistência e adaptação.

TABELA 45.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

4.3 - Facilitadores sociais na produção agroalimentar costeira

	AÇÕES	INDICADORES	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.5 Proteção das instalações de produção					
	4.5.1	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções específicas em infraestruturas de pequena escala. Recuo estratégico, adaptação e proteção dos agro-sistemas costeiros (tráfego e caminhos, instalações de processamento e armazenamento, etc.). Projeto de transformação agrícola: Promoção e desenvolvimento de quatro agro -polos, nas zonas Este, Norte, Oeste e Sul, ou seja, de acordo com o zonamento agro -ecológico da Guiné-Bissau. 	Nº de intervenções que integram infraestruturas cinzentas de pequena escala, engenharia ecológica e soluções baseadas na natureza.			
	4.6 A criação de valor transformacional é captada localmente através de um programa de formação especializada e de aconselhamento técnico					
	4.6.1	Desenvolvimento de diretrizes práticas para a viabilidade e utilidade da engenharia ecológica e de soluções baseadas na natureza.	Nº de boas práticas agroecológicas desenvolvidas, divulgadas e implementadas			
	4.6.2	Formação de pequenas empresas de obras públicas para a proteção do litoral com base em soluções flexíveis e na engenharia ecológica.	<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas formadas; Nº de programas implementados; Nº de participantes de coletivos vulneráveis. 			

TABELA 46.

Implementação de atores e parceiros locais relacionados com o Eixo Prioritário
4.3 - Facilitadores sociais na produção agroalimentar costeira

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.5 Proteção das instalações de produção	
	4.6 A criação de valor transformacional é captada localmente através de um programa de formação especializada e de aconselhamento técnico	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério da Agricultura; • Ministério do Ambiente; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral; • ONG locais; • Agricultores individuais, cooperativas agrícolas e agroindústrias privadas / Empresários ou micro, pequenas e médias empresas - possivelmente empresas sociais; Trabalhadores de extensão rural; • Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham nos domínios do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FIDA, OFID) e do ambiente (UICN, WWF, UE, França, Fundação MAVA e outros). 	Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio do desenvolvimento rural e da segurança alimentar e nutricional (Espanha, Portugal, China, União Europeia, Banco Mundial, BAD, FIDA, OFID) e do ambiente (UICN, WWF, UE, França, Fundação MAVA e outros).

A criação de valor transformacional é captada localmente através de um programa de formação especializada e de aconselhamento técnico

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais**:

- Desenvolvimento de diretrizes práticas e de fichas de capitalização que demonstrem a viabilidade e a utilidade da engenharia ecológica e das soluções baseadas na natureza;
- Elaboração de documentação específica para o lançamento de processos de concurso com descrição de tipos de obras, prescrições, especificações técnicas e estimativas de preços;
- Formação de pequenas empresas de obras públicas para a aprendizagem de obras de proteção costeira com base em soluções flexíveis e engenharia ecológica.

TABELA 47.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário 4.3 - Facilitadores sociais na produção agroalimentar costeira

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.5 Proteção das instalações de produção					
	4.5.1	<ul style="list-style-type: none"> Intervenções específicas em infraestruturas de pequena escala. Recuo estratégico, adaptação e proteção dos agro-sistemas costeiros (tráfego e caminhos, instalações de processamento e armazenamento, etc.). Projeto de transformação agrícola: Promoção e desenvolvimento de quatro agro -polos, nas zonas Este, Norte, Oeste e Sul, ou seja, de acordo com o zonamento agro -ecológico da Guiné-Bissau. 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Equipamento/recursos; Reforço das capacidades. 	650.000	1.500.000	2.150.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos de desenvolvimento e agências multilaterais.					
	4.6 A criação de valor transformacional é captada localmente através de um programa de formação especializada e de aconselhamento técnico					
	4.6.1	Desenvolvimento de diretrizes práticas para a viabilidade e utilidade da engenharia ecológica e de soluções baseadas na natureza.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Equipamento/recursos; Reforço das capacidades. 	220.000	0	220.000
	4.6.2	Formação de pequenas empresas de obras públicas para a proteção do litoral com base em soluções flexíveis e na engenharia ecológica.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Reforço das capacidades. 	500.000	300.000	800.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências multilaterais					



5.5.7 Facilitadores ambientais

Resultado(s) ambiental(ais) esperado(s)

- Orientações e fichas de demonstração para apoiar a implementação de engenharia ecológica e de soluções baseadas na natureza;
- Delineamento de processos de concurso para desenvolver iniciativas de soluções baseadas na natureza;
- Cartografia das zonas com vegetação sensível;
- Lançamento do programa de restauração e replantação de mangais;
- Intervenções em infraestruturas de gestão da água para aumentar a resiliência dos sistemas produtivos agrícolas existentes;
- Lançamento do programa de reforço de capacidades sobre alterações climáticas e temas relacionados com a agricultura.

TABELA 48.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

4.4 - Facilitadores ambientais na produção agroalimentar costeira

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.7	Projeto REDD+ Carbono Azul e outras ações para a conservação e recuperação de mangais e florestas costeiras			
	4.7.1	Identificação das áreas a recuperar; Acompanhamento do cálculo do potencial de carbono, certificação de carbono.	Áreas vegetativas sensíveis mapeadas, caracterizadas e priorizadas.		
	4.7.2	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração e replantação de mangais; • Limpeza do lixo nos mangais costeiros e reorganização da rede de drenagem das águas pluviais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hectares do programa de restauração e plantação de mangais implementado; • Nº de programas de restauração e regeneração. 		

TABELA 49.

Implementação de atores e parceiros locais no Eixo Prioritário
4.4 - Facilitadores ambientais na produção agroalimentar costeira

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.7 Projeto REDD+ Carbono Azul e outras ações para a conservação e recuperação de mangais e florestas costeiras	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério da Agricultura; • Ministério do Ambiente; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral; • ONG locais; • Agricultores individuais, cooperativas agrícolas e agroindústrias privadas / Empresários ou micro, pequenas e médias empresas - possivelmente empresas sociais; • Trabalhadores de extensão rural. 	

Projeto REDD+ Carbono Azul para a recuperação de mangais e florestas costeiras

A intervenção articula-se em torno de **2 atividades principais**:

- Identificação das zonas a recuperar e avaliação das oportunidades de recuperação e do carbono armazenado correspondente.
- Identificação dos ecossistemas costeiros a proteger e estimativa da desflorestação evitada e da perda de carbono. Cálculo das potencialidades de carbono, elaboração de um documento de projeto e processo de certificação de carbono. Implementação de iniciativas de recuperação.



TABELA 50.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que compõem o Eixo Prioritário 4.4 - Facilitadores ambientais na produção agroalimentar costeira

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	4.7 Projeto REDD+ Carbono Azul e outras ações para a conservação e recuperação de mangais e florestas costeiras					
	4.7.1	<ul style="list-style-type: none"> Identificação das áreas a restaurar Acompanhamento do cálculo do potencial de carbono, certificação de carbono. 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica Reforço das capacidades. 	300.000	0	300.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia.					
	4.7.2	<ul style="list-style-type: none"> Restauração e replantação de mangais; Limpeza do lixo nos mangais costeiros e reorganização da rede de drenagem das águas pluviais. 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica Equipamento/recursos Reforço das capacidades. 	650.000	500.000	1.150.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais						



5.6



PILAR 5. TRANSPORTES MARÍTIMOS, INFRAESTRUTURA E ENERGIA



5.6.1 Descrição / Problema

O sector dos transportes marítimos e do comércio caracteriza-se por uma falta de infraestruturas adequadas ao seu pleno desenvolvimento. O porto principal - Porto Bissau está localizado em Bissau. Existem outros portos secundários a funcionar em Buba, Cacheu e Farim, todos eles caracterizados por um estado pouco provável e uma grande vulnerabilidade às condições naturais na sua utilização. Além disso, o Governo da Guiné-Bissau obteve uma subvenção do BAD, através da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (IPPF-NEPAD), para o financiamento das despesas relacionadas com as atividades preparatórias do projeto de construção do porto de águas profundas de Buba.

A Guiné-Bissau tem muitos rios que poderiam ser aproveitados para desenvolver uma rede de navegação costeira eficaz para facilitar a circulação de bens e pessoas e aumentar o comércio.





Cerca de 85% da população do país vivem num raio de 20 quilómetros (12 milhas) de uma via navegável. No entanto, o transporte por água está subdesenvolvido e necessita de grandes melhorias.




Não existe um fórum de diálogo entre utilizadores que reúna todas as partes interessadas da comunidade portuária (porto, alfândegas, câmara de comércio, despachantes aduaneiros, transitários, agentes de navegação, importadores/exportadores, etc.) para facilitar a resolução de litígios (OMC, 2012).

Um dos problemas económicos cruciais da Guiné-Bissau é a falta de disponibilidade constante de eletricidade. A maioria das zonas rurais não tem qualquer acesso à eletricidade. No entanto, o país dispõe de vários recursos energéticos renováveis como a energia solar, a energia hídrica, a energia das ondas e das marés, a energia eólica e a energia da biomassa. Atualmente, vários projetos em fase de preparação contribuem para uma perspectiva financeira positiva para 2022. Os projetos estão em conformidade com as metas de eletrificação melhoradas, tendo já progredido de 6% em 2010 para 31% em 2019 (como o Parque Solar PV 1 de Bissau, de 20 MW e 32,75 milhões de dólares, o Projeto de Acesso e Expansão da Energia Solar, de 50 milhões de dólares, sendo que o Projeto Regional de Acesso à Electricidade da CEDEAO, com um financiamento de 338,7 milhões de dólares do Banco Mundial e parceiros, deverá melhorar ainda mais as perspectivas de crescimento económico da Guiné-Bissau.



5.6.2 Objectivos

- 
Modernizar o sistema de transporte marítimo interno e externo da Guiné-Bissau para melhorar a posição competitiva do transporte marítimo, promover a expansão do sector e facilitar a sua integração nas redes de transporte transafricanas;
- 
Aplicação integral do Código Internacional de Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS);
- 
As infraestruturas relacionadas com a Economia Azul têm um impacto positivo, tanto direta como indiretamente, na qualidade de vida dos residentes;
- 
As infraestruturas azuis nas zonas costeiras ajudam a preservar a biodiversidade e as paisagens, enquanto beneficiam a economia costeira;

- 
O acesso à energia azul é alargado nas zonas costeiras, melhorando o acesso à eletricidade e os atributos do fornecimento de eletricidade;
- 
 As comunidades rurais têm cada vez mais **oportunidades de participação e propriedade** no crescente sector das energias renováveis.
- 
Dinamização do empreendedorismo através do investimento privado e de fundos de incentivo às empresas e iniciativas individuais;



5.6.3 Partes interessadas e parceiros na implementação

O ministério da tutela é um parceiro-chave que deve desempenhar um papel fundamental na gestão do projeto (administração pública relacionada com os transportes e portos: Administração Portuária, Instituto Marítimo Portuário, Ministério do Comércio e Indústria, assim como administrações relacionadas com a Economia Azul da economia, energia e ambiente: Ministério dos Recursos Naturais e Energia, Finanças, Economia, mais o IBAP e o Instituto da Mulher e da Criança). Tudo isso deve ser definido no âmbito do Conselho da Economia Azul a ser criado para a governação da Estratégia.

A Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotamar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar), as agroindústrias e as cooperativas devem ser

incluídas. O mesmo se aplica à cadeia de valor do sector privado do turismo, das pescas e da agricultura costeira.

Os parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham no domínio da energia e das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD) e do ambiente (UE, França e outros) também estão envolvidos, bem como as organizações de desenvolvimento da África Ocidental com especial incidência nos domínios do transporte marítimo e da segurança (MOWCA, WeCAPS, GoGIN, AAMA, CEDEAO) e da energia (IRENA, ECREEE, ERERA, WACEC).



5.6.4 Facilitadores da governação

Resultado(s) esperado(s) da governação

- Estratégia “Porto Azul” e plano de ação para melhorar a capacidade portuária, ligando as autoridades portuárias, os transportadores e os armadores;
- Desenvolvimento de infraestruturas adequadas (reestruturação organizacional, know-how e conhecimentos especializados, utilização e administração eficientes das infraestruturas portuárias);
- Comité diretor do Porto Azul (assegurando a coordenação e apoiando-se nos pareceres técnicos de um grupo de trabalho alargado) e definição dos métodos de funcionamento;
- Alinhamento do transporte marítimo e da proteção do transporte marítimo com o quadro regional;
- Colaborações com organismos regionais e internacionais;
- Os portos satisfazem a procura de mercadorias a entregar/expedir;
- É lançado e pilotado um programa de reforço das capacidades nos domínios dos portos, da energia e dos transportes;

- Desenvolver instituições humanas e físicas para conseguir o cumprimento efetivo das suas responsabilidades;
- Identificação de projetos-piloto com potencial de energia azul;
- Desenvolver ajudas à navegação adequadas;
- Aprovação das diretivas relativas ao transporte de passageiros nas vias navegáveis interiores;
- Ambiente regulamentar favorável à energia azul.

TABELA 51.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

5.1 - Governação do Transporte marítimo, das infraestruturas e da energia

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.1 Atualizar as políticas públicas marítimas e portuárias com as orientações estratégicas Porto Azul					
	5.1.1	Desenvolvimento da Estratégia e do Plano de Ação do Porto Azul Guiné-Bissau.	<ul style="list-style-type: none"> • Política pública atualizada e implementada • Estratégia e Plano de Ação Porto Azul. 			
	5.1.2	Criação de um fórum de diálogo entre utilizadores que reúna todas as partes interessadas da comunidade portuária.	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação do Comité Diretivo do programa Porto Azul 			
	5.1.3	Gestão do conhecimento e portal de infraestruturas (costeiras e fluviais) para o transporte dos produtos até às unidades de acondicionamento e transformação.	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação do portal de gestão de dados; • Nº de pessoas formadas. 			
	5.2 Elaboração de um plano de ação para a segurança marítima e portuária					
	5.2.1	Alinhar a política marítima com os quadros regionais, incluindo a Carta Africana dos Transportes Marítimos e a Carta Africana sobre o Desenvolvimento da Segurança Marítima.	Política de transporte marítimo e de proteção do transporte marítimo alinhada com o quadro internacional e regional.			
	5.2.2	Colaborar com os organismos regionais e internacionais competentes (CER, OIT, OMI) para prestar a assistência técnica necessária.	Diretivas relativas ao transporte de passageiros nas vias navegáveis nacionais homologadas.			
	5.2.3	Reforçar as instituições para conseguir o cumprimento efetivo das responsabilidades de Estado costeiro, Estado de bandeira e Estado do porto.	Implementação da colaboração institucional com organizações regionais e internacionais.			

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
5.2 Elaboração de um plano de ação para a segurança marítima e portuária					
5.2.4	Conceber e aplicar as diretivas relativas ao transporte de passageiros nas vias navegáveis interiores.	Melhoria e diversificação dos serviços de transporte de passageiros e de turismo (portos marítimos).			
5.2.5	Desenvolver as capacidades do pessoal dos diferentes serviços jurídicos em matéria de proteção do transporte marítimo e da sua aplicação.	Desenvolvimento das capacidades jurídicas, institucionais e operacionais para a segurança no mar.			
5.3 Estratégia energética sustentável para impulsionar a Economia Azul					
5.3.1	Roteiro dos processos e requisitos regulamentares para planear projetos e fornecer aos investidores pormenores sobre os prazos e marcos de desenvolvimento necessários para aceder ao financiamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de projetos-piloto de energia azul • Atualização dos estudos sobre o potencial de energias renováveis e cartografia pormenorizada do potencial de energias renováveis. 			
5.3.2	Quadro regulamentar e político claro e previsível para apoiar o desenvolvimento e o crescimento das energias renováveis.	Análise do atual quadro institucional e jurídico e análise de alternativas.			

TABELA 52.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário 5.1 - Governação do Transporte marítimo, das infraestruturas e da energia

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
	5.1	<p>Atualizar as políticas públicas marítimas e portuárias com as orientações estratégicas Porto Azul</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Administração Portuária; • Instituto Marítimo Portuário; • Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental; • Direção Geral de Infraestruturas de Transportes; • Ministério das Obras Públicas; • Universidade Lusófona Universidade Amílcar Cabral; • ONG local – ADPP; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar) agroindústrias e cooperativas. Além disso, a cadeia de valor do sector privado do turismo, pescas e agricultura costeira.

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.2 Elaboração de um plano de ação para a segurança marítima e portuária	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Administração Portuária; • Instituto Marítimo Portuário; • Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental; • Direcção-Geral das Infraestruturas de Transportes; • Ministério das Obras Públicas; • Universidade Lusófona Universidade Amílcar Cabral; • ONG local – ADPP; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar), agroindústrias e cooperativas. Além disso, a cadeia de valor do sector privado do turismo, pescas e agricultura costeira. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham nos domínios da energia e das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD) e do ambiente (UE, França e outros). Organizações de desenvolvimento da África Ocidental com especial incidência nos domínios do transporte marítimo e da segurança (MOWCA, WeCAPS, GoGIN, AAMA, CEDEAO) e da energia (IRENA, ECREEE, ERERA, WACEC).</p>
	5.3 Estratégia energética sustentável para impulsionar a Economia Azul	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Ministério da Agricultura; • Ministério dos Recursos Naturais e Energia; • Direcção-Geral das Infraestruturas de Transportes; • Ministério das Obras Públicas; • Universidade Lusófona Universidade Amílcar Cabral; • ONG local – ADPP; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar) agroindústrias e cooperativas. Além disso, a cadeia de valor do sector privado do turismo, pescas e agricultura costeira. 	<p>Parceiros bilaterais e multilaterais que trabalham nos domínios da energia e das infraestruturas (Banco Mundial, BOAD, BAD) e do ambiente (UE, França e outros). Organizações de desenvolvimento da África Ocidental com especial incidência nos domínios do transporte marítimo e da segurança (MOWCA, WeCAPS, GoGIN, AAMA, CEDEAO) e da energia (IRENA, ECREEE, ERERA, WACEC).</p>

Atualizar as políticas públicas marítimas e portuárias com as orientações estratégicas Porto Azul

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais:**

- Desenvolvimento da estratégia e do plano de ação do porto azul da Guiné-Bissau;
- Constituição de um fórum de diálogo entre utilizadores que reúna todas as partes interessadas da comunidade portuária (porto, alfândegas, câmara de comércio, despachantes aduaneiros, transitários, agentes de navegação, importadores/exportadores, etc.);
- Viabilização de porto marítimo adequado. Portal de gestão do conhecimento e infraestruturas

(costeiras e fluviais) para o transporte dos produtos até às unidades de acondicionamento e transformação. Avaliação do diagnóstico e priorização das necessidades de investimento.

Elaboração de um plano de ação para a segurança marítima e portuária

- Desenvolvimento de uma estratégia para o transporte marítimo e a proteção. Alinhar o transporte marítimo e a segurança com os quadros regionais, incluindo a Carta Africana do Transporte Marítimo e a Carta Africana sobre a Proteção Marítima e o Desenvolvimento da Segurança em África, com vista ao desenvolvimento de um transporte marítimo e condições de segurança harmonizados num contexto africano de Economia Azul;

- Colaborar com os organismos regionais e internacionais competentes (CER, OIT, OMI) para prestar a assistência técnica necessária às administrações marítimas para desenvolver e aplicar o plano de ação;
- Reforçar as instituições com vista ao cumprimento efetivo das responsabilidades de Estado costeiro, Estado de bandeira e Estado do porto (conhecimentos, recursos humanos e equipamentos);
- Desenvolver e manter ajudas à navegação adequadas, eficazes e fiáveis;
- Conceber e aplicar as diretivas relativas ao transporte de passageiros nas vias navegáveis interiores;
- Desenvolver as capacidades do pessoal dos vários departamentos jurídicos para melhorar o conhecimento do quadro jurídico adequado em matéria de proteção do transporte marítimo e formas de o aplicar;
- Sistema de transportes integrado e sustentável. Adotar medidas políticas e regulamentares específicas e deliberadas para facilitar um sistema de transportes internos e externos da Guiné-Bissau eficiente e acessível;
- Promover o investimento em infraestruturas de transporte para apoiar o turismo marítimo;
- Criar uma infraestrutura de transportes que permita melhorar a acessibilidade dos destinos.

Estratégia de energia sustentável para impulsionar a Economia Azul

- Permitir um ambiente regulamentar propício ao desenvolvimento e à aplicação da energia azul sustentável. Previsibilidade regulamentar e um caminho para a viabilidade comercial que inclua um roteiro detalhando os processos e requisitos regulamentares, juntamente com orientações sobre como cumprir as condições dos processos de licenciamento. É necessário um quadro político regulamentar e fiscal claro e previsível para apoiar o desenvolvimento e o crescimento das energias renováveis;
- Um roteiro que descreva em pormenor os processos e requisitos regulamentares, juntamente com orientações sobre as formas de cumprir as condições dos processos de licenciamento, ajudará a garantir que os promotores disponham de informações adequadas para planear os projetos e fornecer aos investidores pormenores sobre os prazos e as etapas de desenvolvimento necessárias para aceder ao financiamento;
- Estabelecer mecanismos de financiamento específicos para a demonstração de tecnologias e o desenvolvimento de projetos. Estabelecer um programa de financiamento destinado à investigação e inovação que possa acelerar as reduções de custos.



TABELA 53.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 5.1 - Governação do Transporte marítimo, das infraestruturas e da energia

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.1 Atualizar as políticas públicas marítimas e portuárias com as orientações estratégicas Porto Azul					
	5.1.1	Desenvolvimento da Estratégia e do Plano de Ação do Porto Azul Guiné-Bissau.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Trabalho de campo/consultas; As administrações participam na elaboração do quadro após as consultas. 	100.000	0	100.000
	5.1.2	Criação de um fórum de diálogo entre utilizadores que reúna todas as partes interessadas da comunidade portuária.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Reforço das capacidades; Trabalho no terreno/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	150.000	0	150.000
	5.1.3	Gestão do conhecimento e portal de infraestruturas (costeiras e fluviais) para o transporte dos produtos até às unidades de acondicionamento e transformação.	<ul style="list-style-type: none"> Portal de gestão de dados Reforço das capacidades. 	250.000	0	250.000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo						
5.2 Elaboração de um plano de ação para a segurança marítima e portuária						
5.2.1	Alinhar a política marítima com os quadros regionais, incluindo a Carta Africana dos Transportes Marítimos e a Carta Africana sobre o Desenvolvimento da Segurança Marítima.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Reforço das capacidades; Trabalho no terreno/consultas das partes interessadas; Processos participativos/espacos de diálogo. 	200.000	0	200.000	

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.2.2	Colaborar com os organismos regionais e internacionais competentes (CER, OIT, OMI) para prestar a assistência técnica necessária.	<ul style="list-style-type: none"> Workshops; Trabalho de campo/consultas; As administrações participam na elaboração do quadro após as consultas. 	150.000	0	150.000
	5.2.3	Reforçar as instituições para conseguir o cumprimento efetivo das responsabilidades de Estado costeiro, Estado de bandeira e Estado do porto.	<ul style="list-style-type: none"> Material de escritório; Veículos; Recrutamento de pessoal. 	300.000	0	300.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
	5.2.4	Conceber e aplicar as diretivas relativas ao transporte de passageiros nas vias navegáveis interiores	Patrulhas de segurança nas vias navegáveis interiores e outras tarefas de aplicação da lei.	0	2.500.000	2.500.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					
5.2.5	Desenvolver as capacidades do pessoal dos diferentes serviços jurídicos em matéria de proteção do transporte marítimo e da sua aplicação.	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica Reforço das capacidades. 	250.000	0	250.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						
5.3 Estratégia energética sustentável para impulsionar a Economia Azul						
5.3.1	Roteiro dos processos e requisitos regulamentares para planear projetos e fornecer aos investidores pormenores sobre os prazos e as etapas de desenvolvimento necessárias para aceder ao financiamento.	<ul style="list-style-type: none"> Workshops; Trabalho de campo/consultas; As administrações participam na elaboração do quadro após as consultas. 	150.000	0	150.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						
5.3.2	Quadro regulamentar e político claro e previsível para apoiar o desenvolvimento e o crescimento das energias renováveis.	As administrações participam na elaboração do quadro após as consultas.	50.000	0	50.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Governo						



5.6.5 Facilitadores económicos

Resultado(s) económico(s) esperado(s)

- Plano estratégico nacional do Porto Azul;
- Desenvolvimento e modernização de quatro instalações de portos de pesca;
- Desenvolver uma rede eficaz de transporte marítimo costeiro e fluvial;
- Avaliação das necessidades energéticas a satisfazer através de iniciativas de energia azul em função da quantidade produzida, do armazenamento, da cobertura da rede, da autonomia energética, do preço de custo, etc.
- Identificação de projetos-piloto que explorem o potencial da energia azul (apresentação aos parceiros técnicos e financeiros).

TABELA 54.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário
5.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.4 Melhoria das infraestruturas e instalações necessárias para o desenvolvimento das cadeias de valor da Economia Azul					
	5.4.1	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização e criação de infraestruturas para a cadeia de valor da pesca (portos, zonas de desembarque, mercado); • Reforço das capacidades de receção dos desembarques • Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da pesca industrial (porto de pesca e serviços de apoio). 	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação e melhoria de uma rede de instalações portuárias de pesca; • Nº de estruturas de desembarque artesanal, unidades de fabrico de gelo, câmaras frigoríficas; • Nº de infraestruturas de pesca industrial construídas (porto de pesca e serviços de apoio). 			
	5.4.2	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização e criação de infraestruturas na cadeia de valor do turismo para uma melhor acessibilidade ao destino (sistema de transportes, infraestruturas turísticas); • Promover condições de transporte terrestre, marítimo e aéreo mais regulares e seguras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de uma política baseada nas infraestruturas do país e nas principais zonas com potencial turístico a partir de condições de acessibilidade, estruturas de acolhimento; • Infraestruturas turísticas resilientes selecionadas (melhoria dos percursos pedestres, sítios patrimoniais, passeios marítimos, estrada de acesso crítica). 			

EIXOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.5 Promover o potencial das energias renováveis para dinamizar a Economia Azul				
	5.5.1	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de projetos de eletrificação através de mini-redes e micro-redes de energias renováveis e/ou híbridas; Estabelecer financiamento específico e mecanismos de financiamento para a demonstração de tecnologias e o desenvolvimento de projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da produção e distribuição de energia em benefício das comunidades costeiras; Nº de projetos-piloto de energia azul; MW de capacidade de produção de energia azul. 		

TABELA 55.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução
5.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

EIXOS ESTRATÉGICOS	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
	EIXOS ESTRATÉGICOS	5.4 Melhoria das infraestruturas e instalações necessárias para o desenvolvimento das cadeias de valor da Economia Azul
<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Administração Portuária; Instituto Marítimo Portuário; Direção-Geral das Infraestruturas de Transportes; Ministério das Obras Públicas, da Construção e do Urbanismo; Indústrias da Economia Azul, especialmente indústrias de produção/transformação agrícola e aquacultura; Comunidades locais de pescadores; Cooperativas e outras organizações da Economia Azul; Indústria relacionada com portos. 		Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos no sector dos transportes (União Europeia, Banco Mundial, BOAD, BAD, IFAD, OFID) e do ambiente (IUCN, WWF, UE, França, Fundação MAVIA e outros).
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.5 Promover o potencial das energias renováveis para dinamizar a Economia Azul	
	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; Ministério dos Recursos Naturais e da Energia Direção-Geral das Infraestruturas de Transportes; Ministério das Obras Públicas, da Construção e do Urbanismo; Indústrias da Economia Azul, especialmente indústrias de produção/transformação agrícola e aquacultura; Cooperativas e outras organizações da Economia Azul; Indústria relacionada com portos. 	Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos no sector dos transportes (União Europeia, Banco Mundial, BOAD, BAD, IFAD, OFID) e do ambiente (IUCN, WWF, UE, França, Fundação MAVIA e outros).

Expandir o potencial da energia azul para alimentar e promover as zonas de desenvolvimento económico azul

A intervenção articula-se em torno de **5 atividades principais**:

- Facilitar a integração de energias alternativas e renováveis para apoiar as atividades da Economia Azul (transformação de produtos da pesca e da aquacultura e turismo). Aumentar a penetração da energia azul no cabaz energético.;
- Avaliar a disponibilidade de infraestruturas suficientes para alimentar a Economia Azul e contribuir para o aumento de uma energia fiável, acessível e moderna;
- Apoiar o planeamento alternativo e limpo nas comunidades para melhorar a capacidade e os conhecimentos para desenvolver planos energéticos comunitários e avaliar as oportunidades e os riscos do desenvolvimento. Aumentar a base de conhecimentos sobre energias limpas e ajudar as comunidades a tomar decisões sobre a forma de se envolverem ou de se associarem a projetos;
- Estabelecer um apoio financeiro específico para projetos-piloto fora da rede que incluam a utilização de energias renováveis marinhas (ERM) para aplicações de energia limpa;
- Apoiar a criação de um programa de investigação ambiental em colaboração (incluindo o governo e a indústria) que identifique os riscos do licenciamento ambiental e apoie a inovação e as necessidades de dados.

Melhoria das infraestruturas e instalações necessárias para o desenvolvimento das cadeias de valor dos produtos do mar

A intervenção articula-se em torno de **4 atividades principais**:

- Desenvolvimento de um plano estratégico para a melhoria do desempenho dos portos de pesca;
- Melhoria das instalações ao nível de quatro portos (Cacheu, Bandim, Bubaque, Buba), com locais de desembarque bem estruturados e com esforços na questão da higiene e da gestão dos resíduos. Desenvolver as instalações dos locais de desembarque, de armazenamento frigorífico e os serviços de transformação nas localidades de pesca artesanal secundária (Caravela, Bolama, Biombo, Cacine);
- Modernização e criação de infraestruturas na cadeia de valor do turismo para uma melhor acessibilidade ao destino (sistema de transportes, infraestruturas turísticas). Promover condições de transporte terrestre, marítimo e aéreo mais regulares e seguras.

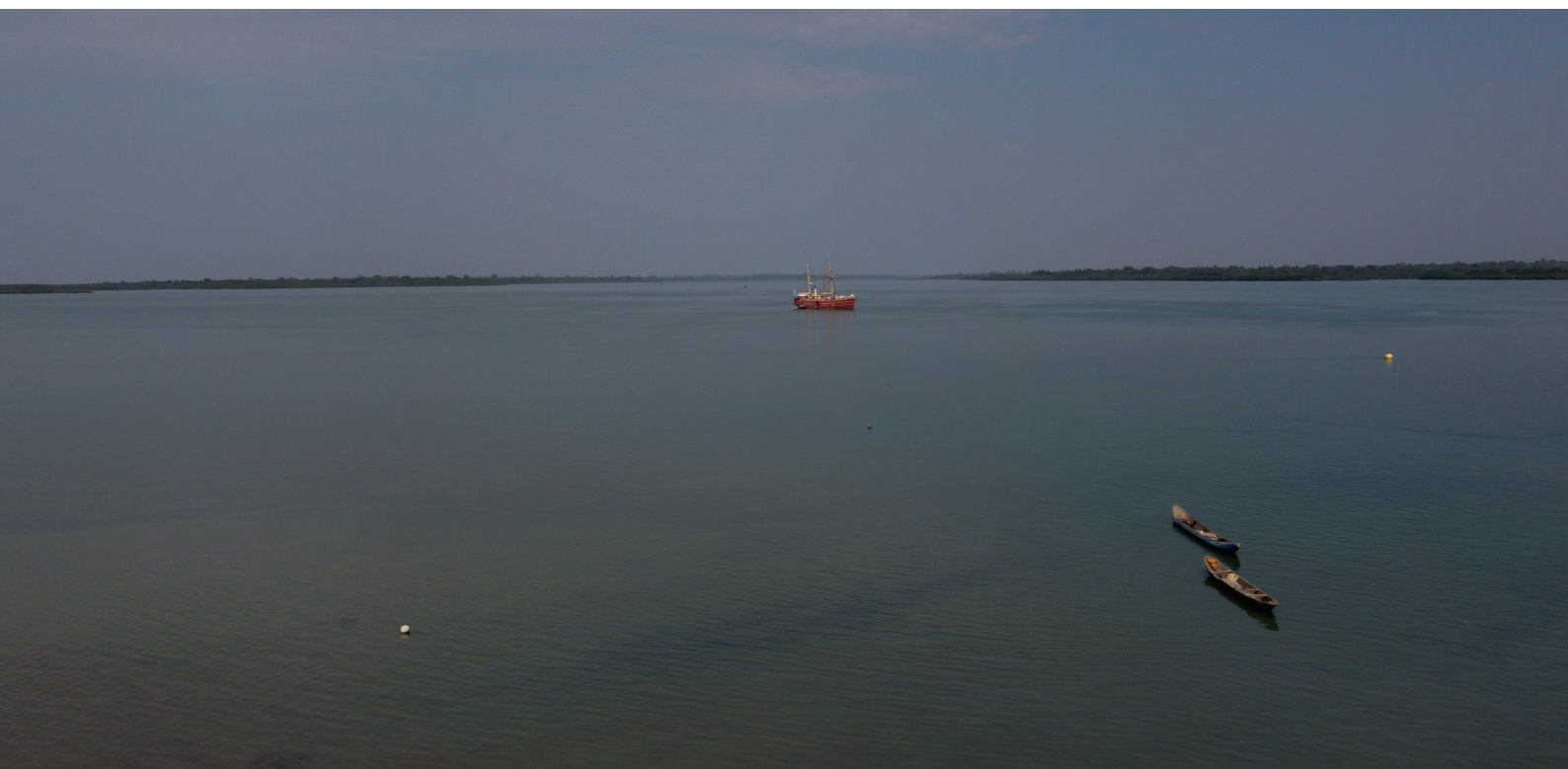


TABELA 56.

Síntese das necessidades estratégicas de investimento que compõem o Eixo Prioritário 5.2 - Facilitadores económicos da Economia Azul

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.4 Melhoria das infraestruturas e instalações necessárias para o desenvolvimento das cadeias de valor da Economia Azul					
	5.4.1	<ul style="list-style-type: none"> Modernização e criação de infraestruturas para a cadeia de valor da pesca (portos, zonas de desembarque, mercado); Reforço das capacidades de receção dos desembarques; Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da pesca industrial (porto de pesca e serviços de apoio). 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica Equipamento/recursos Trabalho de campo/consultas. 	500.000	15.000.000	15.500.000
	5.4.2	<ul style="list-style-type: none"> Modernização e criação de infraestruturas na cadeia de valor do turismo para uma melhor acessibilidade ao destino (sistema de transportes, infraestruturas turísticas); Promoção de condições de transporte terrestre, marítimo e aéreo mais regulares e seguras. 		300.000	10.000.000	10.300.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					
5.5 Promover o potencial das energias renováveis para dinamizar a Economia Azul						
5.5.1	<p>Implementação de projetos de eletrificação através de mini-redes e micro-redes de energias renováveis e/ou híbridas;</p> <p>Estabelecer financiamento específico e mecanismos de financiamento para a demonstração de tecnologias e o desenvolvimento de projetos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica; Workshop sobre Investimento em Energia Sustentável; Equipamento/recursos preparação de projetos 	500.000	5.000.000	5.500.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Fundos privados internacionais						



5.6.6 Facilitadores sociais

Resultado(s) social(is) esperado(s)

- Programa de investigação sobre energia azul lançado e pilotado;
- É lançado e pilotado um programa de reforço das capacidades dirigido ao sector privado e à administração.

TABELA 57.

Resumo dos projetos que compõem o Eixo Prioritário

5.3 - Cadeia de valor Transporte marítimo, infraestruturas e energia

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL		
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.6	Expandir as oportunidades de fabrico de energia renovável para mulheres e jovens na transição energética			
	5.6.1	A mão de obra local é formada com conhecimentos técnicos especializados para o fabrico de produtos de energias renováveis. Este crescimento da capacidade será alcançado através de colaborações com empresas nacionais e internacionais de energias renováveis, através de instituições académicas e do investimento em I&D no espaço das energias renováveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da capacidade nacional de gestão e manutenção de sistemas de produção de energia. • Nº de novos negócios promovidos relacionados com a manutenção de sistemas de produção de energias renováveis. 		

TABELA 58.

Implementação de atores e parceiros locais no Eixo Prioritário

5.3 - Cadeia de valor Transporte marítimo, infraestruturas e energia

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.6	Expandir as oportunidades de fabrico de energia renovável para mulheres e jovens na transição energética	
		<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia, Plano e Integração Regional; • Ministério dos Recursos Naturais e da Energia; • Direcção-Geral das Infraestruturas de Transportes; • Ministério das Obras Públicas, da Construção e do Urbanismo • Indústrias da Economia Azul, especialmente indústrias de produção/transformação agrícola e aquacultura; • Cooperativas e outras organizações da Economia Azul; • Indústria relacionada com portos 	Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos no sector dos transportes (União Europeia, Banco Mundial, BOAD, BAD, IFAD, OFID) e do ambiente (IUCN, WWF, UE, França, Fundação MAVA e outros).

TABELA 59.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 5.3 - Cadeia de valor Transporte marítimo, infraestruturas e energia

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO		
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.6	Expandir as oportunidades de fabrico de energia renovável para mulheres e jovens na transição energética			
	5.6.1	A mão de obra local é formada com conhecimentos técnicos especializados para o fabrico de produtos de energias renováveis. Este crescimento da capacidade será alcançado através de colaborações com empresas nacionais e internacionais de energias renováveis, através de instituições académicas e do investimento em I&D no espaço das energias renováveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de um programa especializado de formação profissional de formadores; • Lançamento de um curso-piloto; • Viabilidade financeira e plano de sustentabilidade • Programa de autofinanciamento em edições futuras. 	6000	5000
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					



5.6.7 Facilitadores ambientais

Resultado(s) ambiental(ais) esperado(s)

- As partes interessadas e os peritos participam em sessões para determinar as causas dos problemas ambientais portuários e o seu impacto nos portos examinados (avaliação ambiental);
- Orientações e fichas de demonstração da gestão ambiental portuária (formulação de planos de emergência, gestão da linha costeira) para produzir uma declaração de política geral que assenta na identificação e compreensão das preocupações ambientais relevantes, da legislação e da opinião das partes interessadas;
- Instalações portuárias de gestão e receção de resíduos desenvolvidas;
- Quadro regulamentar para a inventariação e eliminação dos navios abandonados;
- Desenvolvimento de um sistema de auditoria e revisão que avalia a eficácia dos procedimentos.

TABELA 60.

Resumo dos projetos que constituem o Eixo Prioritário
5.4 - Facilitadores ambientais no domínio do transporte marítimo,
infraestruturas e energia

	AÇÕES	INDICADORES 2023 a 2025	HORIZONTE TEMPORAL			
			2023 a 2025	2025 a 2027	2027 a 2030	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.7 Conceber e executar um plano de gestão ambiental para as infraestruturas costeiras					
	5.7.1	Estabelecer um zonamento para limitar o desenvolvimento de infraestruturas de transportes e de energia em zonas sensíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro de avaliação ambiental atualizado; • N° de estudos de impacto ambiental. 			
	5.7.2	Criar estruturas de gestão ambiental e de saneamento portuário e costeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Quadro regulamentar existente para a catalogação e eliminação dos navios abandonados; • N° de infraestruturas portuárias ambientais e infraestruturas portuárias de gestão e receção de resíduos desenvolvidas. 			
	5.7.3	Gerir as incoerências entre os quadros jurídicos sectoriais e o Código do Ambiente	Gestão costeira e/ou do ecossistema e planos de emergência para produzir uma declaração política global baseada na identificação e compreensão das preocupações ambientais suscitadas.			

TABELA 61.

Agentes e parceiros locais responsáveis pela execução do Eixo Prioritário
5.4 - Facilitadores ambientais no domínio do transporte marítimo, infraestruturas e energia

	AGENTES DE EXECUÇÃO E BENEFICIÁRIOS	PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.7 Conceber e executar um plano de gestão ambiental para as infraestruturas costeiras	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Economia; • Administração Portuária; • Instituto Marítimo Portuário; • Ministério dos Recursos Naturais e da Energia; • Universidade Lusófona; • Universidade Amílcar Cabral; • ONG locais; • Indústrias da Economia Azul, especialmente indústrias de produção/trans formação agrícola e aquacultura; • Indústria relacionada com portos (Ímpar, Consulmar, Sotramar, Maersk line, Port line, Agemar, Transmar); • Agroindústrias e cooperativas. 	Parceiros bilaterais e multilaterais envolvidos no sector dos transportes (União Europeia, Banco Mundial, BOAD, BAD, IFAD, OFID) e do ambiente (IUCN, WWF, UE, França e outros).

Conceber e aplicar um plano de gestão ambiental das infraestruturas costeiras

A intervenção articula-se em torno de **3 atividades principais**:

- Normalizar a gestão ambiental dos portos através da cooperação e da partilha de conhecimentos entre os portos em termos de qualidade da água e do ar, energia e gestão dos resíduos. No que respeita à GB, em particular, conferir poderes ao Ministério do Ambiente para eliminar os navios afundados, em coordenação com outras instituições;
- Promover a qualidade ambiental das zonas portuárias e a implantação de tecnologias limpas e de ecoeficiência, minimizando o impacto ambiental da atividade portuária. Melhorar as instalações de gestão e receção de resíduos (Convenção MARPOL);
- Desenvolver um quadro regulamentar para catalogar e subsequentemente eliminar os navios abandonados de forma expedita e clara, prevendo diferentes opções para a sua gestão (remoção, realocação, reutilização) em conformidade com as normas ambientais em vigor e na sequência de uma avaliação do impacto ambiental.

TABELA 62.

Resumo das necessidades de investimento estratégico que constituem o Eixo Prioritário 5.4 - Facilitadores ambientais no domínio do transporte marítimo, infraestruturas e energia

	AÇÕES	INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (2030)	NECESSIDADES DE INVESTIMENTO			
			Recorrente (USD)	Capital (USD)	Total por ação	
EIXOS ESTRATÉGICOS	5.7 Conceber e executar um plano de gestão ambiental para as infraestruturas costeiras					
	5.7.1	Estabelecer um zonamento para limitar o desenvolvimento de infraestruturas de transportes e de energia em zonas sensíveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Equipamento/recursos • Trabalho de campo/consultas. 	230.000	0	230.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia					
	5.7.2	Criar estruturas de gestão ambiental e de saneamento portuário e costeiro.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Equipamento/recursos • Trabalho de campo/consultas. 	150.000	500.000	650.000
	<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Bancos (de desenvolvimento + comerciais)					
5.7.3	Gerir as incoerências entre os quadros jurídicos sectoriais e o Código do Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica; • Equipamento/recursos • Trabalho de campo/consultas. 	300.000	0	300.000	
<i>Fontes potenciais deste investimento:</i> Agências de desenvolvimento + filantropia						

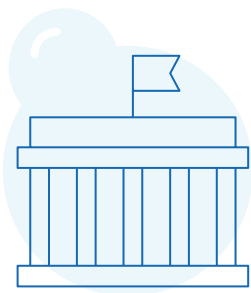
06



QUADRO INSTITUCIONAL E GOVERNAÇÃO

A governação da Estratégia para a Economia Azul é fundamental para a viabilidade das atividades previstas, bem como para a sua sustentabilidade.





A governação tem estado presente desde a concepção da Estratégia através dos **mecanismos de participação e coordenação implementados, incluindo a formação do Grupo Consultivo** com representantes da sociedade civil, do governo, do sector privado, de organizações multilaterais e do meio académico.

Para além da concepção, a governação refere-se à implementação, ao acompanhamento e à avaliação da Estratégia de Emprego, em consonância com as políticas e estratégias conexas a nível nacional e internacional.

A governação tem duas linhas de ação: por um lado, a implementação de estratégias de comunicação que favoreçam a sensibilização e promovam a participação e a consciencialização das partes interessadas e, por outro lado, a criação de um Conselho da Economia Azul.

O principal mecanismo que assegura a governação da Estratégia para a Economia Azul é o Conselho da Economia Azul cuja principal função é assegurar a implementação e o acompanhamento da Estratégia para a Economia Azul através de ações concretas a favor da realização dos objectivos prioritários da Guiné-Bissau, graças ao acompanhamento e à monitorização baseados na análise das informações recolhidas e fornecidas de forma científica e objetiva e à participação coordenada de todas as partes interessadas.

Os resultados esperados do Conselho da Economia Azul da Guiné-Bissau são os seguintes:

- 🗨️ **Acompanhar e promover** a eficácia da aplicação da Estratégia para a Economia Azul;
- 🗨️ **Promover a sustentabilidade** da Estratégia para a Economia Azul através da participação das partes interessadas e do alinhamento com as políticas nacionais e internacionais;
- 🗨️ **Promover a geração, gestão e aplicação** de conhecimentos relacionados com a Economia Azul;
- 🗨️ **Ser um ponto de encontro e de coordenação** entre os atores públicos e privados relacionados com a Economia Azul na Guiné-Bissau e servir de ponto de referência para novos atores, tanto a nível regional como nacional;

O Conselho da Economia Azul apresenta uma estrutura baseada em duas componentes:

- 🗨️ **Criação de um comité interministerial** para coordenar, dirigir, acompanhar e avaliar as ações previstas na Estratégia para a Economia Azul;
- 🗨️ **Criação de uma equipa técnica especializada** que fornecerá ao Comité informações fundamentadas para a tomada de decisões relacionadas com a Economia Azul;

Algumas das atividades a levar a cabo pelo Conselho da Economia Azul são as seguintes:

- 🗨️ **Criação de uma plataforma online:** Painel de controlo: identificação de Sectores, Bases de Dados, Indicadores, Tendências, Partes Interessadas e Políticas;
- 🗨️ **Mapeamento da Economia Azul:** avaliações periódicas, tendências e obstáculos;
- 🗨️ **Identificar as boas práticas** existentes e avaliar a sua escalabilidade e transferibilidade para as difundir nos sectores da Economia Azul;
- 🗨️ **Apoio à mobilização de investimentos** e ao financiamento de projetos, incluindo o acesso a financiamentos combinados e garantias;
- 🗨️ **Preparação dos materiais** para as recomendações políticas.

6.1

Controlo e avaliação

A avaliação e o acompanhamento da Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau têm três objectivos:

- **Favorecer a transparência e a prestação de contas** sobre as ações desenvolvidas no domínio da Economia Azul no país;
- **Promover a sustentabilidade e a apropriação** do processo graças à participação de todas as partes interessadas no processo de controlo e acompanhamento;
- **Medir o impacto** e a eficácia na implementação de ações relacionadas com a Economia Azul, o que favorece a correção e a proposta de novas abordagens e atividades, se necessário.

O processo de acompanhamento e avaliação tem duas dimensões, abordagens:

- **Avaliação da implementação** das ações planeadas em termos de eficiência, eficácia, viabilidade e sustentabilidade através da utilização de indicadores de processo e de produto;

- **Avaliação do impacto** da Estratégia de Emprego, analisando se os objectivos, as finalidades e os resultados esperados foram ou não alcançados e qual o efeito e a mudança conseguidos graças à aplicação da Estratégia.

Para facilitar o acompanhamento e a auditoria, foi concebido um sistema de acompanhamento, baseado no estabelecimento de indicadores e de metas a atingir em dois períodos diferentes.

O primeiro objectivo é fixado para o ano 2025, coincidindo com o fim do principal documento estratégico da Guiné-Bissau "Terra Ranka". Plano Estratégico e Operacional, que se encontra a meio do período de implementação da Estratégia, e a última meta é fixada para 2027, no final do período inicial da Estratégia.



7

PLANO DE INVESTIMENTO

O Plano de Investimento permite que o plano estratégico seja implementado com os recursos e meios económicos e técnicos necessários.



Nunca é demais sublinhar a necessidade de um Plano de Investimento, mas é ainda mais premente se tiver de ser para uma Estratégia para a Economia Azul. Isto deve-se, em grande parte, ao facto de o investimento na Economia Azul sustentável estar a dar os primeiros passos e requerer conhecimentos especiais para obter, avaliar, desenvolver e sair de forma rentável de investimentos em classes de ativos emergentes, e a Guiné-Bissau não é exceção.

Os organismos de desenvolvimento e/ou as partes interessadas nesta área ou sector podem não ter a capacidade de transformar os planos e estratégias de desenvolvimento em investimentos financiáveis que satisfaçam os requisitos dos investidores de capital ou das instituições financeiras. Por exemplo, a maioria dos investidores, através dos seus acordos de financiamento, exige conhecer os retornos do capital: quanto tempo demorará a recuperar o seu capital e quando começará a ter lucros; os fatores de risco envolvidos e como contorná-los; o ambiente empresarial e os regimes regulamentares; a segurança de uma arbitragem justa em caso de litígio, entre outros.

Para este efeito, o Plano de Investimento recomenda vivamente, entre outras coisas, que se adote o mecanismo posto em prática nos últimos tempos pelos Departamentos/Unidades de Investimento Público (DIP) dos Ministérios das Finanças, como no Gana e na Ásia Oriental, onde é criado um mecanismo de pré-investimento para colmatar o fosso entre os organismos de desenvolvimento e as partes interessadas e os financiadores ou investidores. Assim, quando projetos de alta qualidade e financiáveis são implementados a nível nacional, tal contribuiria para o crescimento económico sustentável desse país, neste caso a Guiné-Bissau.

O presente documento propõe muitas dessas recomendações, que estão em conformidade com a atual situação, mesmo no âmbito do sistema das Nações Unidas e das agências multilaterais e bilaterais.

Este Plano de Investimento para a Economia Azul da Guiné-Bissau procura, por conseguinte, aproveitar as fontes de capital públicas e privadas, como o governo e os bancos comerciais, respetivamente, para desbloquear o potencial da transição da Economia Azul na Guiné-Bissau com base na Estratégia para a Economia Azul do país.

O quadro do Plano de Investimento passa, portanto, por reunir investimentos públicos, tais como os do governo da Guiné-Bissau, agências bilaterais e multilaterais, instituições de financiamento do desenvolvimento e organizações intergovernamentais; e investimentos privados, tais como instituições financeiras comerciais, fundações e instituições não-governamentais, bem como fundos da Economia Azul para apoiar a implementação das estratégias para alcançar os seus objectivos globais de desenvolvimento.

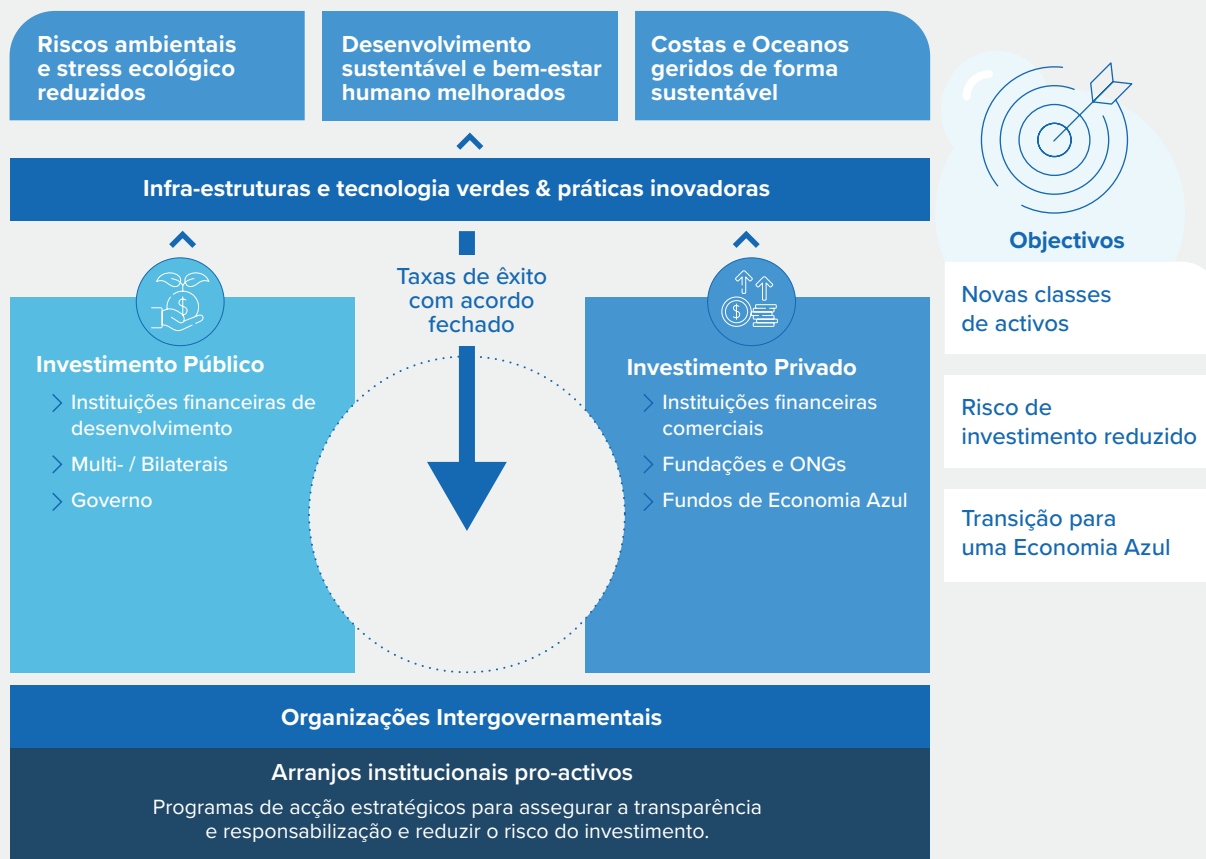
Além disso, tendo em conta que a elaboração de propostas de investimento a partir de planos e estratégias de desenvolvimento pode ser muito técnica, e que só propostas de elevada qualidade atraem investimentos, pode ser prudente criar um mecanismo de pré-investimento, ainda que de forma vaga, para facilitar a preparação de propostas de elevada qualidade. Este mecanismo de pré-investimento será um organismo técnico que prestará assistência técnica às partes interessadas na preparação de propostas de investimento de elevada qualidade e que também fornecerá capacidades técnicas às partes interessadas relevantes, até que estas o possam fazer por si próprias. Após o encerramento bem-sucedido das transações, será cobrado um montante simbólico, sob a forma de taxas, para manter o mecanismo em funcionamento, de modo que outros possam também beneficiar dele. Inicialmente, o mecanismo de pré-investimento teria de ser financiado por governos e/ou agências internacionais de desenvolvimento. Ao fim de algum tempo, o mecanismo tornar-se-á autofinanciado e passará a ser uma fonte de partilha de conhecimentos e de gestão para outros projetos. O Fundo Verde para o Clima (GCF), por exemplo, prevê este mecanismo de preparação de projetos (PPF) no valor de 1,5 milhões de dólares no caso do Gana, sendo semelhante ao mecanismo de pré-investimento a que se faz referência.

Tudo isto será apoiado por um dispositivo institucional proactivo que assegurará programas de ação estratégicos para a transparência, a responsabilidade e a redução dos riscos de investimento. O objectivo do quadro será dispor de ativos de nova classe, apoiar a transição para a Economia Azul e reduzir os riscos de investimento.

Fig. 5. Representa o quadro do Plano de Investimento de forma esquemática.

FIGURA 5.

Quadro de financiamento da Economia Azul



A estrutura desta secção é, portanto, a seguinte: a secção dois discute os principais objectivos do Plano de Investimento em pormenor e toma conhecimento dos princípios do financiamento da Economia Azul; a secção três discute a justificação do Plano de Investimento; a secção quatro esclarece a necessidade de investimento, enquanto a secção cinco se centra nas

fontes de investimento. As secções seis e sete abordam o orçamento total e a programação anual, bem como os impactos esperados dos investimentos, respetivamente. O Plano de Investimento termina com a secção oito, que aborda a estrutura de governação do plano deixando, finalmente, os desafios e conselhos do plano para a secção nove.

7.1

Objectivos do Plano de Investimento

Os objectivos deste Plano de Investimento **são os seguintes:**

- Complementar a Estratégia para a Economia Azul desenvolvida para a Guiné-Bissau (2023-2030);
- Identificar as necessidades de investimento da Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau;
- Identificar as fontes de investimento atuais e potenciais para a Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau.

7.2

Justificação do Plano de Investimento

O panorama económico da Guiné-Bissau durante a última década, ou seja, de 2010 a 2020, indica um fenómeno muito interessante. O valor acrescentado da agricultura, da silvicultura e das pescas durante este período foi de 45% (em 2013) a quase 50% (2015) do PIB. Da mesma forma, a eletricidade, o gás e a água estagnaram em cerca de 0,6% do PIB. No sector dos serviços, que é o segundo maior sector depois da agricultura, da silvicultura e da pesca, observamos também que o valor acrescentado do comércio grossista e retalhista, da restauração e da hotelaria se situou entre 18% (em 2013) e 22% (2015), enquanto o transporte, a armazenagem e a comunicação também estagnaram em cerca de 5% do valor acrescentado ao PIB.

Os domínios abordados são cruciais para a Economia Azul. Por exemplo, a agricultura, a silvicultura e a pesca podem ser associadas aos pilares 2 (Pescas e recursos hídricos) e 4 (Produção alimentar, agricultura e outros SNEA) da Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau, enquanto a eletricidade, o gás e a água e os transportes, armazenagem e comunicação podem ser associados ao pilar 5 (Transportes, infraestruturas e energia). Do mesmo modo, o comércio grossista e retalhista, a restauração e a hotelaria podem também ser associados ao pilar 3 (turismo sustentável) da Estratégia.

Os investidores podem estar preocupados com a facilidade de fazer negócios, o Estado de Direito, a gestão local e a capacidade de aplicação da lei, as infraestruturas

disponíveis, as regras claras de zonagem e os direitos de propriedade, que podem ter consequências graves para um investimento, mas ao reduzir estes riscos, o investimento pode ser incentivado.

A razão de ser de um Plano de Investimento como este, é reunir um conjunto de recursos, tanto privados como públicos, para investir nestas áreas críticas através da Estratégia para a Economia Azul, a fim de desbloquear o potencial nestas áreas e criar melhores condições económicas e melhores meios de subsistência para todos, salvaguardando simultaneamente o ambiente. Mais especificamente, a razão de ser deste Plano de Investimento é a seguinte:

- Explorar ao máximo o potencial da Economia Azul na Guiné-Bissau sem comprometer a integridade do ambiente, a gestão costeira integrada, o desenvolvimento das pescas e da aquacultura, o turismo e a importância sociocultural ou o património das populações;
- Facilitar a adoção de tecnologia e de novos métodos de trabalho nesse espaço ou de inovações na Economia Azul;
- Reforçar a participação do sector privado no sector da Economia Azul da Guiné-Bissau e, mais importante ainda, aproveitar a grande quantidade de fundos privados disponíveis para financiar iniciativas e projetos da Economia Azul.



Necessidades de investimento

A necessidade de aceder ao capital público e privado para o desenvolvimento sustentável foi bem compreendida, mas os meios para o fazer foram menos claros. Parece não haver escassez de capital público e privado disponível, e os investidores procuram novas oportunidades para diversificar e encontrar crescimento em novas classes de ativos com o risco e o rendimento adequados. Mas o investimento no desenvolvimento sustentável da Economia Azul é frequentemente considerado como não testado e arriscado.

Os investidores podem estar preocupados com a facilidade de fazer negócios, o Estado de Direito, a gestão local e a capacidade de aplicação da lei, as infraestruturas disponíveis, as regras claras de zonagem e os direitos de propriedade, que podem ter consequências graves para um investimento, mas ao reduzir estes riscos, o investimento pode ser incentivado.

São necessários investimentos em domínios como o reforço das capacidades, o desenvolvimento de infraestruturas, a logística e o equipamento, bem como os recursos humanos para a Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau. Além disso, são necessários estudos e inquéritos, a organização de consultas e compromissos nacionais e com as partes interessadas, a promulgação de políticas e a implementação de quadros, planos e regulamentos e a prestação de assistência técnica/apoio.

O investimento total necessário para a Estratégia para a Economia Azul da Guiné-Bissau é de **99.035.000 USD**. Destes, os projetos de capital ascendem a **68.430.000 USD** e as despesas recorrentes a **30.605.000 USD**¹⁵.

As necessidades de investimento mais elevadas são as do pilar 5 (transportes, infraestruturas e energia), que representam 38% das necessidades totais de investimento da Estratégia para a Economia Azul. Desse montante, 88,9% correspondem a investimentos de capital, que ascendem a 33,5 milhões de dólares. O segundo menor investimento de capital necessário é para a integração sectorial e o financiamento (Pilar 1), com apenas 3,8 milhões de dólares de um investimento total identificado para este pilar de mais de 9,4 milhões de dólares.

Isto deve-se ao facto de o primeiro pilar exigir mais conhecimentos técnicos especializados, reforço de capacidades e apoio técnico alargado. Embora o turismo azul tenha a menor parte do investimento total (ou seja, 8,35%), existe quase uma paridade nas suas necessidades recorrentes e de capital. O pilar 4: Alimentação, agricultura e outros Sectores Nacionais da Economia Azul regista uma distribuição das necessidades de investimento entre as necessidades recorrentes (53%) e as necessidades de capital (47%).

¹⁵ As despesas recorrentes são todas as despesas regulares que se destinam à execução de um programa ou projeto e não resultam na aquisição de activos fixos. São sobretudo verbas gastas na administração e manutenção, por outras palavras, em bens e serviços. Incluem frequentemente salários e remunerações, pagamentos de serviços públicos, logística, etc. As despesas de capital, por outro lado, são pagamentos que resultam na criação ou aquisição de activos fixos para um programa ou projectos. Trata-se frequentemente de um pagamento único ou contínuo que resulta na criação de um ativo fixo. Por exemplo, os pagamentos para a aquisição de activos de capital fixo, existências, terrenos ou activos tangíveis como edifícios, estradas, equipamento pesado como centrais eléctricas, etc. são despesas de capital.

TABELA 63.

Distribuição das necessidades de investimento pelos cinco pilares estratégicos

	TIPO DE INVESTIMENTO		FONTES POTENCIAIS DE INVESTIMENTO			
	Recorrente (USD)	Capital (USD)	Governo	Bancos (de desenvolvimento + comerciais)	Fundos privados internacionais	Agências de desenvolvimento + filantropia
PILAR	Integração sectorial e financiamento					
	5.575.000	3.830.000	110.000 (1%)	550.000 (6%)	2.500.000 (27%)	6.245.000 (66%)
	Pescas e recursos hídricos					
	10.010.000	22.300.000	610.000 (2%)	3.275.000 (10%)	23.350.000 (72%)	5.075.000 (16%)
	Turismo Azul					
	4.770.000	3.500.000	220.000 (3%)	3.000.000 (36%)	2.700.000 (33%)	2.350.000 (28%)
	Alimentação, Agricultura e outros SNEA					
	6.070.000	5.300.000	500.000 (4%)	6.800.000 (60%)	2.150.000 (19%)	1.920.000 (17%)
	Transportes, infraestruturas e energia					
	4.180.000	33.500.000	550.000 (1%)	30.050.000 (80%)	5.500.000 (15%)	1.580.000 (4%)
TOTAL						
30.605.000	68.430.000	1.990.000	43.675.000	36.200.000	17.170.000	

7.4

Fontes de investimento

Existem duas fontes principais de investimento neste plano, nomeadamente investimentos públicos (que são principalmente nacionais e alguns financiamentos internacionais) e investimentos privados.¹⁶

As fontes de investimento público são altamente limitadas e, por isso, limitam-se frequentemente a despesas recorrentes, como custos de administração e manutenção, salários e vencimentos, bem como compensações e logística. Por outro lado, o sector privado pode aumentar as despesas de capital apoiado por investimentos de capital ou garantias

de bancos de desenvolvimento, tais como equipamento pesado e outros ativos (por exemplo, infraestruturas de pesca), exceto os que são considerados bens públicos, por exemplo, estradas. Os bens de capital que são considerados bens públicos são, no entanto, suportados pelo governo e pelos parceiros de desenvolvimento. Por conseguinte, seguindo a distribuição das necessidades de investimento entre despesas de capital e despesas correntes (que é quase igual, ou seja, 50% cada), espera-se que metade do investimento provenha de fontes públicas e o restante de fontes privadas.

¹⁶ Na maioria dos casos, as fontes de investimento público são altamente limitadas e, por isso, limitam-se frequentemente a despesas recorrentes. Os governos e os parceiros de desenvolvimento apoiam geralmente rubricas de investimento como custos de administração e manutenção, salários e vencimentos, bem como indemnizações e logística. Enquanto o sector privado financia frequentemente as despesas de capital, tais como edifícios, equipamento pesado e outros activos, excepto os que são considerados bens públicos, por exemplo, estradas. Os bens de capital que são considerados bens públicos são, no entanto, financiados pelo governo e pelos parceiros de desenvolvimento.

De um modo geral, o Plano de Investimento na Economia Azul da Guiné-Bissau pode potencialmente receber financiamento de um leque diversificado de fontes. O governo pode afetar fundos do seu orçamento para apoiar o Plano de Investimento na Economia Azul (1%). Podem ser emitidas obrigações soberanas para financiar as suas operações ou projetos específicos no âmbito da Estratégia. Os bancos de desenvolvimento, como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Mundial e os bancos comerciais podem conceder empréstimos, investimentos de capital ou garantias para apoiar o plano, com especial incidência nas infraestruturas e na energia (42%). Fundos privados nacionais e internacionais (39%), incluindo empresas nacionais da cadeia de valor azul e fundos privados especializados

em investimentos ambientais, sociais e de governação (ASG), podem fornecer financiamento para o plano. Estes fundos podem centrar-se no desenvolvimento da frota pesqueira nacional, na conservação dos oceanos ou noutros temas relacionados com a Economia Azul. As agências internacionais de desenvolvimento, tais como as agências de cooperação nacionais e regionais, as organizações de desenvolvimento das Nações Unidas (18%) devem também ser alinhadas com fundos de cooperação para as iniciativas promovidas (fornecer assistência técnica, capacitação, subvenções ou empréstimos para apoiar o Plano de Investimento na Economia Azul). As organizações filantrópicas, como a *Ocean Foundation Africa* ou a *Waitt Foundation*, podem conceder subvenções alinhadas com os facilitadores de dinamização ambiental.



7.4.1 Investimento público

Todos os anos, os governos afetam recursos a projetos e intervenções de desenvolvimento no seu orçamento anual. Na maioria das vezes, durante a preparação do orçamento, os governos convidam os ministérios, departamentos e agências (MDA) através de uma série de audições políticas e técnicas para conhecer as prioridades dos MDA para esse ano. Com base nisso e nas prioridades do seu próprio gabinete em relação à disponibilidade de recursos e aos projetos,

bem como nas consultas públicas, nalguns casos, atribuem os recursos aplicáveis ou disponíveis aos respetivos MDA para realizarem as suas operações. Estes são depois levados ao parlamento e aprovados como projeto de lei de afetação de recursos, que se torna juridicamente vinculativo para ser honrado. Algumas destas dotações podem ser utilizadas para investimentos na Economia Azul da Guiné-Bissau.



7.4.2 Apoio orçamental dos parceiros internacionais

Na maioria dos casos, em particular na África Subariana, as receitas nacionais não são suficientes para suportar a totalidade da execução orçamental de um determinado ano. Por conseguinte, os governos recorrem a compromissos bilaterais e multilaterais para obter fundos para implementar as suas intervenções de desenvolvimento. Enquanto as relações bilaterais se referem às agências de desenvolvimento país a país, como a USAID para os Estados Unidos da América, o DFID para o Reino Unido, a CIDA para o Canadá, a JICA para o Japão, a KOICA para a Coreia, etc., as agências multilaterais

são o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), os sistemas das Nações Unidas, como o PNUD, a UNICEF, a FAO, a UNIDO, etc. Tanto as agências bilaterais como as multilaterais têm áreas de interesse específicas para apoiar, algumas das quais estão orientadas para o ambiente, como o PNUD e o PNUA, enquanto outras podem estar também orientadas para a Economia Azul. O Banco Mundial e o PNUD já estão a apoiar algumas das estratégias da Economia Azul na Guiné-Bissau. Outras podem também ser aproveitadas para criar sinergias que beneficiem a Economia Azul na Guiné-Bissau.



7.4.3 Subvenções

As subvenções podem desempenhar um papel importante no apoio à implementação da Estratégia para a Economia Azul e podem ajudar a garantir que a Estratégia se baseia em esforços sólidos de investigação, envolvimento e reforço de capacidades. Como as subvenções fornecem financiamento sem exigir reembolso, são especialmente valiosas para projetos que podem não gerar retornos imediatos ou que podem ter custos iniciais elevados. As subvenções podem ser concedidas por governos, organizações internacionais e fundações privadas, entre outros.

As subvenções podem ser utilizadas para financiar uma série de atividades relacionadas com a Economia Azul, incluindo investigação e desenvolvimento, projetos de infraestruturas, programas de reforço de capacidades e de formação, assim como esforços de conservação e recuperação. Por exemplo, as subvenções podem ser utilizadas para apoiar o desenvolvimento de práticas de

pesca sustentáveis ou para financiar a construção de infraestruturas para energias marinhas renováveis.

As subvenções podem também ajudar a alavancar financiamentos adicionais, sinalizando a outros investidores que um projeto ou organização recebeu validação e apoio externos. Isto pode ajudar a atrair financiamento adicional de investidores privados, bancos e outras instituições financeiras.

De um modo geral, as subvenções podem ser um instrumento importante para o financiamento de projetos relacionados com a Economia Azul, em especial para projetos que possam não conseguir atrair financiamento tradicional ou que apresentem um elevado grau de risco. Ao fornecer financiamento sem exigir reembolso, as subvenções podem ajudar a apoiar a inovação e a incentivar o desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis e respeitadoras do ambiente.



7.4.4 Financiamento por empréstimos concessionais

O financiamento por empréstimos em condições favoráveis é um tipo de financiamento que concede empréstimos aos países em desenvolvimento em condições mais favoráveis do que as taxas de mercado. Este tipo de financiamento destina-se a promover o desenvolvimento económico e a aliviar a pobreza, e é frequentemente concedido por bancos internacionais de desenvolvimento ou países doadores, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, bem como por agências de ajuda bilateral, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

No contexto da Economia Azul, o financiamento por empréstimos em condições favoráveis destina-se a apoiar atividades de desenvolvimento económico sustentável relacionadas com os oceanos e as zonas costeiras. Estas atividades podem incluir investimentos em sectores como a pesca, a aquacultura, o turismo, as energias marinhas renováveis e o transporte marítimo.

Estes empréstimos oferecem taxas de juro mais baixas do que os empréstimos comerciais e podem

também proporcionar períodos de reembolso mais longos, condições de reembolso mais flexíveis e menos ou nenhuma exigências em termos de garantias. Isto torna-os mais acessíveis aos países em desenvolvimento e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) que não dispõem dos recursos financeiros ou da capacidade de crédito necessários para obter empréstimos comerciais. Esta assistência pode também fornecer auxílio técnico e reforço de capacidades para apoiar o desenvolvimento de atividades sustentáveis baseadas no oceano. Isto pode incluir programas de formação, investigação e desenvolvimento, assim como apoio a quadros políticos e regulamentares.

De um modo geral, o financiamento através de empréstimos em condições favoráveis desempenha um papel importante no apoio ao desenvolvimento sustentável da Economia Azul, proporcionando o tão necessário financiamento aos países em desenvolvimento e aos SIDS.



7.4.5 Bancos de desenvolvimento

Os governos também tiram partido dos bancos de desenvolvimento nacionais, regionais e mundiais para obterem empréstimos a longo prazo sem juros ou com juros baixos para financiar intervenções ou investimentos de desenvolvimento. Estes bancos de desenvolvimento incluem o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco de Investimento e o

Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC), o Banco Europeu de Investimento (BEI), entre outros. Os bancos nacionais incluem os bancos nacionais de desenvolvimento, como o Banco de Desenvolvimento do Gana. O Governo pode obter financiamento de algumas destas fontes para financiar os seus investimentos na Economia Azul na Guiné-Bissau.



7.4.6 Obrigações temáticas (privadas)

As obrigações temáticas privadas para o financiamento da Economia Azul foram concebidas para atrair capital de investimento de investidores privados interessados em apoiar indústrias oceânicas sustentáveis, como as energias renováveis marinhas, as pescas, a aquacultura e a conservação dos oceanos. As receitas destas obrigações são utilizadas para financiar projetos que apoiam a Economia Azul, como a construção de parques eólicos offshore, o desenvolvimento de práticas de pesca sustentáveis ou a proteção da

biodiversidade marinha. Os investidores que compram estas obrigações recebem pagamentos regulares de juros e, na maturidade, recebem o montante principal investido. Estas obrigações são geralmente estruturadas como títulos de rendimento fixo e são *transacionadas em mercados privados*. *A utilização de obrigações temáticas para o financiamento da Economia Azul tem vindo a aumentar nos últimos anos, uma vez que os investidores estão cada vez mais interessados em apoiar indústrias oceânicas sustentáveis.*



7.4.7 Fundos ASG

Os fundos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) centram-se no investimento em empresas e projetos que estão empenhados em práticas sustentáveis e responsáveis. Os fundos ASG para financiamento da Economia Azul estão concebidos para atrair capital de investimento de investidores interessados em apoiar indústrias oceânicas sustentáveis, como as energias renováveis marinhas, as pescas, a aquacultura e a conservação dos oceanos. Estes fundos investem em empresas que estão empenhadas em práticas sustentáveis, tais como a minimização do seu impacto ambiental, a promoção da responsabilidade social e a demonstração de uma forte governação empresarial. Por exemplo, um fundo de Economia Azul ASG pode investir em empresas que produzem energia renovável a partir das ondas do mar ou que utilizam práticas de pesca sustentáveis para proteger os ecossistemas marinhos.

Os fundos ASG para o financiamento da Economia Azul utilizam normalmente uma série de estratégias de investimento, incluindo a gestão ativa e o acompanhamento passivo de índices. Estes fundos podem também recorrer a uma série de critérios de triagem e seleção para garantir que estão a investir em empresas que cumprem as suas normas de sustentabilidade e responsabilidade social.

Os investidores que compram fundos ASG para financiamento da Economia Azul podem beneficiar de retornos potencialmente mais elevados sobre o investimento, uma vez que as empresas que dão prioridade à sustentabilidade e às práticas responsáveis estão, muitas vezes, melhor posicionadas para ter sucesso a longo prazo. Além disso, estes investimentos alinham-se com os valores dos investidores e apoiam o desenvolvimento de uma Economia Azul sustentável.



7.4.8 Obrigações soberanas

Os governos também podem emitir obrigações no mercado global e vários investidores em todo o mundo podem comprá-las para financiar o desenvolvimento. Algumas destas obrigações podem ser muito específicas, como as obrigações do sector energético, as obrigações para infraestruturas, etc. Mais recentemente, foram criadas as obrigações verdes e azuis.¹⁷ A compra destas obrigações é influenciada pelas notações de crédito dos países emissores, pelo

que, quando as notações de crédito são baixas, os investidores podem não comprar estas obrigações e vice-versa. Isto também constitui com frequência um indicador da saúde da economia de qualquer país. Quanto mais obrigações forem compradas, mais se vê que os investidores estão a investir na economia. No entanto, o apetite desenfreado por estas obrigações pode colocar a nossa economia em risco de exposição a elevados níveis de endividamento.



7.4.9 Organizações intergovernamentais

Os governos nacionais também se juntam com outros governos para formar uma união ou organização para se prestarem apoio mútuo e cooperação entre si ou com membros desses grupos. Por exemplo, existem a CEDEAO, a SADC, a NATO, o AfCFTA, o Commonwealth, a OCDE, etc. Oferecem cooperação uns aos outros e apoiam-se mutuamente em alturas de necessidade enquanto Estados-membros soberanos.

bancos comerciais, fundos de cobertura e de pensões, organizações da sociedade civil (OSC), fundações e organizações não governamentais, bem como da filantropia. Na maior parte das vezes, estes investimentos privados são orientados para a procura de retorno e pretendem recuperar os seus investimentos o mais rapidamente possível para começarem a obter lucros.

Os investimentos privados, por outro lado, são efetuados principalmente através de capital privado,



7.4.10 Capital de risco (*Private equity*)

Esta é uma fonte de liquidez onde uma empresa/firma compra e reestrutura empresas, na maioria das vezes em dificuldades, para as recuperar. Muitas vezes, estas empresas em dificuldades não são transacionadas na bolsa; as empresas de capital de risco adquirem, parcial ou totalmente, uma instituição ou empresa privada ou pública e gerem os fundos de investimento em nome

de investidores ou instituições acreditadas. Muitas destas participações privadas estão a aventurar-se nos sectores da energia e do turismo, que são fundamentais para a Economia Azul. A Guiné-Bissau poderia tirar partido destas fontes de investimento para impulsionar os investimentos da Estratégia para a Economia Azul.

¹⁷ As obrigações verdes são como quaisquer outras obrigações de empresas ou do Estado, excepto que são específicas para o financiamento de projectos ambientais. Para estas obrigações, os mutuários emitem títulos para garantir o financiamento de projectos que terão um impacto positivo no ambiente, como a recuperação de ecossistemas e a redução da poluição. Os investidores que compram estas obrigações podem esperar obter lucros quando as obrigações vencerem. Uma das vantagens destas obrigações é o seu benefício fiscal. A maioria destas obrigações relacionadas com o ambiente beneficia de isenções fiscais, entre outras. A diferença entre a obrigação verde e a obrigação azul é que, enquanto a primeira é específica para projectos ambientais, a segunda é específica para projectos que visam proteger o oceano e projectos relacionados com ecossistemas sustentáveis.



7.4.11 Bancos comerciais

Os bancos comerciais são instituições financeiras que aceitam depósitos do público e concedem empréstimos para consumo e investimento com fins lucrativos. Com taxas de juro competitivas, são uma boa fonte de investimento. Prosperam em economias onde o sistema financeiro é realmente sólido e os mercados de capitais são robustos. Alguns destes bancos comerciais não se limitam a conceder empréstimos, mas vão mais longe e prestam apoio técnico aos seus investimentos para garantir que os investidores conseguem pagar os seus empréstimos.

Distinguem-se muitas vezes dos bancos de investimento e por várias razões, mas sobretudo por razões regulamentares. Para além das taxas de juro que podem ser um desincentivo para os investidores e, eventualmente, das cauções, o governo pode oferecer garantias para encorajar os investidores a avaliá-los. Também pode haver lugar a incentivos especiais, tais como taxas de juro reduzidas, para atrair investimentos em certas áreas da economia. A Guiné-Bissau pode incentivar empréstimos comerciais para investimentos na Economia Azul, entre outros.



7.4.12 Organizações da Sociedade Civil (OSC)/ Organizações Não-Governamentais (ONG) e Fundações

Estas categorias de investidores desempenham normalmente funções de defesa e são apaixonados por áreas que lhes interessam. A maioria destas organizações dedica-se à proteção do ambiente e ao desenvolvimento sustentável, incluindo a Economia Azul. Especialmente no caso das que se dedicam ao ambiente, trabalham para assegurar que os habitats naturais e outras áreas ambientais sensíveis e protegidas sejam preservadas em vez de serem destruídas.

Organizam ações de angariação de fundos e cobram contribuições voluntárias a fim de angariar fundos para apoiar a proteção do ambiente e costumam apoiar a Economia Azul, por exemplo, nas áreas das energias renováveis, pesca e aquacultura sustentáveis, proteção dos oceanos e corpos de água, entre outras. Exemplos de alguns destes grupos de organizações são os *Friends of the Earth*, a *Rockefeller Foundation*, a *Ocean Foundation*, etc.



7.4.13 Filantropia

Trata-se normalmente de pessoas bem-sucedidas que doam parte do seu património para apoiar instituições de caridade ou defender uma causa como o ambiente ou a Economia Azul. Muitas vezes, não estão tão interessados em lucrar com a sua filantropia, embora a mesma também lhes dê direito a algumas isenções fiscais. Alguns dos filantropos mundiais notáveis são

Bill e Melinda Gates, Warren Buffet, Mark Zuckerberg, Oprah Winfrey, para referir alguns. A Guiné-Bissau pode identificar alguns destes filantropos, mesmo a nível local e continental, e apresentar-lhes o Plano de Investimento na Economia Azul, podendo estes investir em ou dois pilares ou programas estratégicos.

7.5

Impacto previsto



7.5.1 Economia

Os investimentos propostos nesta Estratégia criarão mais empregos para os jovens e melhorarão a igualdade de acesso das mulheres ao mercado de trabalho, manterão o ambiente seguro e aumentarão as receitas do governo para outros projetos de desenvolvimento. Espera-se que, no final do período, o valor acrescentado bruto para a economia da Guiné-Bissau seja de cerca de 10%-15% do PIB e com um potencial de aumento ainda maior no futuro. Haverá atividades marítimas e de Economia Azul mais seguras

e sustentáveis para proteger os oceanos e o mar. Isto levará a uma redução da poluição indiscriminada dos oceanos, a uma navegação segura que minimizará a presença e as atividades dos piratas em alto mar, abordará as questões da proliferação de drogas ilícitas e de estupefacientes através do alto mar, o que constitui uma ameaça para os jovens, entre outras coisas. Questões como a subida do nível do mar, a emissão de carbono e a acumulação de areia nas costas, etc., serão evitadas.



7.5.2 Turismo

Com investimentos em estratégias tais como o envolvimento do sector privado na conservação e nos serviços dos ecossistemas; a divulgação da marca do destino e das oportunidades de negócio e o reforço sectorial no quadro da sustentabilidade, reforçando assim a competitividade da Economia Azul, entre outros, o sector do turismo será impulsionado e as receitas dele provenientes deverão subir para cerca de 5% do PIB até 2030. Estes investimentos

abrirão o sector a uma maior participação do sector privado, criarão empregos sobretudo para os jovens e promoverão a proteção e a projeção do património cultural da Guiné-Bissau. Tal atrairá igualmente mais receitas estrangeiras e reforçará as colaborações internacionais e a transferência de competências e conhecimentos para a economia local. Além disso, reforçará a inovação e promoverá o investimento sustentável na economia.



7.5.3 Agricultura e pesca costeiras

Este investimento irá gerar mais emprego sustentável para as comunidades rurais e aumentar as exportações do país. Espera-se que estes investimentos identificados diversifiquem a economia agrícola e, assim, aumentem a quota-parte da agricultura de 56% do PIB para cerca de 70% até 2030. Tal também gerará mais emprego, passando dos atuais 70% do emprego total para cerca de 80%, uma vez que atrairá mais jovens para a agricultura

devido à introdução de tecnologia, entre outros. Serão abordadas as questões da insegurança alimentar e os défices nutricionais que lhe são concomitantes. A sobrepesca e os métodos de pesca insustentáveis serão contidos e a produção atingirá padrões aceitáveis para exportação em troca de moeda estrangeira para aumentar a reserva externa do país. A prazo tal irá conter a inflação alimentar no país.



7.5.4 Energia

Os investimentos em estratégias como a expansão dos recursos renováveis nacionais, como forma de aliviar os constrangimentos energéticos e promover o crescimento económico, e a estratégia energética autossuficiente para alimentar a Economia Azul, contribuirão em muito para enfrentar os desafios energéticos e melhorar o acesso à energia. Conduzirão a um aprovisionamento

energético estável e um custo de energia mais barato, o que permitirá baixar as tarifas de energia, que serão acessíveis e convenientes para os cidadãos. Haverá também diversidade no cabaz energético, o que permitirá resolver a dependência excessiva de uma fonte de energia específica ou limitada. A inovação no sector energético será outra consequência.



7.5.5 Transporte

O investimento em estratégias como o transporte marítimo e o plano de ação em matéria de segurança permitiria resolver os problemas de falta de infraestruturas de transporte na Guiné-Bissau. O transporte marítimo será mais seguro e constituirá uma alternativa de transporte para os cidadãos, o que facilitará a circulação de bens e de pessoas, de preferência a um custo ou a uma tarifa mais barata. Abrirá o país, especialmente a zona norte, para evitar a concentração excessiva de empresas e de povoações nas zonas meridionais e urbanas. Facilitará também o transporte de produtos alimentares e agrícolas das explorações agrícolas para os mercados e tornará o

desenvolvimento do país mais equilibrado. O aumento do transporte marítimo conduzirá à preservação ou ao aumento da vida útil das estradas e minimizará o congestionamento e as situações de tráfego, o que, por sua vez, conduzirá a um transporte rodoviário mais seguro, uma vez que os perigos dos camiões pesados que partilham a estrada com os utilizadores de veículos privados e comerciais serão minimizados, se não mesmo evitados. Estas mercadorias pesadas transportadas em camiões, tais como madeira e cimento, barras de ferro, etc., podem ser transportadas por meios de transporte marítimo em vez de estradas.



7.5.6 Integração e comércio regional

O investimento no programa de estratégia portuária regional e na avaliação da gestão ambiental dos portos irá impulsionar a integração regional e o comércio transfronteiriço, entre outros. Isto conduzirá à expansão dos portos com uma maior capacidade para receber mais carga com uma alta velocidade de rotação. Também irá aumentar a geração de receitas para o país e fomentar o comércio entre

países dentro e fora do continente. Tal irá impulsionar particularmente o AfCFTA (Acordo de Comércio Livre Continental Africano) que está a ser implementado com o objectivo de desbloquear o potencial comercial do continente. Isto posicionará a Guiné-Bissau de forma a tirar o máximo proveito do AfCFTA e será igualmente um grande fator de mudança para as suas fortunas comerciais até 2030.



ANEXO I — MATRIZ DAS PARTES INTERESSADAS



INSTITUIÇÕES REGIONAIS/ INTERNACIONAIS	PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
	Rede Inter-Regional do Golfo da Guiné (GoGIN)	Implementar ações processuais e organizacionais, formação, criação de sistemas de informação, estudos jurídicos e avaliação das necessidades para promover a melhoria da segurança marítima na região.	Reforçar a segurança marítima e a proteção no Golfo da Guiné para promover a Economia Azul e o desenvolvimento económico dos países costeiros.
	Segurança dos portos da África Ocidental (WeCAPS)	A aplicação das melhores práticas industriais e das normas aplicáveis, bem como a formação das partes interessadas envolvidas na segurança das infraestruturas portuárias.	Reforçar a proteção e a segurança das infraestruturas portuárias na África Ocidental e Central.
	Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD)	Instituição comum de financiamento do desenvolvimento dos países membros da União Monetária da África Ocidental (UMOA).	Financiamento de projetos nacionais e regionais relacionados com a Economia Azul.
	Fundo Monetário Internacional	Instituição internacional cujo objectivo é alcançar o crescimento sustentável e a prosperidade para cada um dos seus 190 países membros. Para tal, apoia políticas económicas que promovem a estabilidade financeira e a cooperação monetária, essenciais para a produtividade, a criação de emprego e o bem-estar económico.	Presta aconselhamento em matéria de avaliação económica, assistência financeira através de empréstimos e outras subvenções e estabelece programas de assistência técnica e formação para os governos.
	Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA / AfCFTA)	Área de comércio livre que engloba a maior parte do continente africano. Os objectivos gerais da ZCLCA são aumentar o desenvolvimento socioeconómico, reduzir a pobreza e tornar África mais competitiva na economia global.	Facilita o desenvolvimento das atividades económicas regionais,
	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	Uma instituição de cúpula para vários países em África, constituída por duas instituições, o Secretariado da CEDEAO e o Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC/EBID).	Financiamento de projetos e apoio técnico a processos regionais relacionados com a Economia Azul.
	Apoio à proteção marítima integrada da África Ocidental (SWAIMS)	Intervenção plurinacional, abrangendo os Estados membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no âmbito do Programa Indicativo Regional União Europeia-África Ocidental.	Oferece contratos públicos, apoio orçamental e apoio sectorial. A SWAIMS concede financiamento sob a forma de subvenções para apoiar projetos e organizações a atingirem objectivos de desenvolvimento.

PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
RAMPAO Rede regional de áreas marinhas protegidas na África Ocidental	Estratégia regional para as AMPs, cuja missão é criar uma rede coerente de áreas marinhas protegidas na África Ocidental, geridas por instituições fortes e de forma participativa, que valorizem a diversidade natural e cultural e contribuam para o desenvolvimento sustentável da região.	Assegurar, na ecorregião marinha da África Ocidental que engloba Cabo Verde, a Gâmbia, a Guiné-Bissau, a Guiné-Conacri, a Mauritânia, o Senegal e a Serra Leoa, a manutenção de um conjunto coerente de habitats críticos necessários ao funcionamento dinâmico dos processos ecológicos essenciais à regeneração dos recursos naturais e à conservação da biodiversidade em benefício das sociedades.
Parceria regional para a conservação marinha e costeira na África Ocidental (PRCM)	Uma coligação de atores que trabalham nas questões costeiras da África Ocidental e que abrange sete países. Aborda: a pesca sustentável, a resiliência dos ecossistemas costeiros e marinhos, a redução do impacto das infraestruturas costeiras e das atividades offshore de petróleo e gás, a proteção das espécies marinhas e costeiras vulneráveis.	Assistência técnica ao governo para promover a gestão e a transparência das pescas, reforço das capacidades, coordenação entre as partes interessadas, proposta de aplicação das melhores práticas, campanhas de sensibilização das partes interessadas, participação do meio académico, investigação e monitorização ambiental.
for Nature (pela Natureza)	Fundação privada para financiar projetos relacionados com a conservação dos recursos naturais.	Financiamento de projetos relacionados com a conservação, acompanhado de ações de reforço das capacidades, com especial ênfase na transferência das mesmas.
IUCN (International Union for Conservation of Nature)	A UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza - é uma união de governos, agências, ONG e organizações de povos indígenas de 160 países para desenvolver e transferir conhecimentos, ferramentas e projetos que permitam à sociedade, às economias e à natureza prosperar em conjunto.	O impacto da UICN na Economia Azul baseia-se no financiamento, na implementação e no apoio a projetos relacionados com a biodiversidade, as empresas sustentáveis, as alterações climáticas, a segurança da água, a governação, as soluções baseadas na natureza, os oceanos e as costas e as áreas protegidas.
Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)	Banco multinacional de desenvolvimento, com 64 países africanos como membros e financiamento europeu, americano e asiático, com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e o progresso social nos países africanos.	Mobilizar e afetar recursos ao investimento e prestar aconselhamento político e assistência técnica para apoiar os esforços de desenvolvimento no domínio da Economia Azul na Guiné-Bissau.
Comissão Sub-Regional das Pescas	Organização intergovernamental de cooperação no domínio da pesca.	Tentar assegurar a harmonização das políticas nacionais dos Estados-Membros em matéria de preservação, conservação e exploração dos recursos haliêuticos e reforçar a cooperação para o bem-estar das populações.

	PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
ACADEMIA	AGC - Agência de Gestão e Cooperação entre o Senegal e a Guiné-Bissau	Promove a exploração coordenada da zona marítima situada entre os dois países nas latitudes 268° e 220° a partir do Cabo Rouge.	A AGC centra-se nos sectores da exploração mineira e da pesca, propondo mecanismos de cooperação, avaliando a gestão dos recursos marinhos, promovendo a investigação, assegurando a comercialização e incentivando a exploração racional.
	Universidade Lusófona da Guiné-Bissau	Desenvolvimento e melhoria das linhas de investigação e formação em domínios relacionados com a Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria e desenvolvimento das capacidades e da investigação e inovação relacionadas com a Economia Azul; Melhor alinhamento com as prioridades e concertação de objectivos comuns.
	Universidade Amílcar Cabral	Desenvolvimento de linhas de investigação e formação em domínios relacionados com a Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria e desenvolvimento das capacidades e da investigação e inovação relacionadas com a Economia Azul Melhor alinhamento com as prioridades e concertação de objectivos comuns.
	Escola Nacional de Administração - ENA	Formação dos funcionários do país sobre a relevância e o impacto do desenvolvimento das atividades da Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a capacidade de acompanhamento e de execução das ações relacionadas com a Economia Azul em toda a Guiné-Bissau. Melhor alinhamento com as prioridades e concertação de objectivos comuns.
	Centro de formação profissional	Melhoria das linhas de formação específicas para o emprego em sectores relacionados com a Economia Azul.	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de linhas de formação específicas para o emprego em sectores relacionados com a Economia Azul. Melhor alinhamento com as prioridades e concertação de objectivos comuns.
	Ministério das Pescas	<ul style="list-style-type: none"> Principais sectores relacionados com a Economia Azul na Guiné-Bissau; Melhoria e desenvolvimento de práticas de pesca mais sustentáveis; Reforço das capacidades. 	Desenvolvimento e aplicação de políticas e documentos estratégicos relacionados com a Economia Azul no sector das pescas.
	Ministério dos Recursos Naturais e da Energia	<ul style="list-style-type: none"> Gestão e preservação dos recursos naturais; Acesso à energia nas zonas costeiras; Produção de energia a partir de recursos marinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração e aplicação de políticas e documentos estratégicos para a proteção dos recursos naturais; Promoção de atividades para o desenvolvimento de energias limpas a partir do mar.
	GOVERNO		

PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
Ministério da Economia, Plano e Integração Regional	Organismo competente e principal instituição parceira para o desenvolvimento da Estratégia para a Economia Azul na Guiné-Bissau.	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do desenvolvimento e da implementação de atividades da Economia Azul no país; • Procurar a apropriação e a sustentabilidade dos processos realizados.
Ministério do Turismo e do Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> • Prevê-se que o turismo seja um dos motores de crescimento económico do país; • Melhoria e desenvolvimento de práticas turísticas mais sustentáveis; • Reforço das capacidades. 	Desenvolvimento e aplicação de políticas e documentos estratégicos relacionados com a Economia Azul no sector do turismo.
Ministério do Comércio e da Indústria	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de atividades da Economia Azul em todo o país mais rentáveis e sustentáveis; • Reforço das capacidades. 	Promoção de atividades que favoreçam o ambiente económico das ações relacionadas com a Economia Azul.
Ministério das Finanças	Auditoria do orçamento concedido e realizado através da Economia Azul.	Melhor supervisão e controlo do orçamento atribuído à Economia Azul e produzido por esta.
Ministério do Ambiente	Dimensão ambiental. Preservação dos recursos naturais e luta contra as consequências das alterações climáticas.	Desenvolvimento e implementação de políticas e documentos estratégicos para proteger os recursos naturais e lutar contra as alterações climáticas.
Ministério da Administração do Território e do Poder Local	Acompanhamento e regulação das iniciativas da Economia Azul implementadas nas zonas costeiras fora da capital do país, atribuindo às autoridades locais um papel fundamental em nome do governo central.	Acompanhamento e apoio aos processos administrativos para o desenvolvimento das atividades da Economia Azul fora de Bissau.
Ministério da Agricultura	Principal instituição responsável pelo apoio, regulação e controlo das atividades do sector agrícola na Guiné-Bissau, pelo que o seu papel nas atividades relacionadas com a produção de arroz em mangais e o controlo dos possíveis efeitos das atividades da Economia Azul nas zonas costeiras em relação à agricultura é particularmente relevante.	Apoio à regulamentação e ao controlo das atividades relacionadas com a agricultura de mangais e acompanhamento dos possíveis efeitos de outras atividades da Economia Azul na agricultura.
Ministério das Obras Públicas, da Habitabilidade e do Desenvolvimento Urbano	Fornecer e manter obras e serviços de infraestruturas de qualidade que liguem os diferentes territórios, contribuam para o desenvolvimento do país, facilitem a inclusão, a mobilidade das pessoas e a produtividade.	Promover e supervisionar a criação de infraestruturas que favoreçam o desenvolvimento das atividades da Economia Azul, especialmente nas zonas costeiras. Estas infraestruturas podem ser específicas: turismo, portos, etc., ou complementares: estradas, hospitais, centros de ensino.

PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
Administração do Porto da Guiné-Bissau	Contribuir para o desenvolvimento económico e social da sua área de influência, através de uma gestão eficiente e sustentável das infraestruturas portuárias e do domínio público e da prestação de serviços de qualidade, de modo a oferecer o transporte mais competitivo de pessoas e mercadorias.	Promoção e regulamentação das atividades relacionadas com a pesca e o transporte de pessoas e mercadorias.
Vice-Primeiro-Ministro	Funções de apoio e substituição do Primeiro-Ministro, com especial ênfase na regulamentação, supervisão e governação dos assuntos económicos.	Acompanhamento, regulação e promoção das atividades da Economia Azul mais estreitamente ligadas à dimensão económica.
Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)	Investigação e gestão das zonas protegidas da Guiné-Bissau, nomeadamente das zonas costeiras.	Elaboração de documentos de referência para a proteção e a gestão sustentável das zonas protegidas.
Autoridade Competente para a Avaliação Ambiental (CAA) - Ministério do Ambiente	Reforço das capacidades para o controlo das ações relacionadas com a Economia Azul que possam ter um impacto ambiental.	Promover o impacto ambiental mínimo das atividades da Economia Azul.
Instituto Marítimo Portuário	Planeamento, gestão e execução de atividades relacionadas com os transportes e o comércio em termos de sustentabilidade.	Acompanhamento da implementação de atividades de transporte e comércio mais sustentáveis.
Gabinete de Planeamento Costeiro	Reforço das capacidades para um melhor acompanhamento e planeamento das atividades nas zonas costeiras.	Aumento do planeamento das atividades nas zonas costeiras.
Instituto da Mulher e da Criança	Promover a integração da perspetiva de género e a atenção às mulheres como um grupo vulnerável na Economia Azul.	Promover atividades da Economia Azul inclusivas e equitativas com as mulheres.
Instituto Nacional de Estatística (INE)	Promoção e gestão de dados relacionados com a Economia Azul para apoiar a proposta e a execução de ações positivas no domínio da Economia Azul.	Tomar melhores decisões através da disponibilidade de dados e informações objectivos.
ANEJ (Agência Nacional de Emprego/ empreendedorismo Juvenil)	Promoção de iniciativas para incentivar o espírito empresarial entre os jovens da Guiné-Bissau.	Tomar iniciativas para promover o empreendedorismo em atividades relacionadas com a Economia Azul através de opções de financiamento, da promoção de sinergias e de atividades de reforço das capacidades.

PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
Tiniguena	Coordenação com outros intervenientes e conhecimento das atividades da Economia Azul que promovem o desenvolvimento económico local.	ONGD especializada na promoção do desenvolvimento local a partir de uma abordagem participativa e sustentável, especialmente nos Bijagós.
Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP-GB)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação com outros intervenientes e conhecimento das atividades da Economia Azul que promovem o desenvolvimento económico local; • Sensibilização para a Economia Azul e integração nos programas de formação. 	Implementação de um projeto com atividades relacionadas com a Economia Azul.
Federação Camponesa Kafo	Aumento dos conhecimentos para promover ações de Economia Azul complementares da agricultura.	Implementação de um projeto com atividades relacionadas com a Economia Azul.
ESSOR	Sensibilização para a Economia Azul e integração nos programas de formação.	Reforço das capacidades para a execução das atividades da Economia Azul.
AIFO	ONGD especializada no desenvolvimento de microempresas para os grupos mais vulneráveis.	Apoio ao desenvolvimento de microempresas e ao desenvolvimento local na área da Economia Azul.
Bosque y Comunidad	ONG que pretende alargar os conhecimentos sobre a Economia Azul para promover a gestão e a utilização dos recursos naturais costeiros, nomeadamente os mangais.	Promoção de atividades que conservem e aumentem os benefícios ambientais da conservação dos recursos naturais, especialmente os mangais.
ENGIM (Ente Nazionale Giuseppini del Murialdo)	ONG cuja missão é desenvolver as competências, especialmente no domínio da formação profissional, centrando-se no cuidado e na educação integral dos jovens através de atividades educativas e de formação, de encontros sociais e de colocação profissional.	Implementar a formação profissional relacionada com as atividades da Economia Azul.
Universel	O objectivo desta ONG é a produção de sal com técnica solar em lona plástica e água do mar e a melhoria da gestão da água para o cultivo de arroz em campos de mangal.	Promoção e implementação de atividades rentáveis e sustentáveis de produção de sal e de arroz.
LVIA (Associação Internacional de Voluntários Leigos)	Incentivar e reforçar os processos de mudança social centrados no desenvolvimento sustentável, na inclusão social e na luta contra a pobreza.	Promoção e execução de atividades de reforço das capacidades dos agricultores, produção de sal, campanhas de sensibilização sobre a biodiversidade para as famílias de Cacheu.

	PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
SECTOR PRIVADO ONG	ESSOR	Realiza projetos de desenvolvimento nos domínios da educação, da formação e da integração profissional, do desenvolvimento agrícola e da orientação social.	Promoção da formação profissional relacionada com a Economia Azul.
	Enabel	O seu programa de cooperação centra-se no empreendedorismo, nos direitos sexuais e reprodutivos e no desenvolvimento de capacidades.	Promoção de projetos empresariais relacionados com a agricultura.
	IMVF (Instituto Marquês de Valle Flôr)	Fundação para o desenvolvimento e a cooperação centrada na saúde, no apoio à sociedade civil e no desenvolvimento rural.	Desenvolvimento de projetos comunitários relacionados com a Economia Azul.
	GRDR (Migration-Citoyenneté-Développement)	O “Groupe de recherche et de Réalisations pour le Développement Rural” [Grupo de Investigação e Realizações em prol do Desenvolvimento Rural] trabalha em estreita colaboração com as autoridades locais e regionais para reforçar as políticas de descentralização. Contribui para a cooperação transfronteiriça em bacias caracterizadas por uma grande mobilidade humana.	Promoção de ações de desenvolvimento na região de Cacheu.
	AVSF (Agronomes et Vétérinaires Sans Frontières)	Identificar e apoiar atividades agrícolas, pecuárias e de transformação economicamente viáveis e de valor acrescentado, desenvolvidas por indivíduos ou grupos, utilizando métodos de produção agro-ecológicos em Bolama-Bijagós.	Realização de atividades agrícolas em Bolama-Bijagós.
	SWISSAID	Uma Fundação da Suíça cujos objetivos são um mundo de justiça, paz e diversidade, de que a fome, a pobreza e a violência não façam parte.	Ajudar as famílias de pequenos agricultores a produzir alimentos suficientes para as suas próprias necessidades através da agroecologia nas zonas costeiras.
	Associação Pro Bolama	ONG local que trabalha em Bolama.	Parceiro local para o desenvolvimento de atividades produtivas em Bolama
	AD (Ação de Desenvolvimento)	Criação de estruturas que favoreçam o desenvolvimento de organizações de base e a promoção de sistemas alternativos.	Promover ações de desenvolvimento a nível local.
	Impar	Fornecer e instalar serviços essenciais nos domínios da energia, da água e das comunicações.	Promoção de processos de segurança energética nas zonas costeiras da Guiné-Bissau.
	Consulmar	Única empresa que efetua regularmente o transporte marítimo de passageiros no país.	Promover o transporte marítimo e o comércio.

	PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
SECTOR PRIVADO	Associação Nacional dos Armadores de Pesca Industrial	Aumentar os conhecimentos sobre a Economia Azul para a promoção de atividades sustentáveis Coordenação e diálogo com outras partes interessadas.	Incorporar práticas de pesca sustentáveis entre os seus parceiros.
	Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços CCIAS	Organização das empresas locais com o objectivo de desenvolver e promover os interesses das empresas locais.	Apoiar o sector privado no desenvolvimento de iniciativas empresariais relacionadas com a Economia Azul.
	Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau	Defesa dos interesses dos operadores turísticos associados, bem como para a promoção e desenvolvimento do turismo em parceria com o Governo e outras entidades públicas e privadas.	Interlocutor e apoio aos operadores turísticos no diálogo com outros intervenientes, como o governo, e na promoção de atividades.
	Fundação ESCama: Escola, Saúde, Comunidade	Construção e colocação em funcionamento de escolas nos Bijagós	Apoio ao sector do ensino básico nos Bijagós como complemento das ações da Economia Azul
	Associação Nacional dos Pescadores Artesanais da Guiné-Bissau	Aumentar os conhecimentos sobre a Economia Azul para a promoção de atividades sustentáveis Coordenação e diálogo com outras partes interessadas	Promoção de atividades económicas sustentáveis entre os pescadores
ENTIDADES INTERNACIONAIS	PNUD	Economia Azul reconhecida como uma ferramenta para promover o desenvolvimento socioeconómico do país a partir de uma abordagem verde no contexto pós-pandémico.	Principal promotor da Economia Azul no país (desenvolvimento da Estratégia para a Economia Azul e projetos-piloto).
	Banco Mundial	Principal financiador regional para a proteção da zona costeira.	Financiamento de atividades relacionadas com a Economia Azul nas zonas costeiras que promovam a proteção dos recursos naturais.
	União Europeia	Responsável pelo controlo do acordo de pesca UE-Guiné-Bissau; Doadora de atividades relacionadas com o desenvolvimento socioeconómico do país.	Integração da abordagem da Economia Azul nos acordos com a Guiné-Bissau. Apoio ao reforço das capacidades e ao micro -empresariado relacionado com a Economia Azul.
	ONU-Habitat	Desenvolvimento de estudos de vulnerabilidade de alta qualidade nas zonas costeiras da Guiné-Bissau (ilhas Bijagós)	Promover práticas sustentáveis com um impacto positivo na vulnerabilidade.

ENTIDADES INTERNACIONAIS	PARTE INTERESSADA	INTERESSE PELA ECONOMIA AZUL	IMPACTO NA ECONOMIA AZUL
	UNRCO (Gabinete de Coordenação Residente das Nações Unidas)	O UNRCO procura reforçar a cooperação entre as entidades da ONU em questões relacionadas com o desenvolvimento económico e a resistência às alterações climáticas.	Promover a coordenação entre as iniciativas de Economia Azul levadas a cabo pelas diferentes agências das Nações Unidas no país.
	ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial)	A ONUDI promove o desenvolvimento industrial para a redução da pobreza, a globalização inclusiva e a sustentabilidade ambiental.	Promover e acelerar o desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável nos sectores da Economia Azul na Guiné-Bissau.
	FAO	Agência das Nações Unidas cujo objectivo é alcançar a segurança alimentar para todos, assegurando simultaneamente o acesso regular a alimentos suficientes e de boa qualidade para uma vida ativa e saudável, trabalhando nos sectores da agricultura e das pescas, entre outros.	Apoiar o governo no desenvolvimento de um melhor sistema de controlo e gestão das pescas para fins sustentáveis. Apoiar a implementação de ações de cultivo de raízes de mangal.
	PAM (Programa Alimentar Mundial)	O PAM trabalha para melhorar a nutrição das mulheres e das crianças, apoiar os pequenos agricultores na melhoria da produtividade e na redução das perdas, ajudar as comunidades a se prepararem para os choques relacionados com o clima e a os enfrentarem, e reforçar o capital humano através de programas de alimentação escolar.	Prevenir e reduzir a subnutrição entre as crianças com menos de 5 anos, as mulheres grávidas e lactantes, prestando apoio nutricional nas zonas costeiras.

ANEXO II — ENTREVISTAS

Durante as missões de campo, foram realizadas entrevistas com o objectivo de favorecer a apropriação e estabelecer uma comunicação mais direta com os principais intervenientes relacionados com a Economia Azul no país. As entrevistas foram semiestruturadas e basearam-se na identificação das principais necessidades e linhas de interesse de cada um dos atores.



#	NATUREZA	ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NOME	APELIDO
1	Regional	A Rede Inter-Regional do Golfo da Guiné (GoGIN)	Jean-Philippe	Picquart
2	Regional	Segurança dos portos da África Ocidental (WeCAPS) - Perito em comunicações		Piccio
3	Regional	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) - Chefe da Divisão de Segurança Regional	Dr. Abdourahmane	Dieng
4	Regional	Apoio à Segurança Marítima Integrada da África Ocidental (SWAIMS) - Chefe de Equipa	Sr. Axel	Klein
5	Regional	Projeto de cooperação entre portos marítimos (SEACOPO)		
6	Associação regional	RAMPAO - Secretário Executivo	Sra. Marie Suzanna	Traoré
7	Associação regional	RAMPAO - Conselho científico	Mathieu	Ducrocq
8	Regional	Comité Consultivo de Longa Distância (LDAC) - Secretário Executivo	Alexandre	Rodriguez
9	Parceria regional	Parceria regional para a conservação marinha e costeira na África Ocidental (PRCM)	Ahmed	Senhoury
10	Doador privado internacional	for Nature	Charlotte	Karibuhoye
11	Organização internacional	IUCN - Programa regional marinho e costeiro	Renaud	Bailleux
12	Organização internacional	IUCN - Programa Nacional	Jean Louis	Sanka
13	Banco de Desenvolvimento Regional	Banco Africano de Desenvolvimento	Philippe	Tous
14	Banco de Desenvolvimento Regional	Banco Africano de Desenvolvimento	Simone	Cuiabano
15	Organização regional	Comissão Sub-Regional das Pescas	Malal	Sané
16	Organização Transnacional	AGC - Agência de Gestão e Cooperação	Inussa	Baldé
17	Governo	Ministério das Pescas/CIPA	Jeremias Francisco	N'Tcham
18	Governo	Direção Geral de Pesca Artesanal	Inluta	Incom
19	Governo	Direção Geral de Planificação Agrária (DGPA). Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Júlio Malam	Indjai

#	NATUREZA	ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NOME	APELIDO
20	Governo	Ministério Recursos Naturais e Energias	Crisóstomo	Alvarenga
21	Governo	Ministério da Economia Plano e Integração Regional	Issa / Agostinho	Jandi/ ...
22	Governo	Ministério do Turismo e Artesanato	Umaro	Baldé
23	Governo	Direção geral da APGB	Félix	Ndunké
24	Governo	Ministério do Comércio e Indústria/DGA	Carlos	Biagué
	Governo	Ministro das Finanças	Henrique	dos Santos
	Governo	Ministério do Ambiente	Laurentino	Cunha
25	Instituição nacional	Instituto da Biodiversidade e Áreas protegidas (IBAP);	Justino	Biai
26	Instituição nacional	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) - Ministério do Ambiente	Mário	Biagué
27	Governo	Instituto Marítimo Portuário	Batista	Sigá
28	Governo	Ministério do Ambiente e Biodiversidade	Lourenço	Vaz
29	Governo	Ministério de Administração do Territorial	Filipe	Quintunda
30	Governo	Gabinete de Planificação Costeira	Joãozinho	Sá
31	Instituição nacional	Ministério das Obras Públicas Construção e Urbanismo/Direção Geral das Infraestruturas	Braima	Djassi
32	Instituição nacional	Instituto da Mulher e da Criança		
33	Instituição nacional	Instituto Nacional de Estatística	Carlos	Mendes
34	Instituição nacional	Centro de Investigação Pesqueira	Albano	Indafa
35	ONG nacional	Tiniguena	Miguel	Barros
36	ONG nacional	ADPP	Suzana	Barreto
37	ONG nacional	KAFO	Sambu	Seck
35	Associação privada de utilidade pública	Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços - CCIAS		
36	Associação Socioprofissional Privada	Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau		
37	Associação Socioprofissional Privada	Associação Nacional dos Armadores da Pesca Artesanal (ANAPA)	Augusto	Dju
38	Multilateral	PNUD	José	Levy
39	Multilateral	Banco Mundial		

#	NATUREZA	ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO	NOME	APELIDO
40	Multilateral	PAM	Alessia	Vittorangeli
41	Multilateral	ONU-Habitat	Ednilson Augusto	da Silva
42	Universidade	Universidade Lusófona da Guiné-Bissau		
43	Instituição regional africana	Banco Mundial/Programa Costeiro		
44	Instituição regional africana	UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental)		
45	Instituição regional africana	Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD)		
46	Instituição regional africana	FMI	Patrick	Gilton
47	Instituição regional africana	BCEAO		
48	Instituição regional africana	AfCFTA	Zuzana	Dziedic
49	Académico	CESO		
50	Académico	Universidade de Denver	Willem	Verhagen
51	Académico	(consultor)	Julien	Bandiaky
52	Académico	(consultor)	Carlos	Gamito
53	ONG	Engim	Rita	Águia
54	ONG	Universel	Mauro	Vigo
55	ONG	LVIA	Esther	Samper
56	ONG	ESSOR	Nadir	Faria
57	ONG	ENABEL	Annie	Lefèvre
58	ONG	IMVF		
59	ONG	BOSQUE Y COMUNIDAD		
60	ONG	ADPP		
61	ONG	GRDR	Júlia	Rérolle
62	ONG	AVSF	Artur	Collin
63	Empresa	Consulmar	Ramón	Zubiaga



ANEXO III — WORKSHOPS





Desafios da Economia Azul na Guiné-Bissau

a. ACTAS DO SEMINÁRIO



A economia azul implica o crescimento e desenvolvimento sustentável através da implementação de actividades económicas nos oceanos, zonas húmidas e zonas costeiras que minimizem a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e a utilização insustentável dos recursos aquáticos vivos, e maximizem os benefícios económicos e sociais.

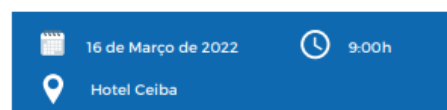
No âmbito do projecto "Blue Economy as a Catalyst for Green Recovery", implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau (PNUD), o consórcio composto por ICSEM SL e Hidria SL está a realizar a elaboração da **Estratégia da Economia Azul e do Plano de Investimento na Guiné-Bissau**.

O objectivo da Estratégia de Economia Azul e Plano de Investimento para a Guiné-Bissau, é de ser uma ferramenta de referência para uma economia azul inclusiva e sustentável que contribua de forma significativa para o crescimento nacional sustentável, através do incremento de conhecimento e o reforço de capacidades dos principais sectores da economia azul na Guiné-Bissau.

A primeira fase para a elaboração da Estratégia de Economia Azul e Plano de Investimento é a elaboração de um relatório de diagnóstico sobre a economia azul e os principais sectores envolvidos na Guiné-Bissau.

PROGRAMA

Assim, é celebrado o primeiro Workshop para a Elaboração e Diagnose da Estratégia de Economia Azul:



9:00h - 9:30h	Chegada dos/as convidados.
10:00h - 10:30h	Apresentações institucionais.
10:30h - 11:00h	Apresentação do conceito de economia azul. Experiências regionais.
11:00h - 11:30h	Pausa Café.
11:30h - 12:00h	Apresentação da metodologia e do enfoque para a elaboração da Estratégia de Economia Azul.
12:00h - 13:00h	Sessão participativa. Identificação e análise da economia azul na Guiné-Bissau.
13:00h - 13:30h	Leitura plenária das conclusões do workshop.
13:30h - 14:00h	Fim do workshop.
14:00h	Almoço.

Apresentações institucionais

O evento foi aberto pelo Sr. Mussa Sambi, Diretor Geral do Ministério da Economia, Plano e Integração Regional e o Sr. José Levy, Representante Residente Adjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Durante as suas intervenções, abordaram a importância e o potencial da Economia Azul no contexto do desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau. Apelaram também para a importância da participação de diferentes atores no processo de desenvolvimento da Estratégia para a Economia Azul: sector privado, universidades, ONGs, governo e organizações internacionais para promover a sustentabilidade e apropriação das ações propostas.

Apresentação do conceito de Economia Azul, da metodologia e da abordagem para a elaboração da Estratégia para a Economia Azul

A equipa consultora responsável pela preparação da Estratégia para a Economia Azul realiza uma apresentação sobre o conceito de Economia Azul, as implicações nacionais e regionais e a metodologia participativa utilizada durante o processo.

Sessão participativa

Propõe a divisão dos participantes em três grupos para analisar conjuntamente os principais desafios e prioridades de cada uma das dimensões da Economia Azul: socioeconómica, ambiental e política.

Na sequência do trabalho de grupo, um representante de cada grupo apresenta um resumo dos principais pontos concluídos para cada uma das dimensões.

b. LISTA DE PRESENCAS

Lista de Presença
WORKSHOP ESTRATÉGIA DE ECONOMIA AZUL E PLANO DE INVESTIMENTO
BISSAU 16.03.2022

Nome e apelido	Entidade	Email	Telefone	Assinatura
Mussa Saubi	M. Economic	m.saubi@hotmail.com	966718402	
Manan Robin	PNUD	manan.robin@undp.org	969024571	
LINO SANCA BACURIM	SGO/ME	lbbacurim@gmail.com	955538615	
Brunha Mendes	ENGIM	brunhamendes87@gmail.com	955705904	
Alfredo Sobrinho Malu	ENGIM	alfredosobrinholmali@gmail.com	9566586	
Domingos José Cã	CCIASGB	dojocaa@gmail.com	955290204	
Joãozinho São	GPC	joaozinho311061@gmail.com	955506648	
Luís V. Vide Lisboa	MIH	luis.vide@spai.pt	915933940	
FAISANDIER Marie	ESSOR	essoragri.biissau@gmail.com	956065533	
Julio Ochoa BERNAL	CONSULMAR	JOCHOA@CONSULMAR.ORG		
Samuel Mendes	AIFO	Samuelmendes@aifo.it	935250886	

Lista de Presença
WORKSHOP ESTRATÉGIA DE ECONOMIA AZUL E PLANO DE INVESTIMENTO
BISSAU 16.03.2022

Nome e apelido	Entidade	Email	Telefone	Assinatura
Buía Alvea Lameirã Baldi	ASAS DE SOCORRO	buiafenda@gmail.com	956999131	Buía Alvea
Abel Kolid Said	IBAP	ar.said.ihap@gmail.com	955803551	
Rui ALBERTO PINTO PEREIRA	ANAPI	anapi.guineabissau@fnai	955212901	
Giselle Alvarenga Dias	AAAC	giselle.alvarengadias@gnai	956740273	Giselle Alvarenga Dias
Esther Sampaio	Banda Amis	cp.progb.kia@gmail.com	95550105	
BACAR DABO	M. Comercio	bdabo@USA.CC	955374862	
Arthur Collin	AUSF	a.collin@ausf.org	956763860	
Guatino Afonso Te	CIPA	guatinoafonso@cipa	955313030	
Marcos Lopes	Expatrie	marcoslopes@qualter	966066356	
Maurício Viegas	Univers-Sol	deduam.cdp@universol		
Jefersonne Jilane	DGPA	Jefersonne81@artbaca		

Áreas de intervenção prioritárias para a promoção da Economia Azul na Guiné-Bissau

a. ACTAS DO WORKSHOP



A economia azul implica o crescimento e desenvolvimento sustentável através da implementação de actividades económicas nos oceanos, zonas húmidas e zonas costeiras que minimizem a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e a utilização insustentável dos recursos aquáticos vivos, e maximizem os benefícios económicos e sociais.

No âmbito do projecto "Blue Economy as a Catalyst for Green Recovery", implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau (PNUD), o consórcio composto por ICSEM SL e Hidria SL está a realizar a elaboração da **Estratégia da Economia Azul e do Plano de Investimento na Guiné-Bissau**.

O objectivo da Estratégia de Economia Azul e Plano de Investimento para a Guiné-Bissau, é de ser uma ferramenta de referência para uma economia azul inclusiva e sustentável que contribua de forma significativa para o crescimento nacional sustentável, através do incremento de conhecimento e o reforço de capacidades dos principais sectores da economia azul na Guiné-Bissau.

A segunda fase para a elaboração da Estratégia de Economia Azul e Plano de Investimento é o desenho, proposta e validação das linhas estratégicas da próxima Estratégia da Economia Azul da Guiné-Bissau

PROGRAMA

Assim, é celebrado o segundo Workshop para o desenho e validação das linhas estratégicas da Estratégia da Economia Azul da Guiné-Bissau

25 de Maio de 2022

9:00h

Hotel Ceiba

9:00h - 9:30h	Chegada dos/as convidados.
10:00h - 10:30h	Apresentações institucionais.
10:30h - 11:00h	Apresentação das conclusões do Estudo Diagnóstico sobre Economia Azul em Guiné Bissau
11:00h - 11:30h	Pausa Café.
11:30h - 12:00h	Apresentação da proposta de linhas estratégicas para a elaboração da Estratégia de Economia Azul e Plano de Investimento
12:00h - 13:00h	Sessão participativa. Validação e debate das linhas estratégicas.
13:00h - 13:30h	Leitura plenária das conclusões do workshop.
13:30h - 14:00h	Fim do workshop.
14:00h	Almoço.

A convocatória para o evento foi efetuada através de convites físicos e por correio eletrónico que foram acompanhados de uma descrição do evento e da sua agenda. O Workshop contou com uma grande recetividade por parte das partes interessadas, alcançando uma elevada participação e representatividade tanto do sector privado, como do governo e das ONGs. Estiveram presentes um total de 40 participantes, dos quais 7 do sector privado, 11 do Governo, 10 das Nações Unidas e outras agências

multilaterais, 2 da Academia e 10 da sociedade civil e ONGs. No Anexo II encontra-se a lista dos participantes e a sua afiliação.

Foi concebida uma dinâmica participativa para promover a ampla participação de todos os representantes envolvidos no processo. Foi concebida uma primeira sessão expositiva estruturada em três blocos, seguida de uma segunda sessão de trabalho participativo com a concepção dos grupos temáticos que são detalhados a seguir.

Sessão expositiva:

- Contexto da Economia Azul e Síntese dos resultados SWOT do diagnóstico;
- Desafios da Economia Azul na Guiné-Bissau e estrutura da Estratégia;
- Eixos estratégicos e dinâmica dos grupos de trabalho.

Grupos de trabalho:

Foram definidos cinco grupos de trabalho, um para cada pilar da Estratégia, com um mínimo de 4 e um máximo de 10 participantes por grupo. Desta forma, houve um grupo que tratou das prioridades relacionadas com o quadro jurídico, um grupo que tratou de aspectos relacionados com as cadeias de valor da Economia Azul, um grupo que tratou da dimensão ambiental e um último grupo no qual foram identificadas as ações relacionadas com a comunicação e divulgação. Para tal, foram concebidos modelos de trabalho para cada grupo, nos quais os participantes deveriam validar e propor novos eixos, bem como identificar as ações de cada eixo e os atores ligados à sua implementação.

Pooling em plenário:

Cada mesa de trabalho propôs um relator encarregado de recolher as conclusões acordadas pelos participantes nos grupos de trabalho e de as apresentar em plenário para debate conjunto. Cada relator dispôs de dez minutos para explicar e justificar as ações propostas.

Após cada grupo apresentar as suas conclusões foi aberta uma ronda de perguntas e debate sobre as iniciativas apresentadas.

Os principais pontos abordados são descritos a seguir.

Sessão expositiva:

- Contexto da Economia e Síntese dos resultados SWOT do diagnóstico. Neste bloco, foram apresentados o contexto da Economia Azul na Guiné-Bissau e os princípios que regem a sua articulação. As principais conclusões do diagnóstico foram sintetizadas e apresentadas para cada uma das dimensões em que o estudo foi estruturado: económica, social, ambiental e de governação.
- Desafios da Economia Azul na Guiné-Bissau e estrutura da Estratégia. O segundo bloco incluiu uma apresentação na qual foram apresentados os desafios identificados em cada uma das dimensões (ambiental, socioeconómica e governação) que foram identificados a partir dos resultados da análise de diagnóstico. Da mesma forma, foram apresentados e descritos os 5 pilares sobre os quais foi concebida a estrutura preliminar da Estratégia.
- Eixos estratégicos e dinâmica dos grupos de trabalho. O último bloco abordou a apresentação detalhada dos eixos estratégicos que foram concebidos para responder aos desafios priorizados. Em seguida foram apresentados os grupos de trabalho em que se estruturou a sessão participativa.

b. LISTA DE PRESENCAS

PARTES INTERESSADAS	ORGANIZAÇÃO	REPRESENTANTE
Nações Unidas	ONU-Habitat	Edinilson A. da Silva
Sector privado	Impar Lda.	Patrício Ribeiro
Governo	Ministério da Economia	Mussa Sambi
ONG	AIFO	Samuel Mendes
Nações Unidas	ONU-Habitat	Evandro Holz
ONG	Tiniguena	Lassana Sano
ONG	ADPP-GB	Euclides D. Gomes
Governo	DGPPE (Ministério das Finanças)	Rociato B. Sena
Sector privado	APGB	Mamadu Comité Sane
Governo	Ministério de Administração Territorial	Filipe Quintunda
Sector privado	ANAPI (Associação Nacional de Armadores de Pesca Industrial)	Carolino Nosolindos Reis

PARTES INTERESSADAS	ORGANIZAÇÃO	REPRESENTANTE
Governo	Ministério das Finanças	Adulai Balde
Sector privado	CCIAS-GB Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços)	Domingos José Cá
Governo	IBAP	Justino Biai
ONG	Engim	Induba Gomes
ONG	ONG. ESSOR	Joaquim Fernandes
Governo	MAN	Emerson G. Correia
Organismo multilateral	Banco Mundial	Patrick McCarthey
Governo	Ministério de Turismo e Artesanato	Fenda A. Vieira
Governo	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo	Ismael M. Mendes
ONG	Assoc. Orango	Mariana Ferreira
Nações Unidas	RCO/ONU	Charles Akong
Nações Unidas	PNUD	Manon Robin
Sector Privado	Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau	Rui Carvalho

C. FOTOS DO WORKSHOP





ANEXO IV — GRUPO CONSULTIVO



Constituição do Grupo Consultivo

O Grupo Consultivo foi constituído para promover a qualidade e sustentabilidade da Estratégia e do Plano de Investimento para a Economia Azul no contexto socioeconómico, ambiental e cultural do país através do apoio técnico, revisão e validação dos diferentes produtos e fases de elaboração da Estratégia.

TABELA 64.

Organizações do Grupo Consultivo

MEMBROS DO GRUPO CONSULTIVO	TIPO DE ORGANIZAÇÃO	SUPERVISÃO	FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES
Ministério das Pescas	Instituição nacional	Governamental	Elaboração e aplicação das políticas públicas de pesca. Gestão dos recursos pesqueiros e das atividades de pesca nas águas nacionais. Acompanhamento e investigação (CIPA), gestão da pesca artesanal (DGPA), da pesca industrial e dos acordos de pesca (DGPI) e inspeção, controlo e repressão (FISCAP).
Ministério das Finanças	Instituição nacional	Governamental	Elaboração e aplicação de políticas económicas públicas, incluindo atividades relacionadas com a Economia Azul.
Ministério Recursos Naturais e Energias	Instituição nacional	Governamental	Elaboração e aplicação de políticas públicas, gestão dos recursos naturais e minerais, licenças de exploração de indústrias extrativas (incluindo hidrocarbonetos nas águas costeiras).
Ministério da Economia, Plano e Integração Regional	Instituição nacional	Governamental	Elaboração e aplicação de políticas económicas públicas, estratégias nacionais e planos de desenvolvimento económico regional; cooperação internacional com a CEDEAO, a UEMOA, etc.
Ministério do Turismo e Artesanato	Instituição nacional	Governamental	Elaboração e implementação de políticas públicas, estratégias nacionais para o desenvolvimento do sector do turismo, incluindo o planeamento espacial do desenvolvimento turístico nas zonas costeiras, regulamentação e licenciamento de operadores turísticos.
Ministério dos Transportes e Comunicações	Instituição nacional	Governamental	Planeamento, desenvolvimento e gestão de portos, rotas marítimas, aéreas e terrestres e regras de transporte, emissão de licenças e taxas para operadores de comunicações.
Instituto da Biodiversidade e Áreas protegidas (IBAP);	Instituição nacional	Ministério do Ambiente e da Biodiversidade	Elaboração e implementação de políticas públicas ambientais, conservação da biodiversidade e gestão da vida selvagem, criação e gestão sustentável da rede nacional de áreas protegidas (IBAP); adaptação às alterações climáticas e gestão do risco de catástrofes.

Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC/CAIA)	Instituição nacional	Ministério do Ambiente e da biodiversidade	Elaboração de instrumentos de avaliação do impacto ambiental e social, supervisão de todas as avaliações ambientais e sociais, auditorias ambientais, acompanhamento da execução dos planos de gestão ambiental e social, estabelecimento e atualização de licenças ambientais (AAAC/CAIA)
Universidade Lusófona da Guiné-Bissau	Instituição académica	Ministério da Investigação e do Ensino Superior	Oferta de formação avançada e apoio a programas de investigação e acompanhamento, aconselhamento e orientação sobre a internalização dos resultados da investigação científica nas políticas públicas.
Tiniguena	ONG nacional		ONG nacional, 30 anos de experiência nos domínios do desenvolvimento local, do ambiente e da cidadania. Trabalha em todo o país com comunidades locais, grupos associativos de mulheres, pescadores, agricultores.
ADPP	ONG nacional		ONG que opera no país há mais de 30 anos em prol do desenvolvimento social e económico e da formação dos jovens.
Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços - CCIAS	Associação privada de utilidade pública		Organização local de empresas e de negócios destinada a promover os interesses das empresas e do sector privado.
Associação dos Operadores Turísticos e Similares da Guiné-Bissau	Privado Associação socioprofissional		Organização nacional de empresários do sector do turismo que tem como objectivo a promoção do sector e a defesa dos agentes que operam neste sector.
Associação Nacional das Empresas de Pesca Industrial da Guiné-Bissau (ANEP-GB)	Privado Associação Socioprofissional		Organização nacional que representa o sector privado e industrial da pesca.
Consulmar	Empresa privada		Empresa espanhola que se dedica ao transporte marítimo de passageiros.
PNUD	Parceiro de desenvolvimento		Instituição promotora do desenvolvimento da Estratégia nacional para a Economia Azul.
Banco Mundial	Parceiro de desenvolvimento		A principal instituição financeira do país, incluindo as políticas nacionais.
União Europeia	Parceiro de desenvolvimento		Parceiro de desenvolvimento.

Foram realizadas três sessões de trabalho do GC:

I Reunião GC: Desafios da Economia Azul na Guiné-Bissau

Principais acordos:

- O trabalho coordenado entre os diferentes atores e sectores envolvidos no âmbito da Economia Azul na Guiné-Bissau é necessário para uma correta implementação das ações propostas;
- O Grupo Consultivo pode ser o primeiro passo para o estabelecimento de uma plataforma de coordenação e monitorização dos avanços e processos relacionados com a Economia Azul no país, mas deve ser liderado por uma única entidade, preferencialmente o Governo. Coordenação entre sectores. A definição dos papéis dos membros do Comité Consultivo é essencial, favorecendo a coordenação entre sectores;
- O grupo consultivo deve ter um plano de atividades e um calendário de acordo com essas atividades;
- O tempo para a elaboração da Estratégia para a Economia Azul é bastante limitado, pelo que o seu estatuto pretendido de documento de referência e a sua inclusão na Estratégia do Governo constitui um desafio, embora os espaços previstos para consulta e validação entre os atores sejam um ponto positivo;
- Outros sectores complementares aos específicos da Economia Azul, como a saúde, a educação e o saneamento, devem ser refletidos e analisados na Estratégia;
- O reforço das capacidades em cada sector e entre sectores para a implementação da Estratégia para a Economia Azul é fundamental e, neste sentido, a ligação com os currículos de ensino das Universidades é um mecanismo muito válido. É necessário conceber formação específica a nível de mestrado, pós-graduação, etc.;
- A Estratégia para a Economia Azul deve incluir uma abordagem territorial. Embora não seja possível analisar cada território em particular, o documento deve recolher aspectos metodológicos para a implementação de linhas de trabalho específicas a partir de uma abordagem territorial;
- Existem várias convenções internacionais e regionais que podem ser muito relevantes para a Guiné-Bissau, pelo que as instituições devem estar ativas a participar e tirar partido destes processos;
- A valorização dos recursos naturais do ponto de vista económico e ambiental é fundamental, especialmente no caso das Ilhas Bijagós, e deve ser abordada na Estratégia para a Economia Azul;
- É essencial acompanhar a Estratégia para a Economia Azul com um programa de divulgação e sensibilização para a cidadania, destacando ações específicas para os jovens nas universidades;
- A Estratégia deve estar sempre alinhada com os documentos estratégicos em vigor.

II Reunião GC: Áreas de intervenção prioritárias para a promoção da Economia Azul na Guiné-Bissau

Principais acordos:

- Foram feitos progressos significativos na apropriação pelo Governo dos principais sectores económicos na construção da Estratégia;
- Foi possível identificar e validar, de forma participativa, os principais desafios, bem como as linhas estratégicas para os enfrentar;
- É necessário articular o Plano de Investimento em torno das potencialidades regionais para focalizar o investimento no território, reforçando as áreas com maior potencial de impacto e rentabilidade do investimento de acordo com as características do território;
- Foram recebidas recomendações importantes com base em avaliações sectoriais e no desenvolvimento socioeconómico regional liderado pelo Banco Mundial para melhorar o retorno do investimento associado à Estratégia para a Economia Azul;

- Foi acordado centrar a Estratégia em três sectores estratégicos:

Turismo Azul

- Criação de infraestruturas turísticas;
- Criação de marca;
- Reforço das ligações marítimas com o arquipélago;
- Exploração do potencial turístico para além dos Bijagós;
- Criação de uma escola de formação profissional;
- Reforço dos mecanismos de controlo.

Pesca industrial

- Criação de uma frota nacional;
- Reforço da cadeia de abastecimento (cadeia de valor) e novas infraestruturas: centro de recolha e de transformação;
- Sistema de inspeção eficaz - Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (participação dos cidadãos);
- Estudo sobre o impacto das alterações climáticas nas unidades populacionais de peixes;
- Promoção de mecanismos de coordenação entre as partes interessadas que favoreçam o intercâmbio de informações e de dados objectivos sobre as atividades de pesca.

Agroindústria:

- Diversificação das culturas para tirar partido do potencial da cultura dos mangais;
- Promoção da cadeia de valor das culturas sustentáveis: arroz de mangal;
- Capitalização dos serviços ecossistémicos dos mangais;
- Promoção da cadeia de valor dos produtos derivados dos mangais do ponto de vista da gestão sustentável dos recursos: lenha, mel, pesca, etc.

- Após a aprovação da inclusão de um novo sector crítico na Estratégia, considera-se necessário reforçar a participação do Ministério da Agricultura para obter a visão sobre as necessidades e oportunidades que identifica das culturas associadas aos ecossistemas costeiros e as iniciativas em curso ou projetadas que podem ser articuladas e gerar sinergias com a Estratégia.
- As linhas estratégicas e as ações específicas foram acordadas tanto no seminário como no grupo consultivo sobre governação e quadro regulamentar, destacando-se as seguintes ações prioritárias aprovadas:

Melhorar a coerência e a integração das políticas ligadas ao planeamento da Economia Azul:

- Criação de um grupo de trabalho (de carácter técnico) que apoie a tomada de decisões do Comité Interministerial de Alto Nível responsável pela tomada de decisões;
- Atualização do Plano de Gestão Integrada: este plano data do final dos anos 80 e centra-se no arquipélago. É necessário atualizá-lo, alargá-lo a toda a zona costeira e integrar questões como a gestão dos riscos climáticos.

Reforçar o quadro jurídico e regulamentar das atividades azuis:

- Auditoria dos acordos e convenções internacionais: análise dos compromissos e convenções não ratificados;
- Revisão e atualização dos mandatos regulamentares e dos sistemas de controlo dos sectores-alvo da Estratégia: Pesca, Turismo e Agricultura.

Reforço das capacidades dos intervenientes governamentais e não governamentais:

- Criação de uma Força Tarefa para assegurar a capitalização dos programas de reforço das capacidades face à elevada taxa de rotação do capital humano na Guiné-Bissau;



As opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não representam necessariamente as das Nações Unidas, incluindo o PNUD, ou dos Estados Membros da ONU.

